

# VIVÊNCIA

REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - UFRN

CCHLA-UFRN  
v.5.n.1-1992

## Escreveram neste número:

José Willington Germano

Dalcy da Silva Cruz

Itála Bezerra da Silveira

Muirakytan Kennedy  
de Macedo

Angela L. de A. Ferreira

Manuel Correia de  
Andrade

Vicente Serejo

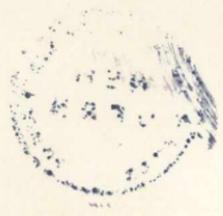
A. Wagner Nery

Eládio de Almeida Barbosa

Carlos Newton de  
S. L. Júnior

Della Cunha

COMMUNICATIONS SECTION  
U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE  
WASHINGTON, D.C. 20535



RECEIVED COMMUNICATIONS SECTION  
U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE  
WASHINGTON, D.C. 20535



SÔNIA SEGUNDO GUERREIRO  
AV. DO JIQUI, 1996 - BL. C AP. 204 NEÓPOLIS  
NATAL/RN - CEP 59.080-100 - ☎ 217-7453

# VIVÊNCIA

REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - UFRN

CCHLA-UFRN  
v.5.n.1-1992

## Escreveram neste número:

José Willington Germano

Dalcy da Silva Cruz

Itála Bezeze da Silveira

Muirat Kennedy  
de Macedo

Angela L. de A. Ferreira

Manuel Correia de  
Andrade

Vicente Serejo

A. Wagner Nery

Eládio de Almeida Barbosa

Carlos Newton de  
S. L. Júnior

Della Cunha



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: Geraldo dos Santos Queiroz  
Vice-Reitor: João Felipe da Trindade

## CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE

Diretor: Geraldo de Margela Fernandes  
Vice-Diretor: José Lacerda Alves Felipe

### Chefes de Departamentos:

**Artes:** Pedro Bandeira de Moura  
**Ciências Sociais:** Antônio Alfredo Santiago Nunes  
**Comunicação Social:** Aderson de Carvalho França  
**Filosofia:** Hermano Machado Ferreira Lima  
**Geografia:** Ademir Araújo da Costa  
**História:** Luiz Eduardo Carneiro Costa  
**Letras:** Anecildo Batista de Carvalho  
**Psicologia:** Cosma Nogueira Linhares

**Diretor da Escola de Música:** Maria Eugênia Bezerra Tinôco  
**Chefe do Departamento de Psicologia Aplicada (SEPA):** João Carlos Tenório Argolo

**Revisão de Originais:** Antonio de Lisboa Araújo

**VIVÊNCIA. UFRN. CCHLA. Natal: Ed. Universitária, 1983 —**

Semestral

1. Humanismo - Periódico.
2. Ciências Humanas - Periódico
3. Comunicação Social - Periódico

RN - UF/BCZM CDU 130.2:3(05)

## APRESENTAÇÃO



A revista **Vivência** começou a circular em 1983, com periodicidade semestral. Cada número seria centrado em torno de um tema básico. Assim, em 1983 foi publicado o volume 1 com os números 1 e 2. Em 1984 foi publicado o volume 2 com dois números que correspondem aos números 1 e 2, embora tenham sido editados como número 3 e 4.

A circulação da revista foi interrompida até 1988. Em 1989 foi publicado o volume 3 com o número 1. A partir de então cada número representariam as diversas áreas do Centro, e, não mais um tema básico em cada número.

O volume 4 de **Vivência** abrangeu três números: número 1/1990; 2/1991 (número especial; editado como volume 5, número 1) e número 3/199.

Os textos que compõem esta revista são resutantes das investigações conduzidas por professores do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Esta Revista procura tanto canalizar as inquietações intelectuais dos pesquisadores das ciências humanas, preocupados com o avanço da ciência, da cultura e do pensamento político, quanto prestar contas à comunidade acadêmica do esforço de cada um, contribuindo, inclusive, para um maior intercâmbio com a sociedade em geral.

Reafirmamos nossa intenção de continuar a periodicidade desta Revista, ajudando na divulgação dos resultados dos projetos teórico empíricos de investigação ou das experiências práticas desenvolvidas em cada Departamento.

Vivemos em tempos de crise, e se faz necessário que se reflita sobre os rumos das ciências humanas, sobre a Universidade, sobre os dilemas sociais, culturais, econômicos e políticos da sociedade brasileira.

A comunidade do **CCHLA**, representada pelos professores, funcionários e alunos, de há muito está por merecer um periódico dessa natureza. Reconhecemos as dificuldades na formação e consolidação dos grupos de pesquisas, na organização do ensino, notadamente a pós-graduação e na aplicação no campo das ciências humanas. Porém, é necessário ir em frente, promovendo um vínculo mais estreito entre os pesquisadores do nosso Centro, entre as ciências humanas e outras áreas de construção do saber e, especialmente, articulando-se melhor com o mundo dos excluídos e marginalização do processo geral de desenvolvimento.

Precisamos, como afirma Florestan Fernandes, **"reforçar uma imagem que converta as ciências humanas em um saber humanístico vinculado ao dever de solidariedade humana"**.

Finalmente, temos aqui, em cada trabalho o esforço dos Professores e Pesquisadores, as reflexões resultantes das leituras diárias, as perguntas e respostas suscitadas nas pesquisas e nas salas de aulas.

**Prof. GERALDO DE MARGELA FERNANDES.**



REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS

A revista *Vivências e Reflexões* iniciou em 1983, com periodicidade anual. Cada número seria centrado em torno de um tema específico. Assim, em 1983 foi escolhido o volume 1 com os temas: 1 - O homem e a cultura; 2 - O homem e a natureza; 3 - O homem e a sociedade; 4 - O homem e a tecnologia; 5 - O homem e a linguagem; 6 - O homem e a arte; 7 - O homem e a ciência; 8 - O homem e a filosofia; 9 - O homem e a história; 10 - O homem e a política; 11 - O homem e a economia; 12 - O homem e a sociologia; 13 - O homem e a psicologia; 14 - O homem e a pedagogia; 15 - O homem e a saúde; 16 - O homem e o esporte; 17 - O homem e o lazer; 18 - O homem e o trabalho; 19 - O homem e o direito; 20 - O homem e a religião; 21 - O homem e a família; 22 - O homem e a sexualidade; 23 - O homem e a infância; 24 - O homem e a adolescência; 25 - O homem e a velhice; 26 - O homem e a morte; 27 - O homem e a vida; 28 - O homem e o futuro; 29 - O homem e o passado; 30 - O homem e o presente.

Entretanto, nossa intenção de continuar a periodicidade desta Revista, ajudando na divulgação dos resultados dos projetos técnicos amplos de investigação ou das experiências práticas desenvolvidas em cada Departamento. Assim, a partir de 1984, a revista passou a ser publicada semestralmente em dois volumes, sendo o primeiro dedicado às Ciências Humanas e o segundo às Ciências Exatas e Tecnológicas. Esta mudança foi necessária devido ao crescimento da produção acadêmica do curso de Ciências Humanas, que passou a ser mais abrangente, abrangendo também as áreas de Ciências Exatas e Tecnológicas. Assim, a partir de 1984, a revista passou a ser publicada semestralmente em dois volumes, sendo o primeiro dedicado às Ciências Humanas e o segundo às Ciências Exatas e Tecnológicas.

Entretanto, nossa intenção de continuar a periodicidade desta Revista, ajudando na divulgação dos resultados dos projetos técnicos amplos de investigação ou das experiências práticas desenvolvidas em cada Departamento. Assim, a partir de 1984, a revista passou a ser publicada semestralmente em dois volumes, sendo o primeiro dedicado às Ciências Humanas e o segundo às Ciências Exatas e Tecnológicas. Esta mudança foi necessária devido ao crescimento da produção acadêmica do curso de Ciências Humanas, que passou a ser mais abrangente, abrangendo também as áreas de Ciências Exatas e Tecnológicas. Assim, a partir de 1984, a revista passou a ser publicada semestralmente em dois volumes, sendo o primeiro dedicado às Ciências Humanas e o segundo às Ciências Exatas e Tecnológicas.

Prof. GERALDO DE MARGELA FERNANDES  
 INSC. DEL. UFRN - Nº 123456789

## SUMÁRIO

1. **José Willington Germano.** História e pensamento educacional no Brasil: 1974-1985; crítica social e anti-capitalismo..... 9-24
2. **Dalcy da Silva Cruz.** A geografia na obra de Caio Prado Junior; algumas considerações ..... 25-35
3. **Itála Bezerra da Silveira.** Mulheres sesmeiras; pioneirismo na posse da terra..... 37-45
4. **Muirakytan Kennedy de Macedo.** A cidade domada: o urbanismo como racionalização e domesticação do tecido urbano (séculos XIX e XX) ..... 47-62
5. **Angela L. de A. Ferreira, Anita A. de Medeiros, Luiz Alessandro de Queiroz.** Momentos históricos da produção e da configuração do espaço construído em Natal ..... 63-14
6. **Manuel Correia de Andrade.** Uma geografia para os anos noventa..... 75-86
7. **Vicente Serejo e Otêmia Porpino Gomes.** Jornalismo, um novo currículo para o saber e o saber fazer ..... 87-95
8. **A. Wagner Nery.** Linguagem: Ciência, Filosofia e Arte ..... 97-103
9. **Eládio de Almeida Barbosa.** A lógica visionária: estruturas matemáticas subjacentes a sistemas grosiológicos da sabedoria tradicional ..... 105-113
10. **Carlos Newton de S. L. Júnior.** Os Quixotes do Brasil; o real e o sonho em duas décadas armoriais ..... 115-122
11. **Della Cunha.** O corpo e o imaginário: uma leitura antropológica do prazer ..... 123-131

## SUMÁRIO

9-24	1. José Willington Germano. História e pensamento educacional no Brasil: 1974-1985; crítica social e anti-capitalismo.....
22-32	2. Darcy da Silva Cruz. A geografia na obra de Cino Prado Junior; algumas considerações.....
37-42	3. Itala Bezerra da Silveira. Mulheres semanas; pioneirismo na posse da terra.....
47-62	4. Muiaklytan Kennedy de Macedo. A cidade domada: o urbanismo como racionalização e domesticação do tecido urbano (séculos XIX e XX).....
63-114	5. Angela L. de A. Ferreira, Anita A. de Medeiros, Luiz Alessandro de Queiroz. Momentos históricos da produção e da configuração do espaço construído em Natal.....
72-86	6. Manuel Correia de Andrade. Uma geografia para os anos noventa.....
87-92	7. Vicente Serejo e Otília Popiano Gomes. Jornalismo, um novo currículo para o saber e o saber fazer.....
97-103	8. A. Wagner Nery. Linguagem: Ciência, Filosofia e Arte.....
102-113	9. Eládio de Almeida Barbosa. A lógica visionária: estruturas matemáticas subjacentes a sistemas cosmológicos da sabedoria tradicional.....
112-122	10. Carlos Newton de S. L. Júnior. Os Quixotes do Brasil: o text e o sonho em duas décadas amotais.....
123-131	11. Della Cunha. O corpo e o imaginário: uma leitura antropológica do prazer.....

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a pretensão de delinear o contexto histórico-social no qual surgiu um pensamento crítico no campo da educação, no período 1974-1985, ou seja, num momento em que começa o processo de "distensão" do regime político ditatorial implantado no Brasil, a partir de 1964, até a sua substituição pela denominada "Nova República".

É nesse estabelecimento que nessa quadra da história brasileira começa a despontar uma reflexão elaborada e crítica na área educacional, conferindo um caráter de novidade ao que, até então, havia sido produzido. Esse traço inovador é perfeitamente identificado quando se observa uma mudança na perspectiva de análise e crítica da educação. Isso se verifica a medida que uma camada de intelectuais, cada vez mais numerosa, procura, ao exercer a crítica da educação, estuar, sobretudo, uma crítica da sociedade. Devemos assinalar, entretanto, que não se trata agora de considerá-la abstratamente, porém, como uma realidade dotada de conteúdo histórico-concreto, a qual encontra a sua determinação na existência do modo de

# HISTÓRIA E PENSAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL: 1974 — 1985 (CRÍTICA SOCIAL E ANTI-CAPITALISMO)

## A) EDUCAÇÃO E PENSAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL (1930-1964)

**José Willington Germano**

Professor adjunto III — Deptº de Ciências Sociais  
Doutor em Educação - UNICAMP. Coordenador do  
Mestrado em Ciências Sociais

O caráter de novidade do pensamento crítico no campo da educação (1974-1985), a nosso ver, reside na perspectiva de uma produção crítica de reconhecida importância. Até então, o que havia sido produzido, salvo raras exceções, procurava exercer a crítica da educação e do ensino sem questionar a sociedade e, quando esta era feita, o capitalismo permanecia intacto. Isso pode ser perfeitamente notado ao se fazer referência à década de 20, quando foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 e surgiu o movimento da Escola Nova ou a década de 30, quando os escolanovistas lançam o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932. A tônica do Movimento e do Manifesto, como sua expressão mais consistente, recaí na ênfase da reconstrução social, através da reconstrução educacional. Essa é uma perspectiva presente na vasta e importante obra de "pedagogos" como Fernando de Azevedo e Julianus Dantas. Por isso, em 1964, José Saviani considera a Escola Nova como um "mecanicismo de reconstrução da Argentina de classe dominante" (...), visando pela criação de uma nova ordem política social (...). (Saviani, 1985, p. 31), enquanto

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5, n. 1, p. 9-24, jan./jun. 1992.

HISTÓRIA E PENSAMENTO EDUCACIONAL  
NO BRASIL: 1974 — 1982  
(CRÍTICA SOCIAL E ANTI-CAPITALISMO)

Jose Willington Germano  
Professor adjunto III — Dept. de Ciências Sociais  
Doutor em Educação - UNICAMP. Coordenador do  
Mestrado em Ciências Sociais

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a pretensão de delinear o contexto histórico-social no qual surgiu um pensamento crítico no campo da educação, no período 1974-1985, ou seja, num momento em que começa o processo de “distensão” do regime político ditatorial implantado no Brasil, a partir de 1964, até a sua substituição pela denominada “Nova República”.

É nosso entendimento que nessa quadra da história brasileira começa a despontar uma reflexão elaborada e crítica na área educacional, conferindo um caráter de novidade ao que, até então, havia sido produzido. Esse traço inovador é perfeitamente identificado quando se observa uma mudança na perspectiva de análise e crítica da educação. Isso se verifica à medida que uma camada de intelectuais, cada vez mais numerosa, procura, ao exercer a crítica da educação, efetuar, sobretudo, uma crítica da sociedade. Devemos assinalar, entretanto, que não se trata agora de considerá-la abstratamente, porém, como uma realidade dotada de conteúdo histórico concreto, o qual encontra a sua determinação na existência do modo de produção capitalista, no país.

Assim sendo, a crítica da educação e da sociedade é, primeiramente, uma crítica ao capitalismo. Esses intelectuais assumem, portanto, uma postura anti-capitalista. Desse modo, a análise da prática pedagógica e da atuação do Estado, no âmbito da educação, se efetua tendo como pressuposto o reconhecimento de uma sociedade desigual, porquanto alicerçada na existência de classes sociais antagônicas.

### A) EDUCAÇÃO E PENSAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL (1930-1964)

O caráter de novidade do pensamento educacional no aludido período (1974-1985), a nosso ver, pode ser atribuído não somente à postura anticapitalista que ele encerra, mas também pelo surgimento de uma produção teórica de reconhecida importância. Até então, o que havia sido produzido, salvo raras exceções, procurava exercer a crítica da educação e do ensino sem questionar a sociedade e, quando esta era feita, o capitalismo permanecia intocado. Isso pode ser perfeitamente notado ao se fazer referência à década de 20, quando foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 e surgiu o movimento da Escola Nova ou a década de 30, onde os escolanovistas lançam o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932. A tônica do Movimento e do Manifesto, como sua expressão reformista, recaí na ênfase da reconstrução social, através da reconstrução educacional. Essa é uma perspectiva presente na vasta e importante obra de “pioneiros” como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Por isso, talvez, é que Saviani considera a Escola Nova como um “*mecanismo de recomposição da hegemonia da classe dominante (...), ameaçada pela crescente participação política das massas...*” (Saviani, 1985, p. 31), enquanto Ribeiro atribui às “*idéias novas*” em educação o caráter de um transplante

cultural: “a adesão de tais educadores ao movimento europeu e norte-americano, chamado de ‘escola nova’ (Ribeiro, 1978, p. 90).

Por outro lado, em oposição às idéias reformistas que propunham educação pública, gratuita, universal e laica, se levantam os educadores católicos, inspirados, desde a década de 20, pela atuação de Jackson de Figueredo, no Centro Dom Vital, continuada por Alceu Amoroso Lima e tendo o Pe. Leonel Franca com marcante atuação no campo da educação. Assim sendo, a revista *A Ordem* “denuncia a orientação dada à educação desde 30, cujo ‘naturalismo’ levará à descristianização do ensino e ao advento da pedagogia comunista”<sup>1</sup> (Schwartzman et alli, 1984, p. 58). Atacavam a localização e a gratuidade do ensino, a escola única, o monopólio estatal da educação, a escola liberal. Esses educadores reivindicam, conforme fizeram, à Assembléia Constituinte de 1934, “liberdade do ensino particular, ensino religioso facultativo nas escolas públicas e o direito natural dos pais à educação dos filhos”. (Schwartzman et alli, 1984, p. 60). Tratava-se, portanto, de uma postura acentuadamente conservadora, elitista e mesmo reacionária.

Ainda do ponto de vista dos setores e classes dominantes, surge igualmente nos anos 30, sobretudo a partir de 1937, um projeto de inspiração fascista, tendo a frente intelectuais como Francisco Campos e encampado pelas Forças Armadas. A esse projeto se juntaram nomes expressivos do pensamento autoritário, no Brasil, como Azevedo Amaral e Oliveira Viana, além do capitão Severino Sombra, redator da seção de pedagogia da Revista Defesa Nacional e fundador da Legião Cearense do Trabalho, tido como um dos precursores do movimento integralista, e do já citado Lourenço Filho. Tratava-se de ressaltar a importância da educação para a construção de um “Estado Nacional forte e bem constituído”, em Estado totalitário. Esse projeto tinha como “principal meta a unificação da força moral da Igreja como a força física dos militares, em um grande projeto de mobilização nacional”. (Schwartzman et alli, 1984, p. 61). Com efeito, “o Exército elabora, ao longo do tempo, uma pedagogia que irá inspirar posteriormente a educação da infância e da juventude fora dos quartéis. O conteúdo dessa pedagogia era a inclusão de princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições”, (p. 67) ou, em outras palavras, “a ordem, a disciplina, a hierarquia e o amor pela pátria adquirem prioridade nessa proposta de ação pedagógica”. (Schwartzman, 1984, p. 69).

Este é um exemplo inequívoco de pensamento de direita projetado para o campo da educação, com o propósito que tem se constituído no seu traço fundamental: a desmobilização das massas populares. Segundo Konder, trata-se de impedir que as massas se “organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia” (citado por Coutinho, 1984, p. 137).

Em contrapartida, a partir da década de 20, à medida que a sociedade brasileira vai se tornando mais complexa, em virtude da consolidação do capitalismo, novas classes e camadas sociais aparecem na cena política. Tem lugar a agitação das camadas médias e o desencadeamento de lutas operárias, das quais o movimento tenentista, a criação do PCB e a Semana

de Arte Moderna, em 1922, são expressões de que começa a surgir no Brasil e germe “do que se poderia chamar de sociedade civil”<sup>2</sup> de (Coutinho, 1981, p. 102). Nesse contexto, o modelo “prussiano”<sup>3</sup> de dominação é questionado e isso tem reflexos na área da educação. Primeiramente, deve ser lembrada a valorização que o movimento anarquista sempre deu à educação e cultura, inspirado em educadores libertários como Robin, Faure e Ferrer<sup>4</sup>. No Brasil, entretanto, os princípios da educação anárquica, e que portanto contemplavam uma crítica à sociedade estabelecida, foram disseminados de forma difusa, não elaborada, exceto, talvez, nos trabalhos de Maria Lacerda de Moura.

Depois, nos anos 30, apesar de mais uma manobra pelo “alto” — a denominada Revolução de 30 — prossegue a “tendência à socialização da política (...), apesar dos evidentes limites...” (Coutinho, 1981, p. 103). Esse é um período em que ocorrem extensos movimentos de massa de “esquerda” e de “direita”, como a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, que tiveram participação importante na vida política do país. No tocante à educação, do ponto de vista das classes populares, vale ressaltar a figura de Paschoal Lemme, um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros, mas que sempre divergia da orientação dominante no escolanovismo, porquanto “recusou-se a erigir a educação em força matriz da dinâmica social, tratando-a no contexto mais amplo das estruturas econômico-sociais, da vida política e da história da nossa formação social” (III CBE, 1985, pp. 6 e 7). O trabalho que desenvolveu no Rio de Janeiro, na administração de Pedro Ernesto, tem o traço da originalidade, pois “era a primeira vez que se fazia uma intervenção no sistema educativo por motivos ideológicos” e, nessa perspectiva, “a educação passou a ser não mais apenas um campo de luta pela recomposição do poder político dentro dos postulados fundamentais da ordem vigente, mas também pela transformação da sociedade, a partir de novos postulados” (Paiva, 1973, p. 172). Após o movimento de 1935, foi encarcerado, tornando-se o primeiro educador profissional a ser levado à prisão por suas atividades educativas.

A consolidação do domínio burguês, no nível político, ocorre a partir do Estado Novo (1937-1945), quando se efetiva uma acentuada intervenção do Estado na economia, a modernização do aparelho estatal e a participação de profissionais de classe média, militares e empresários no aparelho administrativo. Assumindo característica bastante repressiva, o estado tenta aniquilar a sociedade civil. Entretanto, o próprio desenvolvimento do capitalismo, ainda que por “via prussiana”, impossibilitava a eliminação de uma diversificação e, por conseguinte, a criação dessa esfera da superestrutura.

No contexto que tem início em 1945 e se estende até 1964, denominado de democracia populista, as instituições da sociedade civil aparecem de modo mais claro. Os sindicatos operários, ainda que atrelados ao Ministério do Trabalho, começam a ter um peso mais significativo, não somente nas lutas econômicas, mas também vida política. As camadas médias (escritores, advogados, jornalistas, etc.) criam associações de defesa dos seus interesses. A burguesia redefine o seu projeto de dominação. “Tudo isso amplia o campo de organização material da cultura”, à medida que “uma ampla

*e muitas vezes fecunda batalha de idéias começa a ter lugar entre nós. Há um acentuado empenho social da intelectualidade, um maior comprometimento com as causas populares e nacionais”* (Coutinho, 1981, p. 104).

Por sua vez, a ideologia nacional-desenvolvimentista pontifica em todo o período populista, dando margem ao aparecimento de diferentes posturas nacionalistas (à esquerda e à direita) que, de um lado, enfatizavam o combate ao imperialismo e, de outro, pregavam a colaboração com o estrangeiro, com vistas a alcançar o desenvolvimento. Com o objetivo de elaborar e difundir o desenvolvimento, o Estado cria instituições como o ISEB. O nacionalismo irá inspirar inúmeras mobilizações sociais como, por exemplo, a campanha do *“Petróleo é Nosso”* e influenciar vários movimentos institucionais, culturais, educativos.

No campo da educação que, desde a década de 30, a intervenção do Estado se efetiva de forma mais orgânica, através da criação do Ministério da Educação e Saúde, do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais de Educação, das primeiras universidades públicas e das reformas do ensino empreendidas por Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942), se amplia nas décadas seguintes. Com efeito, visando à concretização de uma política educacional, de âmbito nacional, vários órgãos são criados como, por exemplo, o INEP (1938), o SENAI (1942), o SENAC (1946), CNP e CAPES (1951), CADES (1954), CBPE e CRPE (1955), etc... Em 1948, o ministro Clemente Mariani envia à Câmara Federal o novo Projeto de Lei da Reforma do Ensino que seria objeto de acirradas discussões na década de 50, sendo aprovado somente em 1961.

Para além da atuação do Estado, a prática educativa diversifica-se a partir da redemocratização de 1945. A esquerda, vinculada ao PCB, organiza atividades educacionais em várias cidades do país através dos Comitês Democráticos, das Universidades Populares e dos Centros de Cultura Popular. Essas iniciativas, entretanto, tiveram vida curta, uma vez que o PCB é posto novamente na ilegalidade em 1947.

Enquanto isso, na segunda metade dos anos 50, o projeto de Lei da Reforma do Ensino acende o debate na área. Novamente, vem à tona o conflito entre escola particular e escola pública. A defesa da escola pública, conforme Saviani, é desencadeada sob a inspiração do que ele denomina de tendência *“humanista”* moderna, de origem escolanovista, e contemplava três correntes: *“o ‘liberal-pragmatismo’ constituído pelo grupo dos educadores que prolonga a tradição da ABE. O ‘liberal-idealismo’ representado pelo núcleo de professores das áreas de História e Filosofia da Educação da Universidade de São Paulo. E o grupo de sociólogos liderado por Florestan Fernandes, com conotações socialistas”*. (Saviani, 1985, p. 36). Por outro lado, na defesa da escola particular, os católicos reeditam, no fundamental, os mesmos argumentos levantados na década de 30. Aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, acabou por ferir certos aspectos do trabalho original, contemplando interesses da iniciativa privada e da Igreja Católica.

O início dos anos 60, no nível econômico, marca o esgotamento do chamado modelo de substituições de importações, à medida que o país

completava a sua industrialização e atingia uma nova etapa de acumulação de capital, sob a égide dos monopólios. No nível político, o populismo chega ao fim. O período compreendido entre 1960-1964 se caracteriza, inegavelmente, como sendo de crise<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo, esse é um momento histórico, de intensa mobilização popular em todo o país em favor das reformas de base. No Nordeste, os trabalhadores rurais organizam-se pela primeira vez como classe, através das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais. Altera-se o quadro eleitoral do país, porquanto *“cresciam os votos para os partidos mais reformistas e para as coligações mais à esquerda; os votos do conservador PSD caíam dos 44% em 1945 para 18,3% em 1962 e os direitistas da UDN, desabavam de 27,4% para 13,2% no mesmo período”*. (Pereira et alli, 1984, p. 15). Políticos progressistas são eleitos para cargos executivos em Estados do Nordeste. Os estudantes mobilizam-se, a Igreja Católica passa a atuar ativamente na área sindical. Os latifundiários levantam-se contra a Reforma Agrária, a burguesia cria instituições como o IPES e o IBAD. Os Estados Unidos impõem à América Latina a *“Aliança para o Progresso”* de olhos fixos na revolução cubana. O clima é, portanto, de efervescência política, de lutas de classes, de uma acirrada *“batalha de idéias”* na arena da sociedade civil.

Nesse contexto histórico de crise e de mobilização, surgem, em todo o país, especialmente no Nordeste, movimentos de educação e cultura popular. Entre outros, pode citar-se CPC/UNE, MEB/CNBB, MCP-Recife, Campanha *“De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”* — Natal, CEPLAR-PB, além dos trabalhos desenvolvidos pelo professor Paulo Freire, que tiveram grande repercussão no Brasil e no exterior, cujo método de alfabetização é considerado por Bosi *“como o mais belo projeto de cultura popular que se conhece na História da América”* (Bosi, 1977, p.VI). Foram muitos os movimentos e campanhas que apareceram na época (1960-1964). Tanto é assim que participaram do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, em Recife, setenta e quatro (74) desses movimentos. Tratava-se de uma iniciativa de instituições da sociedade civil, como a UNE e a CNBB, ou de ramificações do aparelho do Estado como Prefeituras Municipais, cujos executivos eram políticos progressistas. Tratava-se, igualmente, de uma prática educativa e cultural diferente do sistema convencional. Usava-se acampamentos escolares, círculos de cultura, transmissões radiofônicas, a arte como instrumento de educação. Num processo cuja direção intelectual-cultural foi exercida por marxistas e por cristãos de esquerda, a educação e a cultura eram encaradas como agentes de conscientização, como instrumento de libertação popular, como espaço de crítica social, com vistas a transformar a sociedade e a abolir as injustiças sociais.

Essa postura é explicitada, por exemplo, em documentos da Campanha *“De Pé no Chão...”*. Ali, pode-se ler que o MCP e a Campanha têm o mesmo propósito: *“o da libertação popular através da educação”*. Em decorrência, a cultura popular se constitui, então, *“um meio político, um trabalho de preparação das massas para a conquista do poder”*. Assim sendo, ocorre o reconhecimento da existência de *“um entrelaçamento dialé-*

*tico entre cultura popular e libertação nacional, socialismo e luta anti-imperialista*" (Ver Germano, 1982, pp. 143 e 146).

Além do "otimismo pedagógico", há que se reconhecer que, apesar da perspectiva transformadora e de crítica social à sociedade estabelecida, inexistiu uma análise rigorosa e elaborada do capitalismo, exceto, talvez, em alguns trabalhos do CPC. Desse modo, a crítica efetuada era insuficiente, não somente porque estava permeada pelo viés deformante do nacionalismo como pelo fato de ser desprovida de uma dimensão propriamente teórica, no que diz respeito à compreensão do capitalismo como modo de produção. Isso configura um obstáculo à formação de uma consciência crítica, conforme era pretensão de todos esses movimentos e campanhas.

Mesmo assim, essas experiências foram muito ricas no sentido da criatividade e da democratização no campo da educação e da cultura. Entretanto, ressalte-se que esse foi um processo que apenas se iniciou, tendo o seu curso cortado pela repressão desencadeada pelo golpe civil-militar de 1964, que pôs fim à democracia populista. Tratou-se, portanto, de mais um movimento pelo "alto" inaugurando um novo contexto histórico, a nível econômico e político, de evidentes repercussões na área da educação e do pensamento educacional no Brasil.

## B) EDUCAÇÃO E PENSAMENTO EDUCACIONAL PÓS 1964

O país atingira um novo patamar de acumulação capitalista — o do domínio dos monopólios — e para a burguesia o estado populista, com sua ambigüidade, era incapaz de conter a mobilização popular. Temendo, então, perder o controle do processo reformista, a burguesia prepara-se e deflagra a deposição do presidente constitucional, João Goulart, mediante intervenção militar<sup>6</sup>. Além das classes dominantes, ponderáveis setores das classes médias e da Igreja Católica, bem como partidos políticos como a UDN, igualmente apoiaram o golpe. O denominado Alto Comando da Revolução atribui a si mesmo poderes constituintes. Desencadeia-se uma onda repressiva com numerosas prisões e cassações de líderes sindicais, parlamentares, estudantes, intelectuais.

Em sua trajetória, o regime toma medidas contra o trabalho e a favor do capital, enfrenta mobilizações contestatórias, sobretudo dos estudantes, ocorre um endurecimento, na medida em que houve uma mudança na correlação de forças entre as diversas facções militares. A linha dura assume o poder e, a partir de dezembro de 1968, com a decretação do AI-5, surge a ditadura com "D" maiúsculo. Instaura-se o terror do estado, a tortura e a morte nas prisões tornam-se rotina, as liberdades públicas são cada vez mais cerceadas, institui-se a censura à imprensa, enfim, o executivo pode tudo, inclusive sobrepõe-se aos outros poderes (judiciário e legislativo), impondo-lhes sanções.

No plano econômico, o país experimenta, no período compreendido entre 1968 e 1973, um crescimento sem precedentes na nossa história. Trata-se de um ciclo de expansão econômica conhecido como "*milagre brasileiro*", que combinou elevadas taxas de crescimento (10% em média

ao ano) com uma brutal concentração da renda.

Nesse contexto em que o Estado tenta novamente destroçar instituições da sociedade civil, como sindicatos e associações de trabalhadores, como a UNE, entre tantas outras, torna-se evidente que a organização da cultura não foi poupada. Os movimentos da educação e cultura popular foram todos fechados, universidades foram objeto de intervenção, professores e cientistas de renome foram presos, cassados, etc... Os estudantes reagem, a UNE atua na ilegalidade, grandes mobilizações ocorrem nas principais cidades do país, sobretudo em 1968, e que contam com o apoio da intelectualidade. O AI-5 e o Decreto-Lei 477/69, no entanto, barram o protesto estudantil. Surge a resistência armada ao regime.

Em linhas gerais, esse é o quadro histórico em que a política educacional do Estado Militar foi moldada. A partir de 1964, acordos foram feitos entre o MEC e a USAID, comissões foram formadas para pensar a reforma do ensino com a participação de militares, inclusive do Conselho de Segurança Nacional. Tal como em fins da década de 30, os militares voltam a intervir na educação e esta é considerada, do ponto de vista da segurança nacional, ideologia que norteia a ação do Estado. Em novembro de 1968, é assinada a Lei da Reforma Universitária-Lei 5.540 —, em fevereiro de 1969 sai o Decreto-Lei 477 que proíbe manifestações políticas no âmbito das escolas e universidades; no mesmo ano, o Decreto 869 institui a Educação Moral e Cívica e, em 1971, a Lei 5.692 completa o ciclo, com a reforma do ensino primário e médio.

A teoria do capital humano, junto com a Ideologia da Segurança Nacional vão inspirar a formulação de planos educacionais e a ação do Estado na área. Emerge um pensamento tecnocrático e tecnicista que procura conciliar, de um lado, *“as necessidades do cidadão e as necessidades da produção”* (p. 196) e, de outro, *“dimensiona o binômio desenvolvimento-segurança na educação, precavendo-se contra a ação subversiva de certas minorias”* (Covre, 1983, p. 199).

Nessa perspectiva, a educação passa a ser associada a trabalho, como algo a ser definido de acordo com o que requer o mercado de trabalho, em termos de mão-de-obra dita qualificada. Ainda de conformidade com a aludida teoria, a educação é encarada como investimento e, portanto, como veículo de ascensão social. Isso fica evidenciado quando economistas ligados aos governos militares, por ocasião dos debates sobre a distribuição da renda ocorridos na década de 70, como Mário Henrique Simonsen e Carlos Langoni sustentaram a tese e escreveram livros, para mostrar que as pessoas mais escolarizadas eram também as que obtinham melhores rendas porque se tornavam mais produtivas.

Trata-se de um discurso que valoriza a educação e que estava presente nos planos e projetos educacionais. Na prática, entretanto, o Estado descomprometeu-se gradativamente com o financiamento da educação e, ao mesmo tempo, exerceu sobre ela um severo controle político e ideológico. Foi essa política que sucateou a rede pública de ensino e a sua qualidade foi degradada. Em muitos casos, o ensino tornou-se propagandístico, apolo-gético da realidade existente.

Vale ainda ressaltar o predomínio da tendência tecnicista nos estudos e iniciativas na área da educação e que privilegiavam a **forma** de detrimento do **conteúdo** na abordagem dos problemas educacionais. Segundo Saviani, o que se observa é a ênfase no “*enfoque sistêmico*”, “*operacionalização dos objetivos*”, “*tecnologias de ensino*”, “*instrução programada*”, “*educação via satélite*”, “*tele-ensino*”, etc. (Saviani, 1985, p. 38). Um exemplo eloqüente de utilização e fracasso de tecnologia no campo da educação é o experimento SACI/EXERN, em princípios da década de 70.

É evidente que uma camada de intelectuais, vinculada quase sempre ao MEC e ao CFE, procurou elaborar, difundir e justificar a política e a atuação do Estado brasileiro, no tocante à educação. Participaram de grupos de trabalho, exerceram cargos relevantes, escreveram pareceres, artigos e livros, enfim, foram autênticos organizadores da cultura oficial. Entre outros, pode citar-se: Jarbas Passarinho, Valnir Chagas, Pe. José de Vasconcelos, Newton Sucupira, Eurídice Brito, Esther de Figueiredo Ferraz, etc...

Entretanto, escreve Coutinho, “*nem tudo foram sombras na cultura brasileira*” (p. 108) dos últimos anos. No campo da historiografia, por exemplo, a partir de 1964, “*os diagnósticos sobre a história social do Brasil e sua dinâmica mereceram reparos profundos*” (Mota, 1977, p. 43). Antes, reinava uma preocupação centrada na “*integração*” dos “*marginalizados*”. Agora, as perguntas fundamentais formuladas são as seguintes: “*quem controla as forças da economia, da política, da cultura? Para que fim o desenvolvimento dessas forças tem sido acionados?*” (Bosi, 1977, p. X). Na verdade, há um fato realmente significativo: “*é que o regime modernizando o país, promovendo um intenso desenvolvimento das forças produtivas, ainda que a serviço das multinacionais (...), deu impulso aos fatores objetivos que levam a uma diferenciação social, e, como tal, a construção de uma autêntica sociedade civil entre nós*” (Coutinho, 1981, p. 108). O desenvolvimento do capitalismo tem, pois, evidentes repercussões na organização da cultura, à medida que a sociedade se torna complexa e pluralista. Nesse contexto, um mercado de trabalho intelectual é criado; a cooptação, ou o que Gramsci chama de transformismo, passa por uma redefinição, não somente no que toca aos intelectuais que atuam em instituições autônomas, como também entre aqueles que atuam no próprio aparelho de Estado<sup>7</sup>. O favor pessoal, como forma de dependência dos intelectuais com relação às classes dominantes, que tem sido uma constante na nossa história, é, em grande parte, superado.

É nesse quadro histórico que, a nosso ver, as análises no campo da educação foram objeto, igualmente, de “*reparos profundos*”. Assim, ao lado de uma cultura, de uma “*visão de mundo*”, oriunda da cooptação e da “*apologia indireta*”<sup>8</sup> do existente, emerge uma outra interessada em buscar o essencial para a compreensão da educação enquanto prática social que se manifesta numa sociedade concreta. Esse caminho é o da crítica, sobretudo da crítica ao capitalismo. Embora em gestação desde os fins da década de 60, essa literatura começa a ser difundida efetivamente na primeira metade dos anos 70 ou, mais precisamente, a partir de 1974 que

marca o início da chamada distensão política. No nível econômico, aparecem os primeiros sintomas da crise que se arrastaria por anos a fio, provocando, inclusive, a recessão. Era o próprio fim do “milagre”. No nível político, ocorre uma nova mudança na correlação de forças entre as diversas facções militares<sup>9</sup>. Geisel, um sorbonista, assume o poder. Em 1974, são realizadas eleições, onde o partido de oposição — o MDB — obtém esmagadora vitória em todo o país. Instituições da sociedade civil, como OAB, ABI, Igreja Católica, SBPC, Sindicatos dos Trabalhadores, entidades representativas de professores e estudantes, mobilizam-se contra a ditadura. Surge uma imprensa alternativa, como os jornais Opinião e Movimento. Aumenta a resistência, abrem-se espaços democráticos na sociedade, as greves operárias voltam a ocorrer a partir de 1977, a UNE reorganiza-se, ainda que na ilegalidade. Começa a luta pela anistia que, afinal, é concedida no Governo Figueiredo. O regime autoritário, porém, prossegue, tentando legitimar-se.

É em meio a esse processo, e como parte dele, que a organização da cultura é reativada no campo da educação. A produção intelectual é redefinida, onde os cursos de pós-graduação, incentivados pela própria política oficial, tiveram um papel de suma importância pelas teses acadêmicas produzidas. Criaram-se centros de estudos, como o CEDES, responsável pela Revista Educação e Sociedade. A socialização dessas reflexões é viabilizada pela publicação de livros e revistas, onde uma editora, a Cortez, praticamente se especializa na área; pela realização de encontros, seminários, congressos, entre os quais destacam-se as Conferências Brasileiras de Educação, reorganizadas pelo CEDES, ANDE, ANPEd; enfim, por professores e estudantes nas escolas e universidades do país inteiro.

O pensamento crítico em educação, que surge nesse período, se reveste de uma postura nitidamente anti-capitalista e anti-burguesa, o que lhe confere o caráter de novidade. Nota-se, em princípio, a influência de autores reprodutivistas, como Bourdieu e Passeron, bem como são freqüentes os apelos a Marx e a marxistas, como Althusser, Poulantzas e, posteriormente, a Gramsci. A teoria da dependência também inspirou estudos na área em apreço.

Entre tantos outros, intelectuais como Bárbara Freitag, Luiz Antônio Cunha, Vanilda Paiva, Moacir Gadotti, Dermeval Saviani, Otaíza Romanel, Maria Luísa Santos Ribeiro, Evaldo Vieira, Manfredo Berger, Maria de Lourdes Nosella, Carlos Jamil Cury, Moacyr de Góes, Cláudio Salm, Luis Eduardo Wanderley, Neidson Rodrigues, Gaudêncio Frigotto, Maurício Tragtemberg, Maria de Fátima Costa Felix, analisaram diferentes aspectos da educação no Brasil, tendo como ponto de referência o modo de produção capitalista e a sua crítica. A partir do questionamento da sociedade estabelecida e do capitalismo, critica-se, então, o estado através do estudo da política educacional; critica-se as práticas pedagógicas e os conteúdos dos livros didáticos; critica-se a teoria do capital humano e os seus críticos; critica-se a organização burocrática escolar; critica-se a universidade; faz-se a análise crítica do pensamento de autores como Paulo Freire e Anísio Teixeira; enfim, a história da educação no Brasil, inclusive as

iniciativas de cunho popular, é analisada de conformidade com uma sociedade que se organiza, tendo como base a existência de desigualdade e, portanto, de classes sociais antagônicas.

## NOTAS

1. Essa acusação carece de qualquer fundamento, uma vez que, por exemplo, Anísio Teixeira é um discípulo e divulgador de Dewey — um pensador liberal no Brasil, enquanto outros signatários do Manifesto contribuíram de forma discreta — Fernando de Azevedo — ou aberta — Lourenço Filho, com o Estado Novo, implantado em 1937.
2. Trata-se do sentido atribuído por Gramsci à sociedade civil, enquanto uma instância que tem uma materialidade específica que se manifesta através de organizações e institutos autônomos com relação ao Estado, em sentido estrito. Consiste em uma esfera da superestrutura, onde são formulados e circulam a cultura, a ideologia, enfim, as relações de direção política e ideológica, de hegemonia, de uma classe social com relação às outras, mas também o “lugar” onde todas as classes organizadas expressam a defesa dos seus interesses. Constituem-se em instâncias ideológicas de legitimação e isso implica a necessidade de um processo de organização da cultura, da qual o sistema de ensino é um momento básico de tal organização. (Ver, a propósito, as várias obras de Gramsci, especialmente “Os intelectuais e a Organização da Cultura”). Nesse sentido, concordamos com Coutinho quando escreve “que o Brasil conhece uma trajetória que leva de uma situação de uma completa debilidade (ou mesmo ausência) de sociedade civil até uma outra situação, a presente, caracterizada por uma sociedade civil mais ativa, mais complexa, mais articulada”. (Coutinho, 1981, p. 98). Essa trajetória decorre do ingresso progressivo do capitalismo no Brasil, sobretudo no que diz respeito à industrialização. Desse modo, não se trata de falar simplesmente em capitalismo tardio, isto é, de um país que se tornou capitalista já na vigência de um sistema capitalista em nível mundial e por isso não enfrentou o processo clássico de transição ao capitalismo, conforme ocorreu na Europa, porém, de um país de capitalismo hiper-tardio, porquanto o processo de industrialização se dá quando o capital monopolista, portanto, a era do imperialismo já domina em escala internacional e, por conseguinte, não o conduz a “romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional”. (Chasin, 1978, p. 628). Assim sendo, não se pode falar da existência de sociedade civil no Brasil durante o período colonial, nem após a independência e, até mesmo, nos primeiros momentos da República, porque a existência de um modo escravista de produção e de uma industrialização retardatária a inviabilizava. Sociedade civil pressupõe a organização da cultura e esta não se efetiva sem a presença dos intelectuais, enquanto organizadores de diferentes projetos de classe. Ora, no contexto histórico mencionado o que ocorria era um vazio entre as classes sociais fundamentais da sociedade. De um lado, os escravos, “carentes de um projeto político global”, portanto, “não podem absorver

os intelectuais como seus intelectuais orgânicos”, apesar de existirem intelectuais abolicionistas. Por outro lado, os latifundiários escravocratas “precisavam dos intelectuais apenas como mão-de-obra qualificada para a implementação das atividades administrativas do Estado que controlavam. Não precisando legitimar a sua dominação através da batalha das idéias...” (Coutinho, 1981, p. 99). Daí o incentivo das classes dominantes à denominada cultura ornamental sem “incidência efetiva sobre as contradições reais do povo — nação” (p. 99).

3. Essa denominação de “modelo ou via prussiana” diz respeito a uma elaboração originária de Lênin para pressar uma transição conservadora, no tocante à questão agrária, ao capitalismo e ampliada por Lukacs “a todo el desarrollo del capitalismo y a la supraestructura política que presenta en la moderna sociedad burguesa de Alemania” (Lukács, 1976, p. 41). É interessante notar que o conceito lukasiano é “essencialmente análogo ao conceito gramsciano de ‘revolução passiva’ (ou ‘revolução-restauração’ ou ‘revolução pelo alto’)” (Coutinho, 1984, p. 133), no qual o pensador italiano sintetiza a ausência de participação popular e a modernização conservadora que caracterizaram a transição para o capitalismo na Itália. Com efeito, outro não é o sentido que atribuímos ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, exceto, conforme CHasin (1978), pelo fato de que, aqui, a “via prussiana” seguiu um “caminho colonial”. Desse modo, todos os momentos decisivos, os pontos de inflexão da nossa história, foram manobras pelo “alto”; isto é, de movimentos desencadeados pela elite, sem movimentos de baixo para cima, contando, por isso, com escassa ou mesmo ausência da participação popular. Nesse sentido, as mudanças não foram efetuadas mediante a realização de revoluções autênticas, porém de golpes. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 1822, 1889, 1930-37, 1945, 1964. Esse processo provoca múltiplas conseqüências, dentre as quais o fortalecimento do estado em detrimento da sociedade civil, onde se sobressai o executivo; a propósito, escreve Vieira que “mesmo quando o Poder Legislativo está em funcionamento, ao falar-se do governo, normalmente se quer dizer funções executivas”. (Vieira, 1985, pp. 6, 7). Prevalece um executivo forte e, freqüentemente, arbitrário; por isso, a “chamada normalidade constitucional — de cunho liberal — em lugar de constante, será a exceção da história brasileira” (Faoro, 1978, p. XII). Um país, em que os governantes reagem negativamente às reivindicações populares, daí a brutalidade da repressão que sempre tem ocorrido. Enfim, um Estado que trata o país “como um exército de ocupação mantendo sob controle um povo derrotado” (Wefort, 1984, p. 88). Entretanto, as classes populares nunca deixaram de lutar, de reivindicar, de resistir e isso tanto é mais possível à medida que a sociedade civil se torna complexa, pluralista e caminha no sentido de uma democracia efetiva.
4. Sobre os anarquistas e a educação e cultura, ver, entre outros, Luizetto (1982), Rodrigues (1984), Handman (1983), Leite (1979).
5. “A ‘crise política’ se manifesta quando os aparelhos de Estado não podem mais garantir nem a ‘seletividade específica de classe’, necessária à estabili-

- dade do processo político, nem a reprodução da dominação política da burguesia em sua estrutura institucional e com o pessoal político existente quando é preciso então reestruturá-los de modo significativo". (Hirsch, 1977, pp. 107-108).
6. Escreve Gorender que, do "ponto de vista de classe, o golpe militar de 1964 foi obra da burguesia brasileira". Para tanto, "o empresariado (...) teve a aliança dos latifundiários, a colaboração das multinacionais, a ajuda do governo norte-americano e contou com a participação executiva das Forças Armadas". (Gorender, 1981, pp. 101, 102). Instalada a ditadura, Castelo Branco, um general sorbonista, toma posse como Presidente da República. Considerado um moderado, apesar disso, durante o seu governo "houve 3.747 atos punitivos, representando mais do que 3 atos punitivos por dia". (Vieira, 1983, p. 194).
  7. Coutinho considera mecanicistas e esquemáticas as teses que afirmam ser o intelectual "obrigado a assumir posições elitistas, ou mesmo reacionárias, tão somente por ser funcionário público". O autor faz uma referência a Carlos Drummond de Andrade quando este afirma: "não se deve confundir 'servir sob uma ditadura' com 'servir a uma ditadura' ". (Coutinho, 1981, p. 105).
  8. Trata-se de uma formulação de Lukács (1976), a apologia indireta do existente ocorreria "apenas na medida em que afastam da ótica da arte ou da ciência social as contradições concretas da realidade, em que transformam o inessencial em essencial..." (Coutinho, 1984, p. 137).
  9. A propósito, ver, entre outros, Cruz e Martins (1983) e Stepan (1986).

## BIBLIOGRAFIA

- BEISIEGEL, C. R. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, DIFEL, 1984, v. 11.
- BOSI, A. Um testemunho do presente. In: MOTA, C. G. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1979)**. São Paulo, Ática, 1977.
- CARDOSO, M. L. **Ideologia do Desenvolvimento — Brasil: JK - JQ**. Rio de Janeiro, 1977.
- CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo. Ciências Humanas, 1978.
- CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (III). Homenagem a Paschoal Lemme. In: **Educação & Sociedade**, São Paulo (21):5-7, maio-Ago, 1985.
- COUTINHO, C. N. Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil. In: **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, (10):93-110, 1981.
- \_\_\_\_\_. **A democracia como valor universal**. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.
- COVRE, M. L. M. **A fala dos homens**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CRUZ, S. C. V. e MARTINS, C. E. Do Castello a Figueredo: uma incussão na pré-história da "abertura". In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. **T. Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

- CUNHA, L. A. (Org.). **Escola pública, escola particular**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1985.
- CUNHA, L. A. **A profissionalização no ensino médio**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.
- \_\_\_\_\_. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1986.
- \_\_\_\_\_. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1983.
- \_\_\_\_\_. e GÓES, M. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1985.
- DELLA VOLPE, G. **Rousseau e Marx**. Lisboa, Edições 70, 1982.
- LUKÁCS, G. **El asalto a la razón**. México, Grijalbo, 1976.
- MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. São Paulo, Polis: Vozes, 1984.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa, Editorial Presença, s.d.
- MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa, Editorial Estampa, 1971.
- MEDEIROS, J. **Ideologia autoritária no Brasil — 1930-1945**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1978.
- MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo, Ática, 1977.
- OLIVEIRA, M. P. **SACI e SITERN: Racionalidade e Educação**. Natal, UFRN, 1983. (dissertação de mestrado).
- PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo, Loyola, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Paulo Freire e o nacional — desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- PEREIRA, R. et alii. **Eleições no Brasil pós-1964**. São Paulo, Global, 1984.
- RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.
- RODRIGUES, E. **Os anarquistas**. São Paulo, Global, 1984.
- SALM, C. **Escola e Trabalho**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SAVIANI, D. **Tendências e correntes da educação brasileira**. In: MENDES, D. T. (Coord.) **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo, Saraiva, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1985.
- FAORO, R. Prefácio. In: MEDEIROS, J. **Ideologia Autoritária no Brasil**

- 1930-1945. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1978.
- FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo, Moraes, 1984.
- . **Sociedade e consciência**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1986.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984.
- GANDINI, R. C. **Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- . **Educação e poder**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1985.
- . **Concepção dialética da educação**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1983.
- GERMANO, J. W. **Lendo e aprendendo: a "Campanha de pé no chão"**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1982.
- GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- . **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão!** São Paulo, Brasiliense, 1983.
- HIRSCH, J. **Observações teóricas sobre o estado burguês e sua crise**. In: POULANTZAS, N. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- LEITE, M. L. M. Quem foi Maria Lacerda de Moura? In: **Educação & Sociedade**. São Paulo (2):5-24, jan. 1979.
- LÖWY, M. Para uma sociedade dos intelectuais revolucionários. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- LUIZETTO, F. Cultura e educação libertária no Brasil no início do século XX. In: **Educação & Sociedade**, São Paulo (12):61-79, set. 1982.
- SCHWARTZMAN, S. et alli. **Tempos de Capanema**. São Paulo, Edusp: Paz e Terra, 1984.
- STEPAN, A. **Os militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- TOLEDO, C. N. **ISEB: Fábrica de ideologias**. São Paulo, Ática, 1978.
- TRINDADE, H. **Integralismo**. São Paulo, Difel, 1979.
- VIEIRA, E. **Oliveira Vianna e o estado corporativo**. São Paulo, Grijalbo, 1976.
- . **Estado e miséria social no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1983.
- . **A república brasileira — 1964-1984**. São Paulo, Moderna, 1985.
- VILAR, P. **MARX e a história**. In: HOBBSBAWN, E. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, V. 1.
- WEFFORT, F. **Por que democracia?** São Paulo, Brasiliense, 1984.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir das décadas de 20/30, a produção sobre o Brasil foi bastante volumosa. Dentre os vários ensaístas da época, que tentaram rescrever o Brasil, destaca-se Caio Prado Júnior como um pensador que rompe com a historiografia oficial inaugurando uma nova maneira de interpretar a história: a interpretação marxista da realidade brasileira.

A maneira pela qual analisa a formação histórica do Brasil coloca-o como um dos pioneiros dessa análise, no mesmo tempo em que é polemizado, criticado e, de certa forma, isolado. Apesar disso, Caio Prado Júnior pode ser considerado um dos maiores e mais importantes pensadores brasileiros do nosso tempo. Não só pela quantidade de escritos produzidos, mas também pela qualidade de sua obra.

### A GEOGRAFIA NA OBRA DE CAIO PRADO JÚNIOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES<sup>(2)</sup>

Não obstante os pontos críticos de sua obra, ela demonstra a preocupação e o compromisso do Autor com a Ciência.

Segundo LANNI (1), foi Caio Prado Júnior quem inaugurou uma interpretação marxista da realidade brasileira, com originalidade e influência, fundando, dessa forma, uma interpretação dialética, instituindo "uma corrente não só da história, mas do pensamento brasileiro".

Embora guardando o respeito do Autor ao desenvolvimento da formação social de uma década), estes trabalhos, pretendendo analisar os aspectos da produção caiopradiana, são ricos em informações sobre o passado histórico e atual sobre o presente da história do Brasil. Hoje, eles chegam aos 40, os quais tentam, de uma forma ou de outra, criticar algumas ideias, de maneira rápida muitas vezes, outras de forma fecunda, sobre a vida e sua obra. Elas se constituem de informações ainda insatisfatórias, não pelo volume do que o Autor escreveu, como pela riqueza de informações de que é portadora e pelo caráter de cientificidade que lhe é conferido.

Segundo LANNI Octavio, "A dialética da história" Texto apresentado na Jornada de Estudos Caio Prado Júnior, Marília-SP-UMESP-Maio de 1987, p. 23-32.

## 2. GEOGRAFIA NA OBRA CAIOPRADIANA

Por que estudar Caio Prado Júnior do ponto de vista da Geografia? Precisamente, porque sua obra é fundamental para se compreender o Brasil e o processo de desenvolvimento do capitalismo ocorrido aqui.

Quando, porém, apesar de tratar da análise da formação histórica do Brasil, também uma obra geográfica. Ela possui um pensamento

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5, n. 1, p. 25-35, jan./jun. 1992.



## 1. INTRODUÇÃO

A partir das décadas de 20/30, a produção sobre o Brasil foi bastante volumosa. Dentre os vários ensaístas da época, que tentaram reescrever o Brasil, destaca-se Caio Prado Júnior como um pensador que rompe com a historiografia oficial inaugurando uma nova maneira de interpretar a história: a interpretação marxista da realidade brasileira.

A maneira pela qual analisa a formação histórica do Brasil coloca-o como um dos pioneiros dessa análise, ao mesmo tempo em que é polemizado, criticado e, de certa forma, isolado. Apesar disso, Caio Prado Júnior pode ser considerado um dos maiores e mais importantes pensadores brasileiros do nosso tempo. Não só pela quantidade de escritos produzidos, entre livros e artigos, mas, e principalmente, pela qualidade da sua obra como um todo. Também pela compreensão que tem das questões relativas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em geral e na agricultura, em particular. Daí ser importante estudar sua obra como contribuição ao pensamento social em seu conjunto e particularmente às Ciências Sociais.

Não obstante os pontos críticos de sua obra, ela demonstra a preocupação e o compromisso do Autor com a Ciência.

Segundo IANNI (1), foi Caio Prado Júnior quem inaugurou uma interpretação marxista da realidade brasileira, com originalidade e influência, fundando, dessa forma, uma interpretação dialética, instituindo “toda uma corrente não só da historiografia, mas do pensamento brasileiro”.

Embora guarde todo esse valor enquanto intelectual que teorizou a respeito da formação histórica brasileira, somente agora (há pouco mais de uma década), tem merecido atenção de alguns intelectuais que têm buscado analisar aspectos mais específicos da sua obra.

Esses trabalhos, portanto, vêm possibilitando um maior conhecimento da produção caiopradiana, tão rica em informações sobre o passado histórico e tão atual sobre o presente da história do Brasil. Hoje, eles chegam a cerca de 40, os quais tentam, de uma forma ou de outra, colocar algumas questões, de maneira rápida muitas vezes, outras de forma fecunda, sobre sua vida e sua obra. Elas se constituem de informações ainda insatisfatórias, tanto pelo volume do que o Autor escreveu, como pela riqueza de informações de que é portadora e pelo caráter de cientificidade que lhe é conferido.

(1) IANNI, Octávio. “A dialética da história”. Texto apresentado na Jornada de Estudos Caio Prado Júnior. Marília-SP-UMESP-Maio de 1988-pp.28-32.

## 2. A GEOGRAFIA NA OBRA CAIOPRADIANA

Por que estudar Caio Prado Júnior do ponto de vista da Geografia?

Primeiro, porque sua obra é fundamental para se compreender o Brasil e o processo de desenvolvimento do capitalismo ocorrido aqui.

Segundo, porque, apesar de tratar da análise da formação histórica do Brasil, é também uma obra geográfica. Ela possui um pensamento geográfico.

Terceiro, porque, além de pioneiro na introdução do materialismo dialético na interpretação da realidade, é também pioneiro, segundo Milton Santos e Manuel Correia de Andrade, no emprego do conceito de formação social, conceito que só agora a Geografia vem utilizando.

Em *Evolução Política do Brasil*, publicado em 1933, seu primeiro livro, o Autor começa a esboçar suas teses principais sobre a formação histórica do Brasil, fundamentadas em três pontos: a) grande exploração; b) força de trabalho escrava e, c) mercado externo.

Mas também aí começa a trabalhar as noções de espacialidade, as relações homem/homem e homem/natureza.

Além dessa preocupação materializada em trabalhos de caráter geográfico, em toda a sua obra o Autor utiliza conceitos tanto da geografia natural, como de uma geografia do homem enquanto ser social que produz os bens materiais de que necessita para se reproduzir, ao mesmo tempo em que produz o seu espaço. Portanto, a noção de espacialidade está presente desde a sua primeira obra.

Assim, como pensador de visão universalista, Caio Prado Júnior contribui para o estudo da Geografia do Brasil, não só com sua relação de amizade com os grandes mestres da Geografia como Pierre Deffontaines, Pierre Mombeig, Rubens Barbosa de Moraes, Luiz Flores de Moraes Rego e Manuel Correia de Andrade, mas também ajudando a fundar a Associação dos Geógrafos do Brasil, em 1935, em São Paulo e a revista *Geografia*, onde colaborou com vários artigos, como a “Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo”, a “Contribuição para o estudo das influências étnicas no Estado do Paraná”. Nesse artigo, o Autor reúne seus conhecimentos sobre os imigrantes no Paraná<sup>(2)</sup> e um outro artigo sobre “O Fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo” e ainda “O movimento dos glaciares”<sup>(3)</sup>.

Esse grande pensador social não se limita a estudos específicos, mas desenvolve uma compreensão do mundo e das coisas que lhe permite uma visão global, tanto que parte da escolha do problema para abranger a totalidade social. Sua contribuição à historiografia brasileira é das mais notáveis, não só num campo específico do conhecimento como a história, mas como uma visão de totalidade, de universalidade.

No campo da Geografia, especificamente, desde os primeiros escritos, Caio Prado Júnior vem alimentando a produção geográfica brasileira não só com os artigos publicados na revista *Geografia* e com as relações amistosas que mantém com geógrafos de renome, como já foi dito, mas, como diz Manuel Correia de Andrade, demonstrando, “desde a década de 40, uma preocupação com os aspectos sociais da geografia, explicitados diretamente por Caio Prado Júnior em artigos publicados na revista *Geografia* e também na sua máxima, **FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO**, (...), em que faz uma geografia retrospectiva do Brasil, no fim do Período Colonial”<sup>(4)</sup>.

Sua preocupação com o processo de produção do espaço leva-o a estabelecer uma periodização histórica expressa no seu livro — *Evolução Política do Brasil*, onde o Autor faz uma periodização da história colonial

brasileira, desde a descoberta até meados do século XIII, período das guerras holandesas; dessas até 1808, tomando como marco a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil; de 1808 a 1822, o que ele chama de período preparatório. “O seguinte, até a revolta de 7 de abril de 1831, de transição”, pois para ele o 7 de abril é complementar ao 7 de setembro.<sup>(5)</sup> Porém, o cuidado com que descreve as condições físicas do meio, pelas dificuldades da exploração material, pela grande extensão territorial e pelo problema da força de trabalho, é uma constante, demonstrando a preocupação do geógrafo que tem uma visão mais avançada quanto às relações do homem com a natureza. Para ele, a “instalação (...) de um engenho de açúcar — principal riqueza da colônia — mesmo dos mais modestos, exigia mais de trezentos mil cruzeiros em moeda atual. Para o funcionamento requeriam-se ainda de cento e cinquenta a duzentos trabalhadores”.<sup>(6)</sup>

É a expressão das relações que produzem o espaço a partir dos interesses materiais, em jogo.

Em toda sua obra, perpassam os conhecimentos da Geografia, quer do ponto de vista da geografia clássica, sem ser determinista, como a noção de povoamento, regionalização, urbanização, ocupação, sítio, — uma herança dos mestres franceses — quer da moderna geografia, como o conceito de processo, de relação homem/natureza, homem/homem, tomando como base o primado da produção a partir do qual desenvolve toda a sua interpretação sobre a realidade brasileira.

Conforme sua compreensão, “a sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel de sua base material: a economia agrária (...). Assim como a grande exploração absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza, e com ela seus atributos naturais: o prestígio e o domínio”.<sup>(7)</sup>

O conceito de espacialidade, portanto, está presente não só ao analisar a colonização portuguesa que, dominando os indígenas e expulsando os franceses, garante o espaço para desenvolver a atividade econômica da Colônia, mas na produção do espaço caracterizado pela grande exploração. Um espaço produzido, conforme o conceito, a partir da ação do homem — o português — conforme os interesses materiais em jogo: exploração da riqueza prioritariamente, e não o povoamento, com o objetivo de atender ao mercado europeu. Portanto, é o embate entre forças externas e internas que vai determinar a distribuição no espaço brasileiro, de homens, de atividades, de coisas.

Assim, Caio Prado Júnior já fala em produção do espaço quando diz que a colonização portuguesa, no Brasil, tem como objetivo a exploração das riquezas e não o povoamento da nova colônia. Dessa forma, esse espaço é produzido conforme os interesses materiais em jogo naquele momento.

A organização do espaço, visto pela ótica da geografia, deve contemplar o processo pelo qual se dá essa organização: os interesses materiais em jogo; os objetivos que levam a essa organização; o meio natural que vai oferecer condições para a produção desse espaço, que é social, sendo assim o resultado da ação do homem, conforme diz Marx: resultado das relações

dos homens com a natureza e dos homens entre si.

Se a produção do espaço é decorrência da ação do homem sobre a natureza e sobre ele mesmo, é uma ação que deve ser analisada na sua totalidade, nas suas relações com outros espaços geográficos. E é isso que Caio Prado Júnior faz se antecipando à geografia moderna, ao considerar que o “sentido” da colonização está relacionado aos interesses da expansão marítima. Portanto, a outros espaços geográficos.

Formação do Brasil contemporâneo (colônia), publicado em 1942, seu segundo livro, pode ser considerada uma obra geográfica, se assim se pode dizer, onde o Autor faz uma geografia retrospectiva do Brasil desde o final do período colonial, segundo a compreensão de Manuel Correia de Andrade. Esta obra expressa a preocupação do Autor com os espaços sociais da Geografia. Mas nela também se utiliza dos conceitos da Geografia clássica: povoamento, ocupação, raça, embora a moderna geografia esteja presente nas noções de espaço, de processo, de relações sociais.

No balanço geral que o Autor faz da Colônia, no começo do século passado, nesta obra, percorre o caminho da Geografia clássica em algumas partes da sua obra, embora comece com a noção de síntese: o “sentido” da colonização, que é o seu ponto de partida, mas também é o ponto de chegada. Buscando no passado a dinâmica do presente, tem uma percepção do futuro, expressa ao compreender que apesar da “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; enfim, “neste verdadeiro descabro”, que é a “decomposição em que se apresenta então a nossos olhos o sistema colonial brasileiro”, existe algo de novo, “por baixo palpita uma outra vida, uma transformação que se esboça”.<sup>(8)</sup>

Este “sentido” é o objetivo final da produção do espaço, qual seja, o desenvolvimento de uma produção mercantil explicitada por Caio Prado Júnior como sendo “a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores, que domina: indígenas ou negros africanos importados”.<sup>(9)</sup>

O espaço brasileiro é produzido, pois, a partir desse interesse material e, acima de tudo, de uma produção mercantil.

Quanto ao caminho percorrido, este começa pelo povoamento, analisando-o do ponto de vista das estatísticas demográficas, bem como de fatores natural e social. O primeiro diz respeito à extensão da costa que vai influir na dispersão do povoamento. O segundo, refere-se à expansão para o interior a partir de necessidades materiais. De um lado, tem o “bandeirismo predador de índios e prospector de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente”.<sup>(10)</sup> De outro, a pecuária que vai produzindo espaços “consumidores de carne, que viria dos rebanhos que avançam por aquele sertão e o vão ocupando”.<sup>(11)</sup>

É um povoamento desigual provocado pelo caráter mesmo da colonização e este aspecto é muito bem expresso pelo Autor ao referir-se a

ele dizendo que “este desequilíbrio entre o litoral e o interior exprime muito bem o caráter predominante da colonização: agrícola — donde a preferência pelas férteis, úmidas e quentes baixadas da marinha; e comercialmente voltada para o interior, onde estão os mercados para os seus produtos”.<sup>(12)</sup>

Quando o Autor fala de ocupação, compreende muito bem os interesses materiais que determinam essa ocupação: “a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica”, que bem caracteriza esse tipo de interesse. Portanto, o gado inicialmente é um dos fatores que mais contribui para o povoamento do interior, posteriormente complementado com a atividade mineradora. Ele aponta ainda, como um outro fator de grande relevância na penetração, os rios e seus afluentes, pois, assim, “o povoamento se disseminou por isso linearmente, em pequenos núcleos ribeirinhos, ao longo das artérias fluviais”.<sup>(13)</sup>

Assim, o valor que tiveram os rios, como meio de comunicação e facilitadores do povoamento para o interior, é um dos aspectos ressaltados pela visão do geógrafo.

Para mostrar que a ocupação e o povoamento nos trópicos tomaram rumos diferentes da Europa, ele parte das condições naturais, o que Milton Santos chama de uma Geografia Natural.

A análise que Caio Prado Júnior faz do povoamento é digna de um bom geógrafo. Utiliza dados estatísticos da população da época que, segundo o Autor, giram em torno de 3.000 pessoas dispersas pelo extenso território. No litoral, instalam-se os portugueses e suas feitorias. No interior, as bandeiras que têm o seu papel na caça ao índio e às pedras preciosas. Além desses dois pontos, no Norte da colônia, instalam-se os padres jesuítas, no seu trabalho de catequese. O sertão do Nordeste é marcado pela presença do gado, que ajuda a povoar aquela região.

A faixa litorânea é a de maior densidade demográfica por ser uma área de fácil acesso e onde a produção açucareira floresce rapidamente. Com a sua decadência e o aparecimento da atividade mineradora, o interior vai se povoando, principalmente em Minas Gerais e Goiás. Com o refluxo da exploração mineradora, o litoral volta a povoar-se, recuperando a produção agrícola.<sup>(14)</sup>

No litoral, o povoamento mais denso compreende uma extensão que vai do Rio Grande do Norte até Maceió, nas Alagoas. Depois, vem o Recôncavo Baiano, onde também prospera a produção açucareira. Em seguida, a região de Campos de Goitacazes, formando três núcleos de povoamento, os quais merecem do Autor longas descrições: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Esses aspectos físicos e geográficos da Colônia, como se vê, têm um interesse todo especial para o Autor, na descrição minuciosa que desenvolve, indo do Rio Iapoque até o Rio Grande do Norte, para justificar as dificuldades de um maior adensamento populacional. Daí, ele passa para o litoral da Bahia, onde o povoamento é escasso devido aos obstáculos naturais e de ordem humana: no primeiro caso, a serra que impede o

acesso àquela área; no segundo, o índio obstaculizando o avanço do colonizador.<sup>(15)</sup>

A diferença entre o povoamento do sul e o do Nordeste é feita tendo em vista que no extremo sul do país, a base do povoamento é a pecuária, embora apresente características diferentes das demais regiões, sobretudo em termos geográficos: aí, encontra-se a presença de planaltos, serras, densas matas, gramíneas, matas ciliares, clima temperado e muita água. No Nordeste, apesar da ausência dessas condições, há o mar que facilita a circulação humana e material, sendo de maior vantagem para que o povoamento se torne denso.

Ele aponta três grandes fases do povoamento: lembrando o início da colonização quando a ocupação inicialmente é feita com o “estabelecimento dos portugueses no território da sua colônia;<sup>(16)</sup> é a ocupação do litoral de norte a sul da colônia; a penetração para o interior, com a formação das primeiras fazendas de gado nos sertões nordestinos e a subida pelo Rio Amazonas.

A noção de raça (tema muito trabalhado pelos ensaístas da época), é também tratada por Caio Prado Júnior, tanto para explicar a mestiçagem, como o processo de produção que requer grandes contingentes de mão-de-obra. Como a grande lavoura que se fundamenta no trabalho escravo, onde é necessária a sua presença, bem como a influência das raças negra e índia nos costumes, como cultura e alimentação, por exemplo.

Para que linguagem mais geográfica do que esta? E não fica aí. Ele prossegue com o emprego da noção de raça no capítulo que trata disto, onde ressalta o problema trazido pelos indígenas africanos em razão da diversidade presente nesses grupos. Neles, há unidade, pelo que parece, só na crença. Assim, “o critério português na seleção de colonos era antes religioso que nacional; a condição de cristão — embora *cristão* fosse só considerado o católico — bastava; a nacionalidade considerava-se secundária”.<sup>(17)</sup>

Outros problemas são apontados pelo Autor em relação à participação das raças que ele chama de inferiores, pois a Metrópole não conta com grandes contingentes de trabalhadores para a exploração que se inicia na nova colônia, diferentemente do que ocorre na América do Norte. “Aqui, no Brasil, tratou-se desde o início de aproveitar o índio, não apenas para obtenção dele, pelo tráfico mercantil, de produtos nativos, ou simplesmente como aliado, mas sim como elemento *participante* da colonização. Os colonos viam nele um *trabalhador* aproveitável; a metrópole, um *povoador* para a área imensa que tinha de ocupar, muito além de sua capacidade demográfica. Um terceiro fator entrará em jogo e vem complicar os dados do problema: as *missões* religiosas (...), têm objetivos próprios: a propagação da fé, os interesses da Igreja ou das ordens respectivas...”<sup>(18)</sup>

Com a reação das Ordens Religiosas ao apresamento indígena, o isolamento e a segregação deste foi o caminho encontrado pelos Jesuítas. Há, portanto, um decréscimo dessa força de trabalho, criando dificuldades para o processo produtivo.

Do ponto de vista do povoamento, a contribuição indígena, segundo

Caio Prado Júnior, é de grande significância. Há uma perfeita integração. Integração com o branco que se dá com “o cruzamento das raças”. Fator que tem um peso muito grande na organização social. Um outro fator que vai ajudar nessa integração é o “impulso fisiológico dos indivíduos de uma raça de instinto sexual tão aguçado como a portuguesa”<sup>(19)</sup> que vai se misturar ao nativo de uma forma mais profunda, através da reprodução da espécie.

Como diz Caio Prado Júnior, “a mestiçagem que é o signo sob o qual se forma a nação brasileira, é que constitui sem dúvida o seu traço característico mais profundo e notável, foi a verdadeira solução encontrada pela colonização portuguesa para o problema indígena”.<sup>(20)</sup> Na sua compreensão, essa foi a grande contribuição indígena para a formação da nacionalidade brasileira.

Solucionada a “questão indígena” na Colônia, com a integração à “massa geral” da população indígena, “o progresso econômico permitiria o emprego generalizado do negro, mais eficiente e fácil”<sup>(21)</sup>, contribuindo, portanto, de forma mais consideravelmente superior à do índio. Tanto pela superioridade numérica, como pela “resistência maior que oferece na presença do branco e o contacto mais íntimo que teve com ele, donde a multiplicação dos cruzamentos”.<sup>(22)</sup> Por estes e outros fatores, “a tendência do elemento negro é no sentido franco de sobrepujar cada vez mais o indígena”.<sup>(23)</sup>

O peso da participação do elemento negro, na formação brasileira, abrange vários aspectos da sociedade, além da produção material, como usos e costumes, — religião, vestimentas, alimentação e, sobretudo, no aspecto étnico e na economia: nesta foi o fundamento da produção como força de trabalho capaz de impulsionar a exploração monocultora.

A grande lavoura, caracterizada pela grande exploração e pelo trabalho coletivo, tem como sustentáculo o trabalho escravo que se constitui na mola mestra da produção e da organização social brasileira: “é o contacto prolongado, que se repete ao longo das gerações sucessivas, que vai modelando as relações internas do domínio e vestindo-as de roupagens que disfarçam a crueza primitiva do domínio escravocrata”.<sup>(24)</sup> Há uma contradição profunda, mas também uma dependência mútua que se consolida no “pequeno mundo fechado em função do qual se sofre e se goza”.<sup>(25)</sup>

Em História Econômica do Brasil, publicado em 1945, Caio Prado Júnior abre sua análise com o estudo do meio geográfico, meio físico, do ponto de vista da Geografia tradicional, ou da Geografia natural. Aí, ele situa geograficamente o Brasil, estabelecendo seus limites, bem como a região “onde se desenrola a história”, objeto de sua análise. A partir do que ele entende por região, “sua primeira unidade regional, e historicamente a mais importante, é constituída pela longa faixa costeira, que borda o Oceano”.<sup>(26)</sup> É uma bela página de conteúdo geográfico falando de rios, de relevo, de solo, de clima, de ocupação, e porque não dizer, de processo, de espacialidade e de relações sociais, quando diz, que “seus solos são férteis, e prestam-se admiravelmente por tudo isto à agricultura tropical que efetivamente servirá de base econômica não somente da sua ocupação

pelos colonos europeus, mas do ponto de partida e irradiação da colonização de todo o país”.<sup>(27)</sup> É uma compreensão, a meu ver, do processo de produção do espaço tendo em vista os interesses materiais que movem as relações entre Metrôpole e Colônia.

Apesar de reafirmar a sua análise já empreendida em Formação do Brasil contemporâneo, este texto traz também uma explicitação de suas teses principais num contexto de discussão, que se pode dizer, da moderna geografia. Ou seja, trabalhando com a noção de produção do espaço compreendido como o âmbito dos embates entre forças antagônicas em jogo, o Autor vem falar do caráter da colonização, afirmando que “no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria”, mas sempre com o mesmo caráter que ela, “destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”.<sup>(28)</sup> É, portanto, uma relação estabelecida entre Metrôpole e Colônia, na qual, o interesse material é o motor do empreendimento, possibilitando, assim, a produção de um espaço cuja finalidade é produzir para o mercado europeu. É com tal objetivo que se organiza a economia e a sociedade brasileira. “Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos articulados numa organização puramente produtora, mercantil, se constituirá a colônia brasileira”.<sup>(29)</sup>

A ocupação volta a ser tratada como tema central do Capítulo sobre agricultura, lembrando que por interesses materiais a Metrôpole procura expulsar os franceses adotando um “processo mais amplo e seguro: a ocupação efetiva pelo povoamento e colonização”.<sup>(30)</sup>

Como se vê, a sua obra além de ser uma obra sobre a formação histórica do Brasil, é também uma obra geográfica sobre o espaço brasileiro.

Essa questão da espacialidade é bem colocada quando diz que “... com escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma. É ela a da grande unidade produtora, que reúne num mesmo conjunto de trabalho produtivo um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor. É a exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção”.<sup>(31)</sup>

A leitura geográfica do real vem desde os artigos escritos por Caio Prado Júnior, na década de 30 e publicados na revista Geografia da Associação dos Geógrafos do Brasil, que são obras geográficas no verdadeiro sentido da palavra. É geografia tradicional, é bem verdade, mas tem um valor que supera esse limite, sobretudo porque naquele momento era a geografia possível de ser produzida. Mas também, no conjunto de sua obra, encontram-se os conceitos da geografia moderna, antecipando-se aos debates, hoje realizados, no seu interior.

### 3. NOTAS FINAIS

*Caio Prado Júnior enquanto um pensador de formação humanista, de visão universalitas e de visão de mundo a partir da compreensão de totalidade, consegue, com seus escritos, renovar o pensamento social brasileiro, com o pioneirismo na historiografia brasileira, quando inaugura a aplicação do materialismo dialético como instrumento metodológico para interpretação da realidade.*

*Na geografia, ele também é um pioneiro, na compreensão de Milton Santos, por saber utilizar o conceito de formação social antecipando "uma temática que somente agora se está impondo na geografia brasileira e mesmo internacional!"<sup>(32)</sup>*

*Certas noções que a Geografia proporia na década de 70 como, relações sociedade/natureza, relações sociais estabelecidas num espaço social, bem como a contradição e o jogo entre forças internas e externas, já são trabalhadas por Caio Prado Júnior. A noção de integração, tão bem colocada em A Revolução Brasileira, são conceitos que perpassam toda a obra de Caio Prado Júnior. Isto do ponto de vista da moderna geografia, comprovando que o geógrafo está presente em todos os seus escritos.*

*Quanto ao seu pensamento geográfico do ponto de vista da geografia clássica, a sua obra é de grande riqueza, além de ser um exemplo de como se articula o conhecimento empírico com a proposta teórico-metodológica assumida pelo Autor.*

\* Irla Bezerra da Silveira

\* Professora de Física do Departamento de Ciências Sociais e membro do Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher, da U.F.R.N.

A ocupação vem a ser tratada como tema central do Capítulo sobre agricultura, lembrando que por interesses materiais a Metrópole procura expulsar os franceses adotando um "processo mais amplo e seguro: a ocupação efetiva pelo povoamento e colonização".<sup>(39)</sup>

Como se vê, a sua obra além de ser uma obra sobre a formação histórica do Brasil, é também uma obra geográfica sobre o espaço brasileiro.

Essa questão da espacialidade é bem colocada quando diz que "... organização com escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma. É ela a grande unidade produtora, que reúne num mesmo conjunto de trabalho produtivo um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor. É a exploração em larga escala... que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção".<sup>(40)</sup>

A leitura geográfica do real vem desde os artigos escritos por Caio Prado Júnior, na década de 30 e publicados na revista Geografia da Associação dos Geógrafos do Brasil, que são obras geográficas no verdadeiro sentido da palavra. É geografia tradicional, é bem verdade, mas tem um valor que supera esse limite, sobretudo porque naquele momento era a geografia possível de ser produzida. Mas também, no conjunto de suas obras, encontram-se os conceitos da geografia moderna, antecipando-se aos debates, hoje realizados, no seu interior.

Por ocasião da elaboração da última Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, muito se comentou sobre as conquistas feitas pela mulher no novo Estatuto do Brasil. Entre estas conquistas estava o direito de mulher ter acesso à terra, requerer e obter terras cultiváveis, em pé de igualdade com o homem.

Entretanto, aquilo que se nos oferece como uma conquista revolucionária da mulher, no final do Século XX, já existia há mais de duzentos anos "mores" portuguesa.

Admitia-se, geralmente, que a Lei de Sesmarias, transposta de Portugal para a América Portuguesa, beneficiava exclusivamente os "homens de bem", visto que somente eles tinham o direito de requerer e obter nova Portuguesa terra de sesmaria:

"Deitava, pelo menos no "Estado do Maranhão e Grão Pará", este direito foi estendido à mulher. Poderão afirmar a existência "aquela terra mulheres sesmeiras, em número não desprezível.

Como comprovar esta afirmação?

Uma mulher, para se conhecer o passado de um povo do que a leitura de alguns arquivos. Este trabalho foi realizado em antigos documentos. O resultado é o seguinte: isto é, a mulher também possuía terras sesmeiras. Não por as terem herdado, mas por se as recebeu, como a terra, das poderes competentes.

No início do presente século, o historiador paraense Artur Viana, naquela ocasião era Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, iniciou a elaboração de um catálogo dos possesores de sesmaria baseado na documentação existente na instituição.

Para a elaboração deste catálogo foi necessário consultar o Arquivo Público e a Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Em 1904, foi publicado o catálogo. Este trabalho foi executado, o 2º Oficial Agrimensor José Viana.

Por dezenas de Códices, dos números 842 ao 861, foram consultados, alguns milhares de documentos manuscritos lidos, para deles se extrair as informações que constam do Catálogo. Os Códigos abrangem um período de pouco mais de um século. Vão do ano de 1720 ao de 1824. Convém lembrar que, se existiram doações anteriores a 1720, não se encontram documentos comprobatórios das mesmas.

Por outro lado, não sabemos se trabalho semelhante foi feito com relação às sesmarias concedidas pelo Governo Geral do Brasil, mas temos de reconhecer que a iniciativa do historiador Artur Viana, concretamente no Estado do Maranhão e Grão Pará, é digna de ser registrada e louvada.

O catálogo, editado pelo Arquivo Público do Pará, mereceu a chancela do Governo paraense e qualquer requerimento de terra, envolvendo antigas sesmarias, deve ser informado com base no referido catálogo e nos Códigos existentes no Arquivo Público.

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5, n. 1, p. 37-45, jan./jun. 1992.

# MULHERES SEMEIRAS PIONEIRISMO NA POSSE DA TERRA

\* Irla Bezerra da Silveira  
\* Professora de Política do Departamento de Ciências  
Sociais e membro do Núcleo Nôsis, Força de  
Estudos e Pesquisa sobre a Mulher, da U.F.R.N.

Por ocasião da elaboração da última Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, muito se comentou sobre as conquistas obtidas pela Mulher no novo Estatuto do Brasil. Entre estas conquistas figurava o direito da mulher ter acesso à terra, requerer e obter terras para cultivo, em pé de igualdade com o homem.

Entretanto, aquilo que se nos afigura como uma conquista revolucionária da mulher, no final do Século XX, já existia há mais de duzentos anos, nos “mores” portugueses.

Afirma-se, geralmente, que a Lei de Sesmarias, transposta de Portugal para a América Portuguesa, beneficiava exclusivamente os “homens de qualidade”, visto que somente eles tinham o direito de requerer e obter da Coroa Portuguesa terra de sesmaria.

Todavia, pelo menos no “Estado do Maranhão e Grão Pará”, este direito foi estendido à mulher. Podemos afirmar a existência, naquela região, de mulheres sesmeiras, em número não desprezível.

Como comprovar esta afirmação?

Nada melhor, para se conhecer o passado de um povo do que a leitura de velhos alfarrábios, manuscritos, etc. É assim que, em antigos documentos, vamos encontrar a confirmação do que se disse acima, isto é, de que no Estado do Maranhão e Grão Pará existiram mulheres posseiras de sesmarias. Não por as terem herdado, mas por terem recebido, como doação, dos poderes competentes.

No início do presente século, o historiador paraense Artur Viana, que naquela ocasião era Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, determinou a elaboração de um catálogo nominal dos posseiros de sesmarias, baseado na documentação existente naquela instituição.

Este catálogo foi publicado no tomo terceiro dos “ANNAES DA BIBLIOTHECA E ARCHIVO PÚBLICO DO PARÁ”. Editado pela primeira vez em 1904, foi reeditado em 1968. É um trabalho longo, de 145 páginas e deve ter custado muitos dias de exaustivo labor do funcionário que o executou, o 2º Oficial Agrimensor José Viana.

Duas dezenas de Códices, dos números 842 ao 861, foram consultados, alguns milhares de documentos manuscritos lidos, para deles se extrair as informações que constam do Catálogo. Os Códigos abrangem um período de pouco mais de um século. Vão do ano de 1720 ao de 1824. Convém frisar que, se existiram doações anteriores a 1720, não se encontram documentos comprobatórios das mesmas.

Por outro lado, não sabemos se trabalho semelhante foi feito com relação às sesmarias concedidas pelo Governo Geral do Brasil, mas temos de reconhecer que a iniciativa do historiador Arthur Viana, concernente ao Estado do Maranhão e Grão Pará, é digna de ser registrada e louvada.

O catálogo, editado pelo Arquivo Público do Pará, mereceu a chancela do Governo paraense e qualquer requerimento de terra, envolvendo antigas sesmarias, deve ser informado com base no referido catálogo e nos Códigos existentes no Arquivo Público.

Naquele catálogo estão relacionados 2.158 nomes de sesmarias, em ordem alfabética. Deste total, apenas 560 tiveram suas datas confirmadas.

O processo de doação de sesmarias tinha duas etapas bem distintas. A petição inicial, devidamente instruída, deveria ser feita ao Capitão-Mor ou Governador. Cabia ao Provedor da Fazenda Real, à Câmara Municipal e ao Procurador da Coroa informarem a petição que, então, iria para o despacho final. No caso de deferimento, o Secretário de Estado lavrava uma Carta de Data e Sesmaria, que era assinada pela autoridade maior — Capitão-Mor ou Governador.

Esta Carta valia como um título provisório, cumprindo ao concessionário suplicar ao Rei, no prazo de três anos, a confirmação, valendo esta última, se concedida, como título definitivo.

Para a confirmação ser efetivada era necessário ao suplicante comprovar a demarcação da sesmaria, bem como, a sua utilização agrícola ou pecuária. Sem isto, nenhuma sesmaria seria confirmada, visto que o descumprimento de qualquer uma destas exigências implicava a invalidação da concessão anterior e as terras tornar-se-iam devolutas, voltando à propriedade da Coroa.

Como a relação foi feita numa ordem alfabética rigorosa, é fácil verificar que acima de uma centena de requerentes obtiveram títulos provisórios de mais de uma data e sesmaria. Porém, foram poucos os que obtiveram mais de um título definitivo: apenas cerca de duas dezenas.

Ocorreu que, consultando o Catálogo Nominal dos Posseiros de Sesmarias, surpreendeu-me o avultado número de nomes de mulheres que figuravam naquela relação. Tive a curiosidade de contá-los e verifiquei a existência de 200 nomes, comprovadamente femininos. Isto é, mulheres houve no Estado do Maranhão e Grão Pará que haviam obtido títulos provisórios de datas e sesmarias. Este número representa cerca de 9% do total de datas e sesmarias concedidas pelos governantes daquela região.

Não temos conhecimento se alguma mulher obteve data e sesmaria em outro Estado do Brasil, mas o fato de a terem obtido no Estado do Maranhão e do Grão Pará, prova à saciedade que, na Lei portuguesa de terras, não havia qualquer impedimento para que uma mulher, solteira, casada ou viúva, requeresse e obtivesse uma data e sesmaria. Este é o fato concreto que nos provam os documentos existentes no Arquivo Público do Pará.

Mas, como para o trabalho que estava desenvolvendo, na ocasião, interessavam as sesmarias confirmadas, organizei uma nova relação, bem menor, onde além das especificações registradas no Catálogo Nominal, outros dados foram acrescentados: a localização quanto às Capitanias — Pará, Maranhão ou Piauí; a utilização — agrícola ou pecuária, bem como a área de cada uma. Para fazê-lo, tive necessidade de ler algumas centenas de Cartas de Sesmarias.

Por estes novos dados, verifica-se que as sesmarias concedidas na Capitania do Pará, em geral, eram bem menores do que aquelas doadas nas do Maranhão e Piauí e que as maiores eram destinadas à pecuária.

De acordo com esta nova relação, verificamos que das 560 sesmarias confirmadas, 48 foram doadas a mulheres, o que representa 8,5% do total.

Deste número, mais da metade, isto é, 25 datas estavam localizadas

na Capitania do Pará, 11 no Maranhão e 12 no Piauí. Quanto à sua utilização, 25 se destinavam à pecuária e 23 à agricultura.

Na Capitania do Pará, houve a predominância das sesmarias destinadas à exploração agrícola. Das 386 sesmarias confirmadas, naquela capitania, apenas 73 eram para pecuária. E a mesma tendência se verifica nas sesmarias doadas a mulheres.

Quanto às do Maranhão e Piauí, predominava a pecuária, o que se reflete nas datas doadas a mulheres. No Maranhão, das 95 sesmarias confirmadas, 68 se destinavam à pecuária. E, com relação às sesmarias doadas a mulheres, 7 eram destinadas à criação de gado vacum e cavalar.

Na Capitania do Piauí, das 79 sesmarias confirmadas, apenas se destinava à agricultura. E todas as sesmarias doadas a mulheres estavam destinadas à pecuária.

A primeira mulher que obteve uma sesmaria confirmada foi Catarina Pereira, que recebeu uma data de 1.472 hectares, para cultivo de lavouras, na Capitania do Maranhão. A sesmaria, doada em 1720, foi confirmada em 1722. Foi, também, uma das menores datas concedidas a mulheres. Somente Ana Maria Aguiar, com 272 hectares, no Rio Guamá, e Maria Correa Bitancourt, com 1089 hectares, na Baía do Sol, tiveram datas menores. Estas duas últimas se localizavam na Capitania do Pará.

A maior sesmaria concedida a uma mulher foi à Maria Cunha Carvalho, na ribeira do Parnaguá, Capitania do Piauí, que recebeu uma data com 26.136 hectares, exatamente o dobro do que obtiveram todas as outras sesmeiras daquela Capitania.

Foi, também, a terceira maior sesmaria do Estado do Maranhão a Grão Pará. Somente dois homens, na Ilha Grande de Joanes (atual Marajó) obtiveram sesmarias maiores que a de d. Maria Cunha Carvalho.

A sesmeira Maria Cunha Carvalho e Ignacia Pereira de Macedo, que recebeu uma data de 13.068, no Rio Parnaíba, eram viúvas e nas suas petições estava explicitada esta condição.

A última sesmaria doada e confirmada a uma mulher foi no Século XIX. Rosa Maria Sena recebeu a confirmação da sua em 1812. O título provisório era de 1810. Esta sesmaria estava localizada no distrito de Turiaçu, naquela ocasião pertencente ao Pará e, alguns anos depois, incorporado à Província do Maranhão. Era destinado às lavouras e sua área média 8.712 hectares.

Outros títulos provisórios foram concedidos depois daquele ano, mas nenhum concedido a uma mulher foi confirmado.

Duas petições de sesmarias chamaram-nos a atenção, pelo inusitado do motivo. Duas mulheres, certamente ainda jovens, declarando serem órfãs, alegavam a necessidade que tinham de dispor de um "dote". Este lhes foi concedido pelo Governador do Estado do Maranhão e Grão Pará e, posteriormente, confirmado pelo Rei de Portugal que, naquela ocasião, era D. João V.

As peticionárias eram Caetana Maria Josefa de Carvalho e Teresa de Jesus. A primeira recebeu uma data de 8.712 hectares, no rio Guamá e a segunda, uma de 4.136, no rio Marapani. As duas datas de terra destina-

vam-se a lavouras e ficavam localizadas na Capitania do Pará.

São estes dados que nos mostram que, em passado remoto, ou mais exatamente no Século do Iluminismo, não havia ainda, em relação à Mulher, as restrições que vamos encontrar posteriormente. É bem possível que, ao Século das Luzes, tenha sucedido um Século de Trevas, no qual um direito que nem sequer era questionado, pois estava inserido nos usos e costumes da sociedade da época, tenha sido retirado à Mulher.

Poder-se-á objetar que a grande propriedade não estava vedada às mulheres, pois estas poderiam herdá-las ou comprá-las. Mas a sesmaria, grande ou pequena, era uma concessão real — terras da Coroa doadas a particulares para cultivo — e o fato daquela doação ser feita a mulheres, nos mostra que a Lei portuguesa reconhecia à mulher o direito à posse da terra, visto que lhe concedia, quando solicitado.

Refletindo sobre estes usos e costumes da gente portuguesa, devemos levar em consideração um fato que nos informa a História. Portugal foi um povo de aventureiros. Milhares de homens partiram para terras distantes, na busca de riquezas, em viagens que, muitas vezes, se prolongavam por muitos anos. Então, as mulheres impelidas pelas circunstâncias, assumiram funções que, em outras sociedades, cabiam exclusivamente aos homens. Assim, milhares de mulheres se tornaram chefes de família e assumiram os negócios dos pais, maridos ou irmãos ausentes.

Na América Portuguesa — Brasil, Maranhão e Grão Pará — os homens se embrenhavam nos sertões longínquos e as mulheres tiveram de substituí-los nos negócios concernentes às famílias e suas fazendas.

Talvez esta circunstância possa explicar o “progresso” da sociedade paraense, no século XVIII, em relação ao problema feminino.

Seria interessante verificar se a mulher brasileira da mesma época requereu e recebeu sesmarias. Enfim, se isto foi uma característica da sociedade paraense, ou não.

E, em caso negativo, identificar quando e por que a Mulher, no Império Brasileiro, foi reconduzida ao recesso do lar doméstico, retirando-se-lhe, ao mesmo tempo, direitos que lhe eram assegurados tradicionalmente, nos usos e costumes de sociedades anteriores.

Concluimos este pequeno ensaio anexando uma Relação Nominal das Mulheres Sesmeiras do Estado do Maranhão e Grão Pará.

Acreditamos que será interessante conhecê-la.

RELAÇÃO NOMINAL DAS MULHERES SESMEIRAS DO  
 “ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO PARÁ”

Nº do Catá logo	NOMES DAS SESMEIRAS	ANOS Conc./ Conf.	UTILI ZAÇÃO	LOCALI ZAÇÃO	CA.	ÁREA ha.
3	Agada da Silva	1750 1751	Pecuária	Rio Itapecuru	MA	13.068
71	Angélica Maria	1738 1740	Agrícola	Rio Guaná	PA	2.178
81	Anna Borges de Oliveira	1748 1750	Pecuária	Vert. Rio Mearim	MA	13.068
85	Anna Ignacia Joaquina da Costa	1762 1763	Pecuária	Rio Arary Marajó	PA	2.178
88	Anna Margarida Victoria Feya	1768 1770	Pecuária	Ourém	PA	8.712
90	Anna Maria de Aguiar	1737 1738	Agrícola	Rio Guamá	PA	272
403	Caetana Maria Josepha de Carvalho (dote)	1736 1739	Pecuária	Atoleiro Grande	MA	13.068
433	Catharina Freire Zagal	1753 1756	Agrícola	Rio Capipoxotuba	MA	1.452
439	Catharina Pereira	1720 1722	Agrícola	Arapary Rio Amazonas	PA	6.534
441	Catharina da Silva	1756				
491	Damiana Lopes Pereira	1748 1751	Pecuária	Riacho das Piranhas	PI	13.068
516	Domicilia do O'	1738 1742	Pecuária	Riacho das Inhaumas	MA	13.068
598	Elena Duarte de França	1757 1764	Pecuária	Rio Anajás Marajó	PA	17.424
604	Escolastica da Silveyra Seixas	1755 1756	Pecuária	Rio Surubiu	PI	13.068
624	Eugenia da Costa	1743 1746	Pecuária	Rio do Guruguca*	PI	13.068
627	Eugenia de Mesquita	1748 1751	Agrícola	Rio Capim	PA	6.539
629	Eusebia Pacheca	1741 1744	Pecuária	Rio Pernahyba	PI	13.068
659	Florencia de Castelo Branco	1728 1751				
873	Helena de Villas Boas	1728 1734	Pecuária	Rio Suapará	PI	13.068
892	Ignacia Marinha de Sá	1745	Pecuária	Rio Parnayba	PI	13.068
895	Ignacia Pereira de Macedo (viuva)	1747 1749	Pecuária	Rio Garapa	MA	13.068
920	Ignez Senhorinha da Silva	1735				

926 Isabel Garcez Pestana	1742	Agrícola	Rio Tocantins	PA	4.356
	1747				
	1749	Pecuária	Rio Parnayba	PI	13.068
930 Isabel Torres	1722				
	1725	Agrícola	Rio Uassahy Vigia	PA	1.089
953 Joanna Baptista da Igreja	1748				
	1750	Agrícola	Rio Alpercatas	MA	13.068
954 Joanna Francisca de Jesus Nogueira	1753				
	1756	Agrícola	Rio Turiaçu	MA	13.068
956 Joanna Maria de Souza	1728				
	1729	Agrícola	Arapary	PA	6.534
1378 Joanna Rita de Assumpção	1755				
1429 Josefa Maria	1746	Agrícola	Rio Guamá	PA	8.712
	1751				
1449 Lina Rita Sofia do Amaral	1757	Agrícola	Baixo Amazonas	PA	6.534
	1760				
1478 Lucia de França	1749	Pecuária	Matas do Parnahyba	PI	13.068
	1750				
1532 Luiza Maria de Novaes	1730	Agrícola	Rio Acará	PA	2.178
	1734				
1830 Maria de Almeida de Jesus	1734	Agrícola	Rio Anhangapy	PA	17.424
	1738				
1832 Maria Antonia Ignacia Michaela	1742	Pecuária	Saco do Piroá	MA	13.068
	1743				
1837 Maria Correa Bitancourt	1721	Agrícola	Rio Anhangapy	PA	4.356
	1732				
1839 Maria da Cunha Carvalho (viuva)	1742	Agrícola	Rio Capim	PA	8.712
	1746				
1842 Maria Fernandes Nunes	1739	Agrícola	Baía do Sol	PA	1.089
		Pecuária	Ribeira do Parnaguá	PI	26.136
		Pecuária	Rio Guruguca*	PI	13.068
1843 Maria Pinto de Azevedo	1728	Pecuária	Rio Longá	PI	13.068
	1734				
1855 Maria Rufina	1763	Pecuária	Rio Caranaoca	PA	4.356
	1765		Marajó		
1860 Maria Thereza de Vasconcelos	1725				
	1726	Agrícola	Rio Moju	PA	4.356
1863 Marianna Figueira	1732				
	1735	Agrícola	Rio Guamá	PA	2.178
1864 Marianna Gomes	1738				
	1740	Agrícola	Baía do Sol	PA	4.900
2009 Porfíria Bitancourt	1724				
	1725	Agrícola	Rio Mojú	PA	2.178
2044 Rosa Maria Sena	1810				
	1812	Agrícola	Rio Turiaçu	MA	8.712
2045 Rosa Maria da Sylva	1747				
	1748	Pecuária	Rio Asahy Marajó	PA	7.260
2089 Thereza de Jesus (dote)	1734				

	1735	Agrícola	Rio Marapany	PA	4.356
2092 Thereza de Souza	1726				
	1728	Pecuária	Rio Iguara	MA	8.712
2127 Ventura Corqueira de Vasconcellos	1746				
	1746	Pecuária	Ribeira do Parnaguá	PI	13.068

\* No Piauí não existe nenhum Rio Guruguca. Existe um Rio com o nome Gurguecia.

\* Vide Nota página anterior.

FONTE: Catálogo Nominal dos Posseiros de Sesmarias — Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará — Tomo Terceiro: Códices n.ºs 842 a 861 do Arquivo Público do Pará.

## CIDADE DOMADA: O URBANISMO COMO RACIONALIZAÇÃO E DOMESTICAÇÃO DO SOCIEDADE URBANA (SÉCULO XIX E XX)

Muirakytan Kennedy de Macêdo

Professor do Curso de História do Campus de Caladô - UFRN.



## SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO .....	30
Estadário promericio .....	31
"Trabalhos invisíveis" .....	32
"Menciro: a face da morte rubra" .....	33
<b>"A CIDADE DOMADA: O URBANISMO COMO RACIONALIZAÇÃO E DOMESTICAÇÃO DO TECIDO URBANO (SÉCULO XIX E XX)"</b> .....	34
"Ós, nem Tescus" .....	37
"Da aviação omnipresente" .....	37
"De segundo a palção lispecteana" .....	39

**Muirakytan Kennedy de Macêdo**

Professor do Curso de História do Campus de Caicó  
- UFRN.

A CIDADE DOMADA: O URBANISMO COMO  
RACIONALIZAÇÃO E DOMESTICAÇÃO DO  
TECIDO URBANO (SÉCULO XIX E XX)

Muirskylan Kennedy de Macedo

Professor do Curso de História do Campus de Cairó  
- UFRN.

### SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	50
O purgatório prometeico .....	51
“As muralhas invisíveis” .....	52
Rio de Janeiro: a face da morte rubra .....	53
Painel de controle .....	55
A Torre de Babel hoje .....	55
Da praça à rua .....	56
Nem Titãs, nem Teseus .....	57
Brasília, o avião onipresente .....	57
Brasília segundo a paixão lispecteana .....	59

## APRESENTAÇÃO

A modernidade encontra-se comodamente sediada no espaço urbano. Neste ambiente fértil, ela expressa através da vivência metropolitana toda sua carga de contradições, sobressaltos e cosmopolitismo. Tal mobilidade torna a cidade um **signo em rotação**, ou melhor, em infinita mutação.

A metrópole moderna é mais que nunca o palco onde é gestado o “novo”, mesmo por que é aí onde se imbricam todo feixe de forças da realidade social, todas as relações da vida humana — desde a produção da sobrevivência do homem, até as formas de controle e vigilância desta produção.

O tecido urbano ressenete-se, portanto, das solicitações e imperativos do universo produtivo em que se insere, seu perfil será a expressão dialética desta ordem hegemônica. Impedir que elementos desaglutinadores minem esta ordem, é a função primordial dos “corretivos” ministrados ao corpo da cidade. Tais intervenções que se utilizam francamente do conhecimento técnico-científico disponível aplicado no tecido urbano como forma eficiente de racionalizá-lo e torná-lo previsível para melhor dominar seus desvios.

Neste sentido é que o presente trabalho pretende explorar este “debrucamento” da razão planejadora (sobretudo sob a forma do Urbanismo). Procurando ser sensível tanto à problemática que engendrou este conflito urbano, quanto ao que se criou, tentando solucioná-lo.

## O Purgatório Prometéico

A sociedade humana é investida de civilização quando possibilita o aparecimento do conglomerado urbano. O que seria a autenticação de uma convivência social herege às normas orgânicas da natureza, a artificialização de um padrão social resultante da domesticação técnica da natureza, superando-a tecnicamente.

O veredicto à ousadia de construção de um modo de vida civilizado, divorciado do organismo íntimo da natureza, parece ser metaforizado pela expulsão bíblica de Adão e Eva por contactarem com a árvore da Sabedoria ou pelo mito de Prometeu, condenado por roubar o fogo dos deuses e ao difundi-lo entre os mortais lhes possibilitar o saber. O veredicto é a deserção. Por optar por um conhecimento próprio, diverso de uma ordem superior perfeita, os mortais encontrarão na cidade o rochedo purgatório de Prometeu.

Tal como nos é apreendida hoje, a metrópole moderna tem sua ancestralidade mais fortemente firmada com o espaço urbano produzido pela Revolução Industrial, ou cronologicamente do final do século XVIII, estendendo-se pelo século XIX até sua complexa estrutura contemporânea. Sua filiação a esta maternidade desnaturada herda-lhe o impulso convulsivo para o crescimento. Tal caráter inesperado, nos primeiros momentos, surpreendeu a capacidade equacionadora do industrialismo. A força incontornável do crescimento espontâneo, inescrupuloso, enquanto não administrado pelo instrumento organizacional de um saber científico especializado, fazia com que o caos urbano emperrasse uma característica atávica do capitalismo, a velocidade. Velocidade no produzir, lucrar, transportar e no consumir: fenômeno intrínseco a um modo de produção onde a mercantilização de todos os valores da dita civilização clama por velocidade na consumição. Isto traduzido no consumismo sob o signo do perecível, do descartável; a prisão ao **karma** do consumo.

Instalada no ambiente moderno, industrial, a metrópole irá transformar o eixo de vários aspectos da vivência urbana. A lógica motora do cotidiano metropolitano seria outra. A representação do tempo, antes regulado mediante as mudanças cíclicas da natureza, na cidade moderna passaria a ser definido a partir do regime de trabalho, com vistas na produtividade<sup>(1)</sup>. Outro aspecto modificado foi a frequência do trabalho urbano, desligada agora de sua antiga preocupação em satisfazer somente às necessidades imediatas, soldando o trabalhador à produção constante<sup>(2)</sup>. No âmbito habitacional, a perda foi acentuada pela dicotomia moradia-trabalho, houve uma especialização neste sentido, anteriormente “a vida não parecia cindida em tempo do patrão e lugar do trabalho contraposto a tempo do descanso e lugar de morar”<sup>(3)</sup>.

Quando o “Frankenstein” urbano engendrado pela Revolução Industrial rebela-se contra seu criador, através do conflito social alimentado pelo caos urbanístico, foi o momento de colocarem-lhe os devidos grilhões da razão analítica burguesa, na observação de Lefebvre, “indispensável, eficiente, terrificante — realizada objetivamente e projetada sobre o terreno

das cidades novas” (4). A natureza anárquica desse crescimento urbano teria de ser normatizado, pois obstaculizava uma ordem hegemônica que pretende uma exaustiva racionalização da realidade circundante, com vistas à eternização de um modo de produzir. Em outras palavras, “o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital” (5). As formulações concretas, através de um saber original, desse “monstro” urbano foram conhecidas maduras em meados do século XIX.

### “As Muralhas Invisíveis”

A racionalização do espaço urbano com o bisturi do urbanismo reeditam na modernidade a versão de um elemento logístico das cidades antigas, as muralhas. No contexto moderno, elas perdem, porém, sua natureza material, volatilizam-se; o caráter defensivo explícito na visibilidade física da muralha antiga é o mesmo da contenção, isolamento das ameaças do inimigo externo às cidades emuralhadas.

As metrópoles modernas, além de introjetarem em si os limites segregadores próprios das muralhas, as tornam rarefeitas e invisíveis (6), mesmo porque a potência das hostes inimigas estão latentes em seus próprios habitantes. José J. Veiga, numa prosa onde os substantivos alegóricos assombam por significarem materialmente a face terrível de seu adjetivo correlato, torna as ruas em uma de suas fábulas (“Sombras de Reis Barbudos”) indiscretamente emuralhadas, no livro tais construções eram imposição de uma potente e obscura instituição. José J. Veiga denuncia desta forma simbólica as muralhas subjetivas da metrópole moderna.

A percepção das muralhas modernas requer uma leitura que secundariza o nervo óptico, dando primazia à reflexão que se carregue do arsenal teórico das ciências que detectem no espaço urbano a correlação de poder de que é palco e expressão. O emuralhamento tornou-se invisível via planejamento urbanístico e imposição também planejada de posturas comportamentais, elementos fundamentais para através de uma padronização imposta e demarcação de limites tornar a paisagem humana manipulável, pois ao tentar eliminar-lhe desvios imprevisíveis, infunde-lhes maior controle. Este é o parentesco funcional das muralhas modernas com as antigas, ambas têm o caráter de segregar, excluir e imunizar uma área contra ameaças alienígenas à ordem estabelecida.

A razão planejadora segue propositalmente a dinâmica centrífuga, privilegiando o centro urbano e daí estendendo suas fronteiras até o liminar do caos suburbano, sua antítese. O objetivo primeiro desta dinâmica é diferenciar o núcleo central da metrópole de seu aspecto caótico (início da aplicação dos princípios urbanísticos), onde o ambiente nevrálgico da cidade comportava deliberadamente a convivência indiscriminada de áreas de trabalho conjugadas a áreas habitacionais, e mais agravante neste aspecto a coexistência ou proximidade, incômoda às classes abastadas, de miseráveis habitações populares. Tratava-se de ao diferenciar, estabelecer fronteiras através do planejamento urbanístico associado ao controle social pelas instituições normatizadoras do comportamento da vida urbana, suprimindo a

potencialidade de contestação fermentada no caos do cadinho urbano.

Conduzir linhas de forças tão incomensuráveis e imprevisíveis quanto as da sociedade, requer uma ampla e minuciosa sistemática, desde a concepção do planejamento urbano até sua própria execução. Planejar seria orquestrar uma realidade cujo diagnóstico é o efeito da clínica especializada de saberes vários: sociologia, arquitetura, engenharia, medicina sanitária, assistência social, etc. O corolário a esta proposição podemos encontrar franqueado pela experiência de reformulação do plano urbanístico do Rio de Janeiro, no começo do século XX.

### **Rio de Janeiro: a face da morte rubra**

O projeto urbanístico idealizado para o Rio de Janeiro do início deste século não tinha a mesma motivação que seus similares nas grandes cidades européias, embora importasse muito da forma como foi ali implantado. Os núcleos urbanos europeus sofriam do tumulto industrial que, decisivo, urdiu uma perigosa configuração em seus tecidos urbanos, daí o “corretivo” das medidas urbanizantes. No Rio de Janeiro, minoritário o motor do industrialismo, a causa profunda encontra-se na estrutura esclerosada, deficiente para comportar a crescente população atraída para a capital do país, também importante entreposto comercial e financeiro <sup>(7)</sup>.

O catalisador da reforma urbana no Rio é encontrado na face mórbida da cidade, freqüentemente assolada por epidemias e endemias fatais para elementos dos vários segmentos da sociedade. O Rio era foco de enfermidades de índices tão elevados que dificultava o atracamento de navios de outros países, receiosos da contaminação. Este fato notorizou vergonhosamente o Distrito Federal do Brasil como o “túmulo de estrangeiros” <sup>(8)</sup>. Dificultando, além do agravante de possuir um porto de estruturas arcáicas, as relações comerciais com o exterior.

O alastramento de doenças, sem terapias ou prevenção eficientes, encontrava na inexistência de uma estrutura de saneamento básico seu elemento mais combustível. Este quadro era agravado pelo caos da estrutura habitacional, que segregava a maioria da população pobre em moradias insalubres, como é o caso dos cortiços que comportavam uma população superlativa e sofrivelmente mal instalada. Dado este quadro de indiscutível enfermidade de toda a estrutura urbana, era consensual a necessidade de reformas no arcabouço urbano. No ano de 1902, ao assumir a presidência da República, Rodrigues Alves prometia cumprir a promessa feita de sanar o Rio doente. Começam com Rodrigues Alves os trabalhos de reforma urbana no Rio de Janeiro, seu plano era modernizar o porto, sanear a cidade, modernizando-a também com a abertura de três avenidas <sup>(9)</sup>.

Ministrar medidas reformistas e obter da população uma cooperação passível, era uma equação impossível de ser conseguida. Urbanizar e sanear a cidade seria tocar e inquietar costumes bem sedimentados, era mover uma massa populacional estabelecida. A reforma urbanística encarnava desta maneira a sensibilidade de um barômetro social, a insensibilidade tátil de sua execução poderia redundar no desencadeamento de insurreições

de rumos imprevisíveis.

Dois frentes de ação estejavam o projeto reformista: a modernização urbanística era da alçada do prefeito Pereira Passos, expectador, *in loco*, em Paris, das reformas urbanas realizadas pelo Barão de Haussmann<sup>(10)</sup>; a reforma sanitária, sob o encargo do médico sanitarista Oswaldo Cruz. A consumação de tais objetivos exigiam medidas paralelas de disciplina-mento dos usos que os moradores faziam da cidade. Tais medidas encontravam-se compiladas legalmente nos textos divulgados como Códigos de Posturas: previam a observância e obediência desde a ordem e moral públicas, até o cuidado estético com a estrutura urbana.

A discussão acerca da modernização do centro indiferenciado da cidade, onde conviviam amalgamados os ofícios comerciais e artesanais, cortiços insalubres e sólidas residências aristocráticas, tinha discordância entre a população rica, na maioria das vezes, somente quando o plano de reforma pedia destruição de cortiços de sua propriedade que eram alugados à pobreza. A polêmica era generalizada; porém, quanto ao saneamento, especificamente a prevenção através da vacina obrigatória, a esta questão uniam-se protestos veementes oriundos de todos os segmentos sociais, tanto da burguesia culta-ali vasta facção positivista — quanto os moradores dos cortiços. A insistência na obrigatoriedade dessa terapêutica preventiva veio colocar em xeque a administração política da cidade, levando o Distrito Federal a um delicado estado de conflagração (a Revolução da Vacina, 1904).

A questão dos direitos dos indivíduos, sua soberania frente às imposições governamentais, sempre foi um grave obstáculo à consumação da ampla reforma no corpo tumultuado do “monstro” urbano carioca. Desde expoentes da elite até a classe majoritária que sobrevivia na pobreza, reagiram, cada um a sua maneira, quando se sentiam cerceados de direito que permitiam o exercício da individualidade mais imediata. O revide subjetivava-se quando expressão insatisfeita das elites e adquiria força material nas hostes populares. Os protagonistas abastados usavam do arsenal da influência política e justificações filosóficas<sup>(11)</sup> para tentar amenizar o incômodo reformista. O povo afastado do acesso direto a esses instrumentos, exacerbava sua participação no espaço concreto da rua. A massa urbana dos destituídos, apesar de perdedores com a reforma, “continuaram a disputar o espaço urbano com as elites (...) habitando um espaço que não lhes tinha sido destinado, exercendo ofícios expressamente proibidos, praticando cultos que se queria desenrosos, permitindo-se expansões de alegria que se tinha como indesejáveis”<sup>(12)</sup>.

No Rio, de 1880 a 1904, por várias vezes, setores populares recorreram ao expediente explosivo das reivindicações de rua. Em questões como aumento de impostos sobre serviços urbanos, a população agiria insatisfeita, queimando e destruindo tais serviços, transportes urbanos e iluminação pública. No espaço da rua, a perplexidade ferida ultrapassaria o limiar da ação, ossificando-a ali. No espaço aberto das ruas, a multidão reunida confere anonimato e isenção a seus componentes, possibilitando a dissipação da energia contida, direcionando-a aos seus objetivos concretos e imediatos.

## Painel de controle

“Deixai toda esperança, vós que entrai”  
(Dante)

A cidade antiga, anota-nos um escriba egípcio, tinha sua fundação destinada a “pôr os deuses em seus templos”<sup>(13)</sup>. Correndo a vista pela história urbana e estancando-nos na era crispada pela modernidade, perceberemos que os deuses que deveriam habitar a metrópole moderna, infundindo-lhe a dignidade de um espaço sagrado, foram esvaziados de suas divindades, tornando-se inócuos. Ocorre que com a Revolução Industrial a tendência à racionalização cresce como uma ameaça heresiarca à cidade antiga. Com o advento do industrialismo, o espaço urbano é metodicamente dessacralizado neste sentido. O urbanismo já como um saber mais nutrido obedece aos caprichos de uma ordem incomodada com tudo que tenha aparência caótica e portanto difícil de ser manobrada e assimilada ao processo produtivo.

Palco da produção, a cidade moderna sintomaticamente será a matriz do controle, cujo paradigma mais claro é a burocracia e a instituição policial. Para gerir o universo produtivo dentro de padrões organizacionais realmente eficientes, rápidos e práticos, esta obsessão visceral pela onisciência planejadora hipertrofiou-se, criando a burocracia. Esta instância do controle é um labirinto paquidérmico onde a racionalização pode perder irreversivelmente, talvez, o referencial primeiro de si mesma. E onde a racionalização não conseguida de maneira satisfatória, instala-se a vigilância policial que ainda funciona como “correias de transmissão de mensagens ideológicas e desempenham um missão ‘educativa’ (...) difundindo (...) através de suas ações, (...) padrões de disciplina urbana e ordem moral”<sup>(14)</sup>.

## A Torre de Babel hoje

A razão planejadora, em sua ânsia por velocidade, ambiciona seu império em todos os elementos. A **terra** é seu elemento primordial, deste sítio tenta sua própria superação pela conquista do **ar**. Os arranha-céus e grandes edifícios insistem no expediente frustrados pela Torre de Babel. O espaço urbano das grandes cidades pretende, por imposição do relacionamento veloz com todos os setores da vida metropolitana, quase que contrariar a lei imperativa da impenetrabilidade, verticalizando seus grandes edifícios como que tentando esgotar a possibilidade de ocupação do espaço num único ponto. O progresso técnico ou as solicitações de uma conjuntura propícia ainda não estão suficientemente desenvolvidas para que a cidade distenda suas rugas fállicas de concreto, sem com isso, horizontalizando-se em demasia, conjugar-se com o obstáculo da distância entre suas unidades funcionais.

Cidades totalmente planejadas podem superar, em parte, esse mundo vertical, desde que, como propôs Le Corbusier, as ruas possibilitem velocidade de locomoção eficiente e seja exclusiva ao tráfego motorizado. Além

das ruas se transformarem em vias expressas, o custo será o sofrido também por Brasília, a matematização extrema do plano urbanístico suprimindo o caos fecundo gerado pelo complexo urbano tradicional, a possibilidade do encontro casual e surpreendente no centro nodal da cidade sendo eliminada.

### Da praça à rua

A “dessacralização” das ruas segue o mesmo itinerário percorrido pelas outras estruturas urbanas, porém o planejamento desse espaço é extremamente significativo, pelo estratégico meio de circulação da população citadina. A partir de 1789, principalmente as ruas parisienses, poderiam ser vistas como ambientes naturais para demonstrações das potencialidades do povo. Os bulevares parisienses, implantados dentro de um projeto proposital de urbanização, constituem uma inovação ousada na urbanização da cidade moderna, a partir da década de 1860. Seu plano permitia o tráfego fluir pelo centro da cidade e mover-se em linha reta, de um extremo a outro da metrópole. Por outro lado, saneava-se assim a região cardíaca da cidade de suas habitações miseráveis, empenhando na construção destas vias a própria pulsão dos trabalhadores pobres, tentando amenizar o choque da destituição.

Acalmando-se desta forma a área de conflito social urbano, incrementaria o desenvolvimento de novos negócios e por fim facilitaria o importantíssimo acesso das tropas de artilharia às recorrentes ameaças das barricadas e insurreições populares <sup>(15)</sup>.

Le Corbusier dá o golpe de misericórdia na presença do pedestre na dinâmica da rua moderna. Sua concepção teórica prioriza a rua como um “fábrica de produzir tráfego” <sup>(16)</sup>, o império do não pedestre. Sintomático em Brasília, inspirada nos pressupostos teóricos de Le Corbusier, foi ser planejada para não necessitar de semáforos.

Na metrópole moderna, apesar da onipresença das estruturas urbanas inibidoras, dois espaços diversos — a praça (ou parque) e a rua — possibilitam a veiculação do potencial contestador da população — que ao nos utilizarem desta forma, estão criticando-os também.

A praça funciona como meio inicial do movimento, onde a multidão reunida é apassivada pelo imenso espaço aberto, resquício nostálgico da convivência pacífica num espaço bucólico, carrega um princípio de explosão potencial na multidão. Atingido este estado de ânimo, a multidão utilizará o segundo espaço. A rua é o espaço onde a turba adquire realmente movimento, é o espaço, por definição, da dinâmica. Como embriagada pela urbanidade presente no corredor bilateralizado por prédios que a espreme, a rua canaliza a energia reivindicatória da multidão, elevando-a, possibilitando o salto qualitativo consumado na dissipação desta energia através da ação participativa das pessoas integrantes da multidão.

A utilização da avenida planejada, ampla, não eliminou a possibilidade de comportar manifestações deste caráter, como também a elevou a ambiente onde a massa se concentra, no carnaval, para celebração institucionalizada

do lúdico, mesmo porque as férias declaradas ao super-ego atinge nesta data elementos de todos os segmentos sociais. Porém, aqui também há o componente caótico, logo percebido pela razão planejadora da ordem estabelecida, tenta-se pois colocar os arroubos desta festividade sob o manto institucional controlável, disciplinar o caos carnavalesco como ocorre no Rio de Janeiro com o “Sambódromo”.

### **Nem Titãs, nem Teseus**

Nem sempre o esforço tentacular das “muralhas invisíveis” da cidade moderna captura todo o espaço urbano. Fora das “muralhas” a convivência toma rumos e intensidades perigosas à ordem normatizadora da “Babilônia moderna”. Geradas como gens defeituosos do conflito social, as favelas instalam-se quase que totalmente fora deste cerco. Estas aglomerações são pródigas em subverter a orgânica ou urbanismo esposado no interior da cidade “emuralhada”.

No século passado e início deste, o paradigma da miséria habitacional carioca era o cortiço, células asfíxiadas de convivência coletiva. Presentemente, os cortiços como que explodiram, constituem as favelas, o símbolo da miséria habitacional com seu *status* oficioso de cidade. Neste espaço se antecipa, e é extrema e desgraçadamente mais espontânea, a vertente da vanguarda arquitetônica que encontra sua matéria-prima no reciclamento do lixo industrial <sup>(17)</sup>. Tristemente, este quadro habitacional possui este caráter de “alternativo” compulsório.

O labirinto das favelas demonstra o quanto o caos urbano pode dificultar a abordagem missionária e corretiva da cidade emuralhada, que impõe, no seu interior, padrões básicos de procedimento aos cidadãos, como exercício de sua dominação eficiente. Fugindo à padronização urbanística, nestes termos, e se amontoando logisticamente em morros — mais especificamente o Rio de Janeiro —, as favelas, tornam-se arredias às formas de cooptação da cidade oficial. Um dos aspectos mais notadamente percebidos é assegurar sua área muitas vezes como o “Olimpo” da contra-venção, captaneada em muitos casos por discutíveis “Robins Hoods” (Como o “Charles, anjo 45” na música de Jorge Ben).

A pouca influência das “muralhas invisíveis” sobre este labirinto/olimpico não ousaria contrariar os préstimos de Titãs e Teseus para dominar esta área sem antes ordenar, via planejamento, seu espaço caótico. Mesmo porque o titã do aparato policial — como os titãs mitológicos — via de regra, é sustado da conquista efetiva deste “Olimpo” suburbano.

### **Brasília, o avião onipresente**

“Fazem tanta falta cavalos brancos soltos em Brasília”  
(Clarice Lispector)

A antítese mais completa do espaço subversivo das favelas é com certeza Brasília. É numa cidade concebida como Brasília que as “muralhas

invisíveis” são construídas desde sua fundação, sob o rigor científico que tenta capturar a realidade de forma inescapável.

A começar por sua localização, previamente escolhida, Brasília obedece à logística geopolítica brasileira. Situada estrategicamente no “Quadrilátero Cruls” (Luís Cruls, chefe da comissão demarcadora), a cidade ocupa o **heartland** (zona geopolítica vital) reconhecido pelo pensamento geopolítico do Estado Brasileiro <sup>(18)</sup>. Há o tácito propósito de programar-lhe um destino, **ab ovo**. Seu desenho segue a mesma lógica. A implantação de um projeto urbanístico original é que faz nascer toda a cidade, pretendendo isentá-la de qualquer acaso e concedendo-lhe previsivelmente funcionar. Este destino “mecânico” de sua concepção inspira-se num pressuposto eloqüente da arquitetura moderna, onde a forma é o reflexo da função do objeto arquitetônico. Sendo Brasília uma “máquina de morar”, cujo inquilino é o Poder, sua silhueta urbana expressará os usos, as necessidades deste vasto habitante. Esta coincidência simpática faz do corpo da cidade o templo perfeito para o Poder que se quer indelével, isolado insularmente. Daí a justificação do transporte de Distrito Federal do Rio de Janeiro para a cidade planejada por uma proposta urbanística que tenta sanar por esta via os conflitos sociais urbanos <sup>(19)</sup>.

A implantação de Brasília alerta para a denúncia da materialização orweliana do poder total, nela “separa-se espacialmente o poder político da população: a política, entendida como jogo de pressões sociais, é suprimida. O conceito de política é substituído pelo de administração” <sup>(20)</sup>. A racionalização extrema do espaço, consumada em Brasília, norteadada pelos pressupostos teóricos de Le Corbusier e a Carta de Atenas (manifesto do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933) quer estabelecer através do planejamento rígido do espaço urbano um conjunto social harmonioso, estirpando desta forma seu caráter conflituoso. A consonância de Brasília com estes pressupostos é sintomaticamente ilustrada pelo desenho de sua estrutura, a de um avião. O que seria uma solução urbanística que toma emprestado de Le Corbusier um dos paradigmas de seu conceitual arquitetônico — o avião, o transatlântico e o automóvel <sup>(21)</sup>. Embora tenha este perfil de um engenho móvel, “o veículo está cravado ao chão, sua cauda foi enterrada” <sup>(22)</sup> pelo arcaísmo vigente no país, verbalizado pela mesquinha miúda da política de favores e prepotência que o Distrito Federal sedia.

A consequência desta tentativa de onipresença das estruturas urbana sobre a potencialidade de ação do homem traduz-se no plano urbanístico de Brasília, que pretende suprimir a possibilidade do encontro, da multidão e do surpreendente. A opção pela segmentação do tecido urbano em espaços funcionalmente especializados — área comercial, área hoteleira, área diplomática, área habitacional e área da administração política — reflete o esmigalhamento da cotidianidade mediante o “gênio da análise e razão analítica, o maligno gênio da análise e da separação” peculiares à ordem burguesa, conforme observa Lefebvre <sup>(23)</sup>. O que termina por nos remeter à mesma lógica da dominação professada pelo colonialismo inglês em sua divisa: “dividir para reinar”.

Nada parece escapar aos padrões de controle de suas “muralhas” onipresentes. Em escala reduzida, percebemos nas cidades tradicionais a “Brasília” dos conjuntos de habitação popular, onde a padronização, a exaustiva paisagem de casas e ruas iguais, é a ordem deste urbanismo. São bairros operários que gravitam na órbita atenta da metrópole “emuralhada”.

Brasília reproduz de maneira radical sua versão policial de relegar à periferia urbana a população de baixa renda, colocando-a a distância, quase ocultando-as nas cidades-satélites. Essa dicotomia plantada pela “muralhas” do plano urbanístico levou Francisco de Oliveira a declarar Brasília como “a única cidade medieval do Brasil”<sup>(24)</sup>. Não diríamos a “única”, porém neste sentido a mais medieval delas. A esta altura, é válida a queixa de Berman: “a trágica ironia do urbanismo modernista é que seu triunfo ajudou a destruir a verdadeira vida urbana que ele um dia almejou libertar”<sup>(25)</sup>.

### **Brasília segundo a paixão lispecteana**

“Sobre os monstros da paixão, controle total”  
(Caetano Veloso)

O depoimento lírico mais vigoroso e febrilmente lúcido a propósito de Brasília como um monumento que tende a tudo esvaziar e ao mesmo tempo arvorar como um signo ainda não desvelado é dado por Clarice Lispector, em “Brasília: cinco dias”<sup>(26)</sup>. As impressões captadas pelas antenas hipersensíveis da escritora dão o tom da perplexidade diante desta “paisagem da insônia”, diante de uma coisa que de tamanha obviedade tolda explicações óbvias, um mistério incógnito por ser tão transparente, um **claro enigma**.

Brasília transpira uma atmosfera de cidade artificial, “tão artificial como devia ter sido o mundo quando foi criado”. Clarice percebe a cidade deslocada do tempo em que vivem seus habitantes atuais. A cidade não é contemporânea aos seus inquilinos de hoje, não os reconhece como seus cidadãos adequados, “Brasília ainda não tem o homem de Brasília”. Como paradigma da cidade moderna planejada para funcionar sem sobressaltos, Brasília é cosmopolita desejando não investir ninguém com sua cidadania. Sensível a este fato, Clarice fantasia um passado remoto onde de fato cidade e cidadãos eram um todo harmonioso, uma sociedade de “homens e mulheres louros e altíssimos” e cegos, “razão pela qual em Brasília não há onde esbarrar”. O caráter bastardo da cidade atual estaria em que, extinta esta sociedade sincrônica, a cidade foi descoberta “por um bando de foragidos, que em nenhum lugar seriam recebidos”, habitando-a como a um veículo casual.

O demiurgo teórico de Brasília é sem dúvida Le Corbusier; ele se recusava a ver um lar na casa moderna, esta habitação na modernidade não aceitaria a permanência, seria um ambiente em trânsito. Na verdade, o homem na cidade moderna mora na cidade<sup>(27)</sup>, mais tempo que em sua própria casa, “por isso mesmo a questão da arquitetura foi se tornando

uma questão de urbanismo”<sup>(28)</sup>. Brasília pretende não ter lares, Brasília é a cidade moderna, afinal é ali “onde o espaço mais se parece com o tempo”, anota Clarice.

A cidade (Brasília) é imperiosa como um Estado totalitário — “a construção de Brasília: a de um Estado totalitário” — sua capacidade de surpreender perdeu-se naquela fantástica sociedade, em Brasília a novidade é entregue limpa, óbvia e rotineiramente consumível como “comida de avião”. Para ela valeria a observação de Dostoievski acerca do Palácio de Cristal (construção de ferro e vidro que alojou a Grande Exposição Internacional, 1851): “todas as perguntas possíveis (aqui) se esvanecerão simplesmente por que todas as respostas possíveis serão fornecidas”<sup>(29)</sup>. Esta capacidade de explicitar tudo sob seu domínio, impedindo a surpresa, a aventura, elabora o perfil totalitário deste monumento moderno e o eleva a signo da rotina. Neste ponto, Clarice irmana-se ao espanto de Dostoievski quando percebe que Brasília lhe castra a trama de um segredo, por que a cidade é onipresente, não comporta esconderijos possíveis — “aonde eu estiver eu serei vista” — não há lugar sequer para ratos, nem para o horror a eles, deduz Clarice. Como uma linha fria e ainda assim enigmática, Brasília é “assexuada”, onde não há espaço dentro de suas “muralhas” para o que escapa à racionalidade linear — “aqui morre minha paixão”. Por ser imemorial, expressão da “lentidão e silêncio”, a textura da cidade escapa ao vir-a-ser, tenta eternizar um estado de coisas, ali “o ser orgânico não se deteriora. Petrifica-se”. Não ambientaliza a dialética e imprevistos da cidade tradicional, mesmo porque “a cidade de Brasília fica fora da cidade”.

É contra esse peso esvaziador da cidade que Clarice se rebela, exige e trama a recuperação da surpresa esquecida naquele espaço, sintonizando-a com a cidade o esplendor da sociedade fantástica, verdadeira cidadã de Brasília. Tece então o inesperado, o surreal, para romper as “muralhas” tediosas. Durante o texto, pergunta em off: “cadê as girafas?”; deseja “ver espalhadas por Brasília quinhentas mil águias do mais negro ônix”; lembra que “fazem falta cavalos brancos soltos” pela cidade; e promete que, se ali permanecesse por mais tempo, “deixaria meus cabelos crescerem até o chão”.

Apesar do choque com o “silêncio visual” que a cidade lhe imprimiu, Clarice alerta para o “ar religioso” da cidade, que mesmo gestada cartesiana desde o início, sua “criação não é uma compreensão, é um novo mistério”. A cidade preconcebida utiliza seu habitante, não o inverso. Desta maneira, fá-lo desaparecer como um ponto na planície infinita — “se tirassem meu retrato em pé em Brasília, quando revelassem, só sairia a paisagem”. Daí a urgência de torná-la “povoada, ou melhor superpovoada, ou outra coisa vai habitá-la”. Essa terrível “coisa” não suportaria a presença de pessoas naquele espaço, tanto que “elas se sentirão tacitamente expulsas”.

- (1), (2), (3) BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metr6poles: as faces do monstro urbano (as cidades no s6culo XIX), in: **Revista Brasileira de Hist6ria** (Cultura e Cidades). S6o Paulo, Ed. Marco Zero, n6s 08/09, p. 38.
- (4) LEFEBVRE, Henri. Notas sobre a Cidade Nova, in: **Introdu76o 6 modernidade**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, p. 141.
- (5) OLIVEIRA, Francisco de. Introdu76o, in: **Elegia para uma Re(li)gi6o**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, p. 24.
- (6) SEVCENKO, Nicolau. As muralhas invis6veis da Babil6nia moderna, in: **6culum**. Revista de Arquitetura, arte e cultura, Campinas, SP, n6 01, pp. 64-70.
- (7) PECHMAN, S6rgio e FRITSH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso — algumas considera76es a prop6sito da moderniza76o do Distrito Federal na virada do s6culo, in: **Revista Brasileira de Hist6ria**, idem, p. 147.
- (8) Citado por PECHMAN, S6rgio e FRITSCH, Lilian, op. cit., p. 150.
- (9) PECHMAN, S6rgio e FRITSCH, Lilian, op. cit. p. 154.
- (10) Ibid., p. 154.
- (11) Ibid., p. 167.
- (12) Ibid., p. 187.
- (13) Citado por MUMFORD, Lewis. **A Cidade na Hist6ria**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, v. 2, p. 725.
- (14) STORCH, Roberto D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana, in: **Revista Brasileira de Hist6ria**, idem, p. 11.
- (15) BERMAN, Marshall. **Tudo que 6 s6lido desmancha no ar**. S6o Paulo, Companhia das Letras, p. 146.
- (16) Ibid., pp. 161-2.
- (17) GABEIRA, Fernando. **Vida alternativa** — uma revolu76o do dia a dia. Porto Alegre, L & PM Editores, pp. 21-2.
- (18) MAGNOLI, Dem6trio. **O que 6 Geopol6tica**. S6o Paulo, Brasiliense, p. 42.
- (19) Ibid., p. 45.
- (20) Ibid., p. 44.
- (21) SANTOS, Laymert Garcia dos. O ve6culo e a m6quina de morar, in: **Folhetim, Folha de S6o Paulo**, 25/09/87, p. b-06.
- (22) Ibid., p. b-07
- (23) LEFEBVRE, op. cit. p. 142.
- (24) Francisco de OLIVEIRA. Citado por Dem6trio MAGNOLI, op. cit., p. 48.
- (25) BERMAN, op. cit., p. 163.
- (26) LISPECTOR, Clarice. Bras6lia: cinco dias, in: **A Legi6o Estrangeira**. Editora do Autor, pp. 162-7.

(27) Paulo Mendes ROCHA, citado por SANTOS, op. cit. p. b-07.

(28) SANTOS, op. cit. p. 07.

(29) Citado por BERMAN, op. cit., p. 230.

## BIBLIOGRAFIA

- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia de Letras, 1986.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Metrópoles: as faces do monstro urbano**, in: **Revista Brasileira de História** (Cultura e Cidades). São Paulo: Marco Zero, v. 5, n.ºs 08 e 09, set. 84/abr. 85 p. 35-68.
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- GABEIRA, Fernando. **Vida alternativa — uma revolução do dia-a-dia**. 2ª ed., Porto Alegre: L & PM Editores, 1985.
- LEFEBVRE, Henri. **Notas sobre a cidade nova**, in: **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969, p. 136-148.
- LISPECTOR, Clarice. **Brasília: cinco dias**, in: **A Legião estrangeira**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, s/d.
- MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 2, 1965.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Introdução**, in: **Elegia para uma re(li)gião**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 21-38.
- PERCHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. **A reforma urbana e seu avessor** algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século, in: **Revista Brasileira de História** (Cultura e Cidades). São Paulo: Marco Zero, v. 5, n.ºs 08 e 09, set. 84/abr. 85. p. 139-96.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. **O veículo e a máquina de morar**, in: **Folhetim, Folha de São Paulo**, 25/09/87, p. b-06-08.
- SEVCENKO, Nicolau. **Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe**, in: **Revista Brasileira de História** (Cultura e Cidades) São Paulo: Marco Zero, v. 5, n.ºs 08 e 09, set. 84/abr. 85. p. 69-84.
- . **As muralhas invisíveis da Babilônia moderna**, in: **Óculum — Revista de arquitetura, arte e cultura**, Campinas, SP, 2(1):44-49, agos, 1985.
- STORCH, Robert D.. **O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana**, in: **Revista Brasileira de História** (Cultura e Cidades). São Paulo: Marco Zero, v. 5, n.ºs 08 e 09, set. 84/abr. 85. p. 7-34.

## MOMENTOS HISTÓRICOS DA PRODUÇÃO E DA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO EM NATAL

**Angela L. de A. Ferreira**

Professora do Departamento de Arquitetura da UFRN.

**Anita A. de Medeiros**

Arquiteta e bolsista de aperfeiçoamento do CNPq.

**Luiz Alessandro de Queiroz**

Bolsista de iniciação científica do CNPq.



O trabalho pretende contribuir para a compreensão do processo de construção do urbano em Natal, através do estudo das formas de produção do espaço construído e sua configuração físico-espacial.

Partiu-se de algumas questões relativas à produção do espaço, levantadas pela Pesquisa "Estado e Movimentos Sociais Urbanos em Natal"<sup>1</sup>, na tentativa de entender as especificidades no processo histórico da constituição e estruturação do urbano, e a natureza das contradições urbanas.

Para efeito deste estudo, elegeram-se três momentos representativos da construção do urbano, que marcaram diferentes formas de ocupação do solo — público e privado — e traçado da malha urbana. Partiu-se da análise do principal agente produtor do espaço, fruto de cada momento histórico, assim como a manifestação concreta impressa no tecido urbano, resultante das ações, por ele empreendidas.

Esta comunicação apresenta, inicialmente, algumas considerações metodológicas que orientam este trabalho. Em seguida, procura-se identificar e descrever os momentos históricos da construção do espaço urbano de Natal. Por último, busca-se mostrar a relação e articulação destes momentos com a história mais recente da produção imobiliária e o surgimento de um novo agente produtor.

## MOMENTOS E AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O processo dinâmico da produção do espaço construído imprime, em sua estrutura física, os vários momentos de sua expansão e transformação. Historicamente, a configuração urbana vai sendo construída sob a forma de fragmentos justapostos, distintos, porém articulados, criando, muitas vezes, territórios bem definidos e que vão se entrelaçando, para formar o todo que é a cidade.

A malha viária, os elementos construídos, as áreas públicas, o solo, ou seja, a cidade, compõem o espaço das práticas econômicas, das políticas públicas e das lutas sociais, num processo de conflito, resultante do modo em que está estruturada a própria sociedade.

Entender o processo de construção da cidade, que resulta na sua fragmentação em diversos usos que se dão ao solo e na maneira diferenciada com que grupos se apropriam do espaço urbano, fruto das desigualdades sociais, implica a compreensão da forma como é produzido este espaço e de sua participação no processo de acumulação capitalista. Isto porque o espaço urbano é um produto social onde agentes sociais concretos fazem e refazem a cidade, adotando estratégias diferenciadas no tempo e no espaço. (CORREIA; 1989).

Ao participarem do processo de produção, vários agentes ou atores entram em cena como produtores, apropriadores e consumidores do espaço urbano. É necessário conhecer o que cada um dos agentes, como grupo, deseja obter com a sua ação, por possuir interesses e objetivos distintos e, muitas vezes, conflitantes, mas que também podem aparecer aliados segundo suas conveniências. Eles se relacionam numa divisão de trabalho, de acordo com vários níveis de complexidade que, dependendo do desenvol-

vimento sócio-econômico, leva a caracterizar a produção da cidade em formas e/ou momentos diferenciados. Entre os vários agentes, pode-se destacar o proprietário da terra, o loteador, o construtor, o incorporador, o Estado e o usuário, que formam o mercado imobiliário urbano. Os agentes constituem o elemento viabilizador de ações, que interferem na localização das atividades necessárias à reprodução da força de trabalho e da acumulação capitalista e da própria população da cidade, concretizando as formas espaciais que configuram o urbano.

Condições históricas conjunturais — econômicas e políticas — possibilitam que, um determinado agente se sobressaia, caracterizando momentos e formas diferenciados de produção do espaço construído, podendo, no entanto, estar presente em outros, com atuação diversa.

Em seguida, destacam-se os principais agentes que se sobressaem nos três momentos escolhidos para este estudo.

— O usuário caracteriza um primeiro momento onde os elementos que formam a cidade — os lotes, os edifícios, as praças, as ruas — são produzidos para o seu próprio uso e só, excepcionalmente, para intercâmbio ou venda. A forma de produção do espaço urbano, caracteristicamente não capitalista, é demonstrada pelo fato de não ser a valorização do capital imobiliário o objetivo da produção.

— O loteador caracteriza um momento onde se dá início à produção capitalista do espaço urbano. É a produção fundiária, ou seja, uma série de operações que vai da “compra de terras no atacado, parcelamento e acondicionamento de alguns equipamentos para revenda, no varejo, cuja lógica é a valorização da propriedade fundiária” (RIBEIRO, ANPOCS; 1988:27). O “lucro” do loteador é a renda por ele gerada, em razão da mudança de uso do solo que opera. Este período representa a emergência do mercado de terras e tem um papel fundamental para a estrutura física da cidade.

— O Estado caracteriza um momento onde as questões políticas decidem a produção. No seu caráter contraditório em assegurar, ao mesmo tempo, a reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, o Estado atua de diversas maneiras no espaço urbano. Provedor de infra-estrutura e serviços públicos, controlador e fiscalizador das operações efetuadas pela iniciativa privada, regulador da propriedade imobiliária e promotor imobiliário, entre outros, são alguns dos tipos de atuação deste agente, na organização espacial da cidade. Entre essas várias formas de atuação, a ênfase, aqui, será dada ao papel do Estado como promotor imobiliário, através de órgãos como a COHAB, com a implantação de uma política habitacional voltada para a construção, em massa, de conjuntos habitacionais. Esta produção capitalista da cidade e da moradia tem como especificidade a decisão do ato produtivo na instância política.

## NATAL EM TRÊS MOMENTOS

No processo de constituição do espaço urbano de Natal, destacam-se vários momentos, onde predominam determinadas formas de produção

do ambiente construído (FERREIRA; 1989:8):

- pequena e lenta produção imobiliária (antes de 1940);
- intensa produção imobiliária e aumento da procura de imóveis para alugar e comprar (década de 40);
- formação de um mercado de terras e uma intensa produção fundiária (final da década de 40 e nas décadas de 50 e 60);
- produção em grande escala de moradias através de conjuntos habitacionais, sob encomenda do Estado e de cooperativas (década de 70 e 1ª metade da década de 80);
- aumento da produção de edifícios através do sistema de incorporação, provocando a intensificação do espaço construído (década de 80)<sup>2</sup>.

A consequência desse processo é a formação desordenada e descontínua da malha urbana, devido ao acréscimo de novos tecidos, resultando num fracionamento notável ao se observar a planta da cidade.

São descritos a seguir os três momentos destacados para estudo.

#### 1º MOMENTO (antes de 1940)

A cidade do Natal caracteriza-se por um crescimento lento, tanto do ponto de vista econômico quanto em relação à concentração populacional<sup>3</sup>.

No início, a cidade é espontânea e gradualmente construída, sem ser precedida por uma distribuição programada dos lotes ou desenho das ruas<sup>4</sup>. Por ter quase que exclusivamente valor de uso, a terra urbana é ocupada pelos moradores, na medida de suas necessidades, consolidando os caminhos percorridos, diariamente, em busca das fontes de abastecimento. Assim, no espaço urbano e na moradia, o usuário tem um papel determinante na produção do espaço, de acordo com o uso do imóvel e suas possibilidades financeiras.

Até o final do século XIX, a frágil economia da cidade do Natal não utiliza força de trabalho escrava, a não ser raros empregados domésticos. Isto sugere a quase inexistência de grandes desigualdades sociais e, por conseguinte, uma segregação sócio-espacial pouco nítida. O espaço também não está ainda fragmentado em usos diferenciados do solo.

Já se esboça, no entanto, pequenos espaços caracterizados pelo tipo de atividade econômica desenvolvida por seus moradores, como a pesca e o comércio, que vão ser consolidados, neste século, em bairros populares, como o da Ribeira, Rocas e Alecrim.

O primeiro núcleo urbanizado de Natal, a Cidade Alta, possui um trecho mais antigo, com ruas estreitas, por vezes tortuosas, fruto de uma ocupação não programada.\* Constitui-se, hoje, num bolsão residencial, densamente ocupado, com as edificações implantadas sobre os alinhamentos laterais e frontais do lote. O trecho contíguo já apresenta ruas mais largas e traçado ortogonal, o que possibilita, posteriormente, a mudança do uso do solo residencial para comercial.

As moradias produzidas, neste momento, não têm espaço intermediário entre o privado e o público. A calçada (passeio) é uma extensão da casa, sendo o palco das relações sociais informais, prática que ainda se conserva nestes locais. Apesar das mudanças mais recentes, é, nesta área, que se encontram os espaços públicos significativos da cidade.

Somente no século XX, Natal cria suas próprias atividades econômicas, baseadas, sobretudo, na intermediação comercial, devido à expansão da atividade portuária, através do escoamento da produção agroexportadora estadual. Devido a esta nova posição econômica, é que o Estado se faz mais presente, no sentido de direcionar o crescimento físico da cidade. Promove a elaboração de Planos Urbanísticos, em parte implantados, organizando o parcelamento e ocupação do solo em área adjacente ao núcleo inicial. Desse modo, não é ainda o mercado imobiliário que determina a necessidade do ordenamento físico da cidade, e, sim, a habilidade das classes dominantes em alocar recursos externos e preparar a cidade para o futuro (ou para seu próprio usufruto). (CLEMENTINO; 1990)

O conseqüente aumento populacional faz crescer a procura por moradias. É nesta fase que o Capital imobiliário ensaia seus primeiros passos com a construção de casas de aluguel. Este período constitui uma fase intermediária que antecede à emergência de um mercado imobiliário, onde a terra passa da condição de patrimônio a uma excelente fonte de renda, transformando-se em mercadoria.

## 2º MOMENTO (Final da década de 40 e décadas de 50 e 60)

Grandes mudanças vão ocorrer na cidade com o advento da Segunda Guerra Mundial, que determina a vinda para Natal de um enorme contingente militar e a construção da base aérea norte-americana, devido a sua posição geográfica estratégica. Ao contrário do período anterior, o investimento imobiliário transforma-se numa atividade atrativa. No início, aumentando o preço dos aluguéis e da moradia, e, no momento seguinte, preenchendo os espaços vazios dos bairros existentes com a construção de vilas militares e de casas destinadas à população civil. Esta chega à cidade atraída pela intensa circulação de dinheiro que ocorria, para exercer atividades de comércio e prestação de serviços.

Entre as décadas de 40 e 50, a população de Natal cresce 88,2%, tornando imprescindível a ocupação das áreas periféricas. Isso acontece através dos loteamentos urbanos que começam a ser registrados em cartório, a partir de 1946. Surge, então, uma nova forma de produção do espaço urbano, caracterizada pela emergência do mercado de terras. Esta forma de produção fundiária traz, como principal agente, a figura do loteador.

O aumento das exportações (algodão e minerais) e das atividades urbanas (comércio e serviços), provocou uma acumulação de riqueza nas mãos de alguns grupos e famílias que, por falta de opções de investimento ou como forma de estender sua base material, vão se tornar proprietários fundiários urbanos e loteadores. Com o passar do tempo, estes grupos e/ou famílias criam empresas imobiliárias que permanecem até hoje no ramo, às vezes, associando-se a outros setores do comércio e serviços.

O loteador aproveita-se da ausência de plano urbanístico, da fragilidade da legislação e da indefinição do perímetro urbano, para incorporar à zona urbana grandes glebas pertencentes à área dita rural. Estas terras, por serem improdutivas e, em uma parte significativa, compradas, doadas ou aforadas à Prefeitura e ao Estado, têm seu preço bastante reduzido. A falta de legislação favorece o loteador, que pouco faz para acondicionar

e melhorar o seu empreendimento, assegurando-lhe um “lucro” absoluto devido à ocupação total da gleba. Esta ocupação, posteriormente, leva à necessidade de desapropriação de áreas, como por exemplo, para implantação do Projeto CURA.<sup>(5)</sup>

Estas novas áreas urbanas, criadas pelos loteamentos, surgem, em parte, contíguas aos bairros consolidados, condicionadas por dois eixos viários, implantados no período de emergência dos norte-americanos em Natal, confirmando a importância daqueles na expansão física da cidade.

É, neste momento, que se inicia um processo de ocupação de áreas distantes do centro urbano, ocasionando o aparecimento, já na década de 60, de grandes vazios. Este tipo de ocupação acentua um processo de valorização diferenciado do espaço urbano, onde as áreas loteadas passam a ser procuradas como local de moradia, especialmente, pelas camadas médias da população, devido aos altos preços que adquire o solo urbano. A população excluída deste mercado fundiário vai ocupar as áreas até então menos valorizadas, dando início ao processo de favelização.

A configuração interna, resultante deste momento, caracteriza-se pelo traçado ortogonal,\* ocasionado pelo aproveitamento total da área loteada, determinando, em sua maioria, a ausência de áreas públicas. Por outro lado, nota-se que o lote é bem maior que os produzidos, anteriormente. Neste momento, a área verde, que antes era pública (praças), torna-se privada, sendo incorporada ao lote, sob a forma de jardins.

A ocupação do solo é rarefeita, pois nem todos os lotes são vendidos e ocupados de imediato, alimentando a especulação. Neste período, foram registrados 90% do total de 211 loteamentos realizados em Natal, até hoje, ocupando uma área de 3.666,24 ha. (33% da área atual edificável)<sup>6</sup>.

Em 1984, foi aprovado o Plano Diretor de Natal, que regulamenta o parcelamento do solo com base na Lei 6766/79. A Prefeitura passa a ser, dentro dos limites de suas práticas clientelistas e de favores, mais criteriosa na aprovação e fiscalização dos projetos e loteamentos.

Esta produção fundiária, iniciada na década de 40, passa, recentemente, por um processo de modernização, consolidando uma tendência empresarial onde a promoção imobiliária resulta em maior renda e lucro a todos que dela participam.

### 3º MOMENTO (Década de 70 e 1ª metade da década de 80)

O terceiro momento inicia-se com a política habitacional implantada pelo regime militar, como tentativa de diminuir as tensões sociais nas áreas urbanas, através da diminuição do déficit habitacional e de geração de empregos, no incentivo à indústria da construção civil, e difundindo a ideologia da “casa própria”.

Segundo uma ótica autoritária e assumindo um modelo empresarial, o Estado exclui o usuário, direcionando sua produção no atendimento de diretrizes populistas e dos anseios da indústria da construção civil. Além disso, utiliza, como instrumento controlador, a política participacionista dos conselhos comunitários, que ele próprio cria ou incentiva.

Em Natal, a produção de conjuntos é incrementada entre os anos de 1974 e 1986, direcionando a expansão física da cidade. Durante este

período, são implantados 63 conjuntos habitacionais, produzidas 41.217 unidades e ocupada uma área de 2.786,16 ha., que corresponde a cerca de 25% da área atual edificável do município (11.048,77 ha.)<sup>6</sup>. Estes conjuntos abrigam, em 1985, uma população em torno de 230.000 hab., dado bastante significativo diante da estimativa do IBGE para o mesmo ano, de 510.000 hab.

Os conjuntos são implantados desrespeitando a débil legislação no tocante a uso do solo, tamanho do lote e área construída. Normalmente localizados em áreas urbanas periféricas ou rurais, os conjuntos contribuem para o surgimento de grandes vazios, dando continuidade ao processo de ocupação rarefeita e fragmentada da cidade, iniciado com os loteamentos.

A localização dos conjuntos concretiza o processo de divisão sócio-espacial e a submissão do Estado ao mercado imobiliário. Na zona sul de Natal, foram implantados, principalmente, pelo INOCOOP, conjuntos para uma população de maior poder aquisitivo. Na zona norte, ainda não valorizada, onde é criado o banco de terras da COHAB, são implantados conjuntos para a população de baixa renda. A grande distância do centro da cidade leva os moradores destes conjuntos a grandes deslocamentos até o local de trabalho e a enfrentarem enormes problemas com relação aos serviços urbanos básicos.

A ordenação espacial dos conjuntos é caracterizada por um tipo de traçado que transforma determinadas zonas da cidade em um verdadeiro quebra-cabeças,\* sem marcos, referências ou qualquer outro tipo de identificação com o lugar.

A integração entre os moradores, já bastante comprometida pelo modo como chegam aos conjuntos, é ainda mais dificultada pelos obstáculos da própria configuração. Os espaços públicos, elementos importantes no relacionamento da vizinhança, não passam de mero cumprimento das leis. Sua disposição, tipologia e dimensionamento mostram o descaso para com estas áreas; demonstrado, ainda, pela ausência de tratamento adequado e de equipamentos — fatores fundamentais para a apropriação pelos moradores.

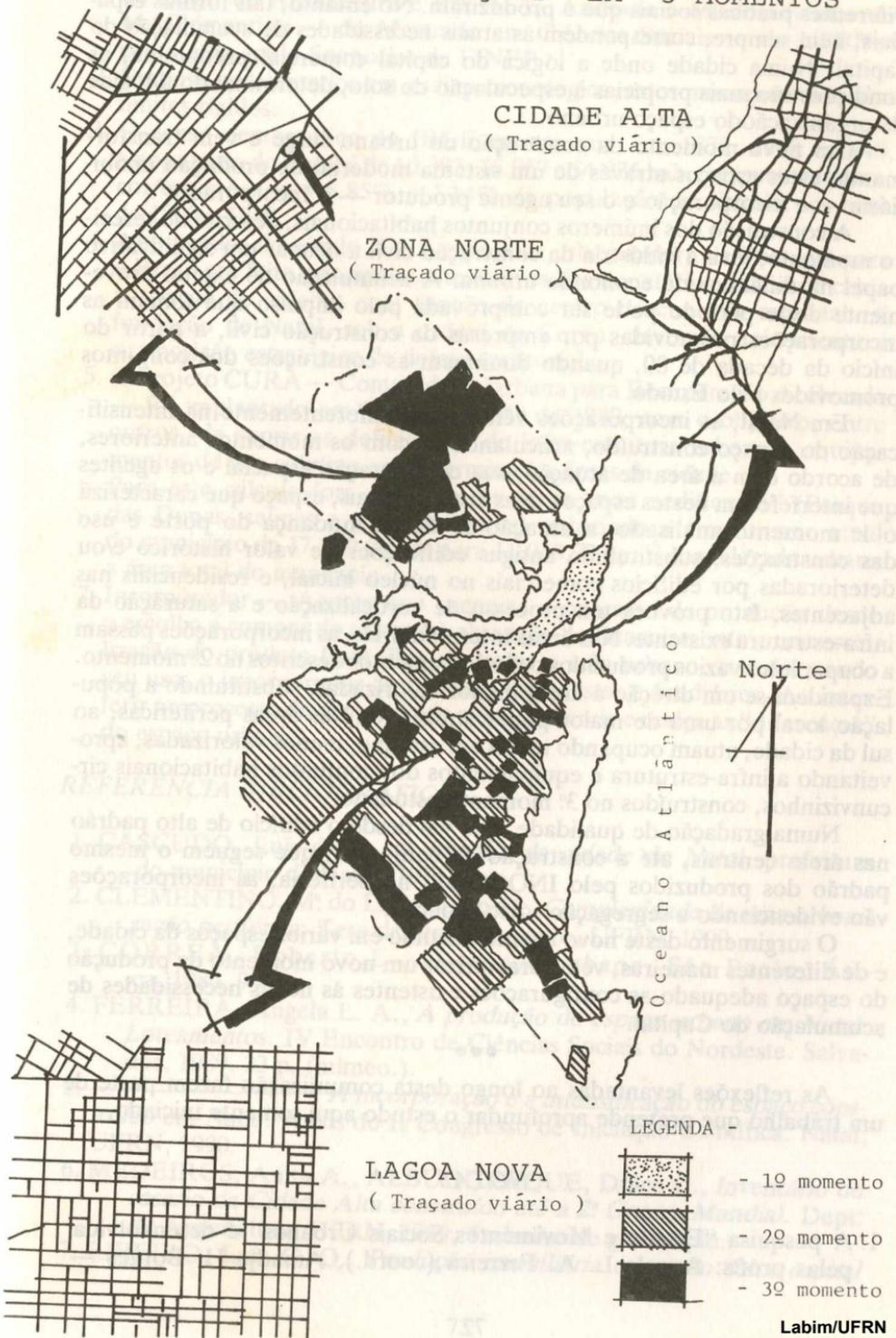
Esta intensa produção imobiliária, sob encomenda do Estado e cooperativas, vem diminuindo, consideravelmente, a partir de 1985, com o esgotamento do estoque de terras, realizado pelo Estado, o que provoca a construção de conjuntos fora dos limites do município.

Esta fase, no entanto, vai ser de fundamental importância para o surgimento e crescimento da indústria da construção civil, elemento determinante na caracterização do momento atual.

### OS 3 MOMENTOS E A PRODUÇÃO RECENTE DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

O processo da produção do espaço construído descrito pelos três momentos faz com que a cidade, hoje, represente o resultado dessas ações acumuladas através de sua história, expressando o espaço concreto das

NATAL: 3 CONFIGURAÇÕES EM 3 MOMENTOS



diferentes práticas sociais que a produziram. No entanto, tais formas espaciais, nem sempre, correspondem às atuais necessidades de acumulação do capital. Numa cidade onde a lógica do capital comercial predomina, as condições são mais propícias à especulação do solo, determinando a lógica da organização do espaço urbano.

Um novo momento da construção do urbano surge e vem transformando estes espaços através de um sistema moderno de produção imobiliária — a Incorporação e o seu agente produtor — o Incorporador<sup>7</sup>.

A construção dos inúmeros conjuntos habitacionais, descrita no terceiro momento, leva a indústria da construção civil a ocupar um significativo papel na dinâmica da economia urbana. A acumulação de capital proveniente deste período pode ser comprovada pelo impulso que tomam as incorporações promovidas por empresas da construção civil, a partir do início da década de 80, quando diminuem as construções dos conjuntos promovidos pelo Estado.

Em Natal, as incorporações vêm agindo diferentemente na intensificação do espaço construído, articulando-se com os momentos anteriores, de acordo com a área de atuação, sua configuração espacial e os agentes que interferem nestes espaços. Nas áreas centrais, espaço que caracteriza o 1º momento analisado, a atuação se dá na mudança do porte e uso das construções, substituindo antigas edificações de valor histórico e/ou deterioradas por edifícios comerciais no núcleo inicial, e residenciais nas adjacentes. Isto provoca um processo de verticalização e a saturação da infra-estrutura existente. Nas áreas intermediárias, as incorporações passam a ocupar lotes vazios produzidos pelos loteamentos descritos no 2º momento. Expandem-se em direção a áreas menos valorizadas, substituindo a população local por uma de maior poder aquisitivo. Nas áreas periféricas, ao sul da cidade, atuam ocupando terras em estoque, menos valorizadas, aproveitando a infra-estrutura e equipamentos dos conjuntos habitacionais circunvizinhos, construídos no 3º momento estudado.

Numa gradação de qualidade, que vai desde o edifício de alto padrão nas áreas centrais, até a construção de conjuntos, que seguem o mesmo padrão dos produzidos pelo INOCOOP, na periferia, as incorporações vão evidenciando a segregação sócio-espacial.

O surgimento deste novo agente atuando em vários espaços da cidade, e de diferentes maneiras, vem caracterizar um novo momento da produção do espaço adequado as configurações existentes às novas necessidades de acumulação do Capital.



As reflexões levantadas ao longo desta comunicação fazem parte de um trabalho que pretende aprofundar o estudo aqui somente iniciado.

## NOTAS

1. A pesquisa “Estado e Movimentos Sociais Urbanos” é desenvolvida pelas profs: Angela L. A. Ferreira (coord.), Amadja H. Borges —

- do Deptº de Arquitetura e Ilza A. L. Andrade e Mº do Livramento M. Clementino — do Mestrado em Ciências Sociais — da UFRN e conta com apoio financeiro da FINEP.
- Embora apresentados em ordem cronológica, estes momentos não têm limites rígidos.
  - O censo demográfico do IBGE mostra que, em 1872, 1900 e 1940, a população de Natal é de 10.392, 16.059 e 54.836 hab., respectivamente, correspondendo a 5.85% e 7.14% da população do Estado nos anos de 1900 e 1940.
  - Até meados do século XVII, a política urbanizadora de Portugal para o Brasil era feita principalmente através dos donatários. À Coroa cabia a criação de cidades com função de centro de controle regional. A fundação de Natal, sob a ordem da Coroa, deveu-se unicamente a sua posição estratégica de defesa territorial.
  - O Projeto CURA — Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada — foi implantado em Natal, a partir de 1980, com o objetivo, entre outros, de suprir as deficiências de infra-estrutura urbana e equipamentos de uso coletivo em determinadas áreas da cidade.
  - Para este cálculo fora excluídas as áreas “non aedificandi” (Parque das Dunas, salinas e zonas militares) reduzindo a área urbana atual do município de 17.200,00 ha. para 11.048,77 ha. É considerada urbana a área total do município.
  - Incorporador — Agente que organiza o processo de produção desde a escolha e compra do terreno à obtenção do financiamento e comercialização do produto final. Por controlar o solo urbano, transformando seu uso, o incorporador tem ganhos capitalistas e fundiários. Ao interferir no processo de ocupação do solo, ele vende e realça as “diferenças” do espaço urbano.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CASCUDO, Luís da C., *A história da cidade do Natal*, prefeitura do município de Natal, 1974.
- CLEMENTINO, Mº do Livramento M., *Complexidade de uma urbanização periférica*, Tese de Doutorado, UFRN, 1990.
- CORREA, Roberto L., *O espaço urbano*. São Paulo, Ática, 1989, 94 p.
- FERREIRA, Angela L. A., *A produção do espaço urbano em Natal: Loteamentos*. IV Encontro de Ciências Sociais do Nordeste. Salvador, 1989. 33 p. (mimeo.).
- \_\_\_\_\_. *A incorporação e a intensificação do espaço construído em Natal*. Anais do II Congresso de Iniciação Científica. Natal, UFRN, 1990.
- MEDEIROS, Anita A., ALBUQUERQUE, Dulce C., *Inventário do casario da Cidade Alta construído até a 2ª Guerra Mundial*. Deptº de Arquitetura, UFRN, 1989, Trabalho de graduação.
- RIBEIRO, Luiz C. Q., *Produção imobiliária e uso do solo: capital*

e propriedade na urbanização do Rio de Janeiro. XII Encontro Anual da ANPOCS., 1988, 35 p. (mimeo.).

8. RIGATTI, Décio e BALESTRA, M: Isabel M., *Projetando a cidade — Recontextualizar para a articulação das partes com o todo. Desenho Urbano*. Anais do II SEDUR. São Paulo, PINI, 1986, p. 51 — 58.
9. SANTOS, Milton, *Espaço e sociedade (ensaios)*. Petrópolis, Vozes, 1979. 156 p.
10. VAZ, Lilian Fessler, *História de bairros vista através do espaço construído — subsídios para o desenho urbano*. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Desenho Urbano II. São Paulo, Projeto, vol. 13. 1984, p. 29 — 33.

Ào iniciar-se o último decada do século XX, é interessante e oportuno que o geógrafo faça uma pausa para meditar sobre a evolução desta ciência, no século atual, da contribuição que deu tanto à evolução do pensamento científico como à solução dos problemas econômicos, sociais, políticos e ecológicos. É o momento de verificar o que é ainda válido e atual na postulação geográfica e separá-la dos mistérios que perderam atualidade. É oportuno, que, mais uma vez, se chame a atenção para os problemas provocados pelo corporativismo que tem separado freqüentemente o campo da geografia de campos afins, como os biogeográficos e outras ciências, humanos vivendo um momento em que se deve manter a identidade, mas se deve também, dialeticamente, cultivar a interdisciplinaridade<sup>10</sup>. Não existem inúmeros ramos, mas, na realidade, uma única ciência que se apresenta sob os mais diversos endergues e que vem sendo, apenas de forma pragmática, classificadas como ciências independentes, desde Kant e Comte, em consequência de consagração de uma forma de pensar positivista.

No Brasil, infelizmente, ainda se vem procurando reverter a geografia e direcionar o pensamento geográfico sob a inspiração de movimentos e de modelos estrangeiros, formulados em países ditos desenvolvidos, em função dos seus interesses e dos seus desafios. No início do século XX,

## UMA GEOGRAFIA PARA OS ANOS NOVENTA

procuravam adaptar os ensinamentos geo-políticos de Ratzel e de Kuhn à realidade brasileira. Defendiam a centralização política, a construção de uma nova capital no centro do país, a redistribuição territorial, sem a menor ligação com aquela já consagrada.

Durante o Estado Novo, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), implantando estruturas para o levantamento dos dados censitários, a execução de trabalhos de campo nos mais diversos pontos do território nacional. Partindo da experiência de Delgado de Carvalho<sup>11</sup>, de formação francesa, foi feito um levantamento de monografias regionais e locais e o país foi dividido em cinco grandes regiões naturais<sup>12</sup>. Era uma geografia neopositivista, sem a indicação do "para que" da realização destes estudos, mas representou um momento fértil dos estudos geográficos; através deles, o Brasil procurou conhecer a si mesmo, procurar a sua identidade, embora alguns geógrafos descessem a detalhes de menor interesse, procurando comparar situações brasileiras com as européias e advogando a existência do Brasil, de um campesinato do tipo francês.

Apesar de dispor de uma estrutura como o IBGE, os geógrafos, por não disporerem de um instrumental filosófico moderno e por pretendorem fazer uma geografia apolítica, perderam influência para os economistas que passaram a ter maior participação no Governo e no direcionamento do Estado. O geógrafo que teve uma posição diferente, pioneira e por isso muito combatida, foi José de Castro, fundador do curso de Geografia

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5, n. 1, p. 75-86, jan./jun. 1992.

- ... e prioridade na urbanização do Rio de Janeiro: XI Encontro Anual da ANPOCS, 1988, 35 p. (mimeo).
8. RIGATTI, Decio e BALESTRA, M. Isabel M. *Projetando a cidade — Reconstruindo para a articulação das partes e do todo. Tese de Doutorado. Anais do II SEDUR. São Paulo, PIRI, 1984, p. 51 — 58.*
9. SANTOS, Milton, *Espaço e sociedade (ensaios)*. Petrópolis, Vozes, 1979, 156 p.
10. VAZ, Lúcia Fessler, *História de bairros — uma história através do espaço cotidiano — subsídios para o desenho urbano. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, Desenho Urbano II. São Paulo, Projeto, vol. 13, 1984, p. 29 — 33.*

## UMA GEOGRAFIA PARA OS ANOS NOVENTA

Manuel Correia de Andrade  
Professor Livre-docente da UFPE

## 01. A situação atual da Geografia brasileira

Ao iniciar-se a última década do século XX, é interessante e oportuno que o geógrafo faça uma pausa para meditar sobre a evolução desta ciência, no século atual, da contribuição que deu tanto à evolução do pensamento científico como à solução dos problemas econômicos, sociais, políticos e ecológicos. É o momento de verificar-se o que é ainda válido e atual na postulação geográfica e separá-la dos resíduos que perderam atualidade. É oportuno que, mais uma vez, se chame a atenção para os problemas provocados pelo corporativismo que tem separado freqüentemente o campo da geografia de campos afins, confiados burocraticamente a outras ciências. Estamos vivendo um momento em que se deve manter a identidade, mas se deve também, dialeticamente, cultivar a interdisciplinaridade <sup>(1)</sup>. Não existem numerosas ciências, mas, na realidade, uma única ciência que se apresenta sob os mais diversos enfoques e que vêm sendo, apenas de forma pragmática, classificadas como ciências independentes, desde Kant e Conte, em conseqüência da consagração de uma forma de pensar positivista.

No Brasil, infelizmente, ainda se vem procurando renovar a geografia e direcionar o pensamento geográfico sob a inspiração de movimentos e de modelos estrangeiros, formulados em países ditos desenvolvidos, em função dos seus interesses e dos seus desafios. No início do século XX, formou-se, sobretudo entre engenheiros e militares, uma escola determinista, com figuras como Everardo Beckhauser e Teixeira de Freitas, que procuravam adaptar os ensinamentos geo-políticos de Ratzel e de Kijlen à realidade brasileira. Defendiam a centralização política, a construção de uma nova capital no centro do país, a redivisão territorial, sem a menor ligação com aquela já consagrada.

Durante o Estado Novo, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tornou-se mais realista esta tendência, implantando estruturas para o levantamento da realidade brasileira, através da execução de trabalhos de campo nos mais diversos pontos do território nacional. Partindo da experiência de Delgado de Carvalho <sup>(2)</sup>, de formação francesa, foi feito um levantamento de monografias regionais e locais e o país foi dividido em cinco grandes regiões naturais <sup>(3)</sup>. Era uma geografia mecanicista, sem a indicação do “para que” da realização destes estudos, mas representou um momento áureo dos estudos geográficos; através deles, o Brasil procurou conhecer a si mesmo, procurou a sua identidade, embora alguns geógrafos descessem a detalhes de menor interesse, procurando comparar situações brasileiras com as européias e advogando a existência, no Brasil, de um campesinato do tipo francês.

Apesar de dispor de uma estrutura como o IBGE, os geógrafos, por não disporem de um instrumental filosófico moderno e por pretenderem fazer uma geografia apolítica, perderam influência para os economistas que passaram a ter maior participação no Governo e no direcionamento do Estado. O geógrafo que teve uma posição diferente, pioneira e por isto foi muito combatido, foi Josué de Castro. Ligando os seus estudos ao problema da fome no Brasil, atuou politicamente em favor dos menos

favorecidos, grangeando grande prestígio no âmbito internacional, enquanto era desprezado e combatido pelos grupos mais conservadores que temiam e combatiam a sua ação. Ele punha o conhecimento científico a serviço da ação política e da defesa das classes menos favorecidas.

Com o período ditatorial (1964/85), quando se forjou um modelo econômico de crescimento com o maior desprezo pela ecologia e pelo social, muitos geógrafos foram cooptados para desenvolver uma geografia quantitativa e ou teórica, na qual se esqueceu o conhecimento da realidade e se passou a analisar tudo tendo por base as informações estatísticas — deficientes — disponíveis no país; estabeleceram zonas e áreas de influência de cidades de portes os mais diversos, fazendo uma divisão espacial em regiões homogêneas, numa tentativa mal orientada de aplicar modelos de relações centro-periferia.

Estava claro que este tipo de geografia só poderia se manter com credibilidade, se imposta de cima para baixo, enquanto fosse mantida a censura e o controle dos recursos para pesquisas, por parte do esquema autoritário.

Nos fins dos anos Setenta e início dos Oitenta, quando foi reconquistada a liberdade de expressão, um grupo de geógrafos de tendências e formações as mais diversas, procurou desmistificar a chamada “quantitativa”; alguns deles lançaram a bandeira de uma geografia crítica que, em parte, se dizia marxista. Infelizmente, porém, muitos deles se intitulavam de marxistas mas não conheciam Marx e procuravam encontrar os postulados do filósofo alemão em livros de geógrafos anglo-saxões como David Harvey <sup>(4)</sup>, de forte formação positivista e altamente comprometido com a expansão do capitalismo. Daí, terem alguns abandonado a “praxis”, essencial à formação marxista, e passado a procurar nos escritos de Marx o que admitiam como categorias, tentando impingi-las como verdades absolutas, aos jovens em formação. Houve, entre outras conseqüências, a tentativa de encontrar uma forma de enquadrar as estruturas brasileiras em modos de produção, quando o lógico seria seguir a linha já aberta por Caio Prado Júnior <sup>(5)</sup>, quando analisava o processo evolutivo brasileiro através do estudo de formações econômico-sociais. Criava-se, desse modo, uma linha de pensamento “soi dizant” marxista mas que, usando uma terminologia marxista, desenvolvia um pensamento neo-positivista.

No momento, os geógrafos procuram, dentro de formações filosóficas seguras, os caminhos que conduzam à interpretação da forma como os colonizadores e conquistadores do Brasil vêm produzindo e reproduzindo o espaço brasileiro, comparando com as formas de aproveitamento e produção deste espaço nas reduzidas áreas indígenas. É necessário que se substitua a idéia de que o Brasil foi descoberto quando os portugueses aqui chegaram, pela de que ele foi conquistado e que ainda hoje os conquistadores, com a força política ou com a pressão econômica, vêm conduzindo, em função de interesses exteriores, o processo de apropriação, de construção e de transformação do espaço brasileiro.

## 02. O geógrafo e a Geografia numa sociedade em transformação

O geógrafo necessita conscientizar-se de que, antes de profissional, ele é cidadão, que habita um país que é uma parcela do globo e que suas atitudes e ações têm que ser condicionadas pelo momento histórico em que vive. Ele não pode analisar as formas de produção e reprodução do espaço sem estar conscientizado de que as suas proposições, para serem examinadas e creditadas, necessitam ser passíveis de realizações. Os teóricos, para se tornarem mais claros, deveriam conscientizar-se de que as matrizes e quadros estatísticos e a análise fatorial desenvolvidas a partir de estatísticas que não apresentam maior credibilidade, podem formular modelos abstratos sem o menor compromisso com a realidade que é vivida.

O Brasil é um país que nem sequer realizou o recenseamento programado para 1990, como estava comprometido a fazê-lo, o que daria seqüência a uma atividade que se desenvolvia desde 1940, com recenseamentos populacionais decenais. Não dispomos ainda dos dados referentes ao Censo Econômico de 1985, quando já se deveria estar realizando um novo censo. Mais incrível ainda é que não se encontrem, nos anuários estatísticos, os dados de produção de produtos de maior importância econômica e de grande interesse social e geográfico, até o anuário de 1989, como o álcool e o açúcar. Uma geografia que se afaste das pesquisas, das observações de campo, que se mantenha apenas em seus aspectos teóricos, é uma geografia inútil.

Por sua vez, a geografia dita crítica não atingiu objetivos precisos, concretos; alguns geógrafos, descomprometidos com a sociedade em que vivem, desenvolveram uma crítica destrutiva a tudo o que foi feito e, em nome de um falso materialismo, apresentam postulações altamente idealistas, que condenam a simples análise dos fatores físico-naturais e de sua importância na formação e transformação do espaço, em nome de princípios marxistas. A leitura da obra dos fundadores do marxismo indica que eles eram profundos conhecedores dos preceitos da geografia clássica alemã, sobretudo de Humboldt e, embora procurassem mitigar o determinismo geográfico, reconheciam uma forte influência do meio natural nas relações entre o homem e a natureza. Os auto-determinados "críticos" necessitam fazer uma auto-crítica e ver que muitas das críticas que fazem aos outros deveriam ser feitas aos seus próprios trabalhos, precisam aprofundar os seus estudos e reflexões, consolidar as suas convicções filosóficas, ideológicas e políticas e refletir sobre o mundo em que vivemos, procurando soluções que possam ser atingidas. O compromisso social deve ser maior do que o interesse pessoal, de vez que vivemos, nesta última década do Terceiro Milênio, um dos momentos de transformações mais agudas da sociedade, e a geografia nasceu não só como uma ciência social, mas também como uma ciência eminentemente política.

Para analisar o momento histórico em que vivemos, podemos raciocinar em várias escalas, desde a local até a mundial, embora neste texto salientemos apenas duas escalas, a nacional e a internacional.

Em escala nacional, vivemos num país em crise aguda, onde vinte anos de autoritarismo e seis de uma política de transição e de recuperação mal conduzidos colocou-o num dos momentos de maior dificuldade de sua história. É um país de dimensões continentais, grande população e recursos naturais abundantes, mas é um dos mais pobres do mundo, com condições sociais inferiores às de muitos países da Ásia, da África e do Caribe. É um dos grandes produtores de grãos, mas uma grande parcela da sua população vive em crise de fome relativa ou morre de fome aguda. Possui um grande número de escolas dos vários graus, mas tem uma elevada percentagem de analfabetos e escolas pessimamente equipadas; tem um parque industrial de importância internacional, mas se encontra defasado e sem condições de concorrer no mercado internacional, no que diz respeito à maioria dos seus produtos; apregoa uma política anti-inflacionária, mas procura deter a espiral ascendente da inflação com uma política altamente recessiva. Parece até que se procura empobrecer e esfomear a população para satisfazer os interesses dos grandes monopólios internacionais. Será que dentro de alguns anos nos tornaremos um país agrícola, exportador de alimentos e matérias-primas para os senhores do Primeiro Mundo? Até quando estaremos submissos aos interesses dos grandes grupos econômicos, em função de uma ideologia neo-liberal, como se vivêssemos ainda no capitalismo de concorrência do século XIX, que apregoa as vantagens da economia de mercado e lança os mais fracos à mercê dos mais fortes e do Estado por eles organizado e controlado? Que perspectiva têm os pobres do Brasil, não apenas as classes trabalhadoras, diante de uma política econômica recessiva?

No plano internacional, vemos a queda de todos os dogmas e instituições monolíticas, como a Igreja, os partidos políticos e o Estado Imperial; no plano religioso, assiste-se ao despertar do Islã como força política, pondo em risco o domínio dos impérios capitalistas sobre a área do Golfo Pérsico e de Ásia Central, onde mongóis e turcos foram mantidos sob controle russo e, após o 1917 soviético, até os nossos dias. Por sua vez, as forças islâmicas, que põem em risco a prazo médio os grandes impérios, têm divisões internas muito fortes, como as concepções dos sunistas e dos xiitas e como o choque entre os inovadores — à moda muçulmana — e os fundamentalistas. Daí a guerra entre o Iran e o Iraque, na década passada, e a nova ameaça de guerra do Iraque contra as monarquias da península Arábica, num conflito que pode envolver o mundo e trazer o desequilíbrio no “status quo” hoje dominante.

A possível desagregação da União Soviética, resquício dos impérios coloniais do século XIX, com a tentativa de várias repúblicas e regiões autônomas alcançarem a autonomia e a independência trará também consequências não só para o antigo mundo socialista como para o mundo em geral. É difícil, sem uma certa legitimidade formal, manterem-se unidos bálticos, georgianos, armênios, russos, ucranianos, moldavos, usbeques, kirgises, tadjiques, tártaros, etc., dentro de uma mesma fronteira nacional e sob a jurisdição de um mesmo governo, essencialmente russo, de vez

que a Rússia ocupe mais de três quartos da superfície do país e representa mais de dois terços de sua população.

A idéia marxista-leninista de solidariedade de classes não conseguiu, em setenta anos de governo, amenizar as diferenças éticas, culturais e religiosas que separam povos que, através da sua história, tiveram e alimentaram grandes rivalidades entre si.

No mundo capitalista, o momento não é de otimismo, sobretudo ao expandir a sua influência sobre as áreas agora conquistadas com o desmoroamento dos governos das chamadas democracias populares. O império americano vem sendo posto em choque em sua expansão econômica por uma Europa em fase de união e um Japão que consolida a sua influência na Ásia. E a Europa unida significa, até certo ponto, a hegemonia da Alemanha, país mais rico e mais modernizado, frente à Inglaterra, à França e à Itália, seus possíveis competidores. Ao que tudo indica, a Alemanha voltará a construir o seu império continental colonial no próprio continente, como fazia durante o Império dos Hohenzorlh (1871-1918), exercendo uma tutela sobre os países da Europa Central — Polônia, Tcheco-Slováquia e Romênia — e da Europa meridional — Hungria, Bulgária e Yugoslávia — esta última em risco de esfacelamento face às divergências entre a Eslovênia e a Croácia, altamente germanizadas de um lado, e a Sérvia e o Montenegro, culturalmente balcânicos. Para estas áreas, a Alemanha fará fluir os seus investimentos, estendendo-se também à Ucrânia, à Rússia, aos Países Bálticos e a Bielo Rússia, a fim de fortalecer a sua fronteira a leste e garantir áreas fornecedoras de matérias-primas e de alimentos, ao sul.

O Japão, ao que tudo indica, procurará construir o seu império controlando os países do Extremo Oriente, inclusive, talvez, a China, estendendo a sua influência para o sul, em direção à Indo-China, à Austrália, à Nova Zelândia e à Indonésia e lançará tentáculos para os países latino-americanos do Pacífico, onde vivem expressivas populações de origem oriental. O próprio Brasil, país Atlântico, é área de grande investimentos econômicos japoneses. Face à extensão da América Latina e à proximidade dos Estados Unidos, este continente continuará sob a área de influência do império do Norte, embora seja, em parte, influenciado pelos japoneses e, em menor escala, por grupos europeus. Restará ainda o Oriente Médio e a África a serem disputados pelos senhores do Mundo; tudo indica que a América Latina será, em grande parte, preservada como uma reserva, enquanto as grandes potências deglutem as fatias que apresentam maior “palatabilidade”, como a Europa de Leste, a União Soviética e o Extremo Oriente.

O contexto da universalidade dos problemas e da mobilidade das transformações forçará o geógrafo a pensar com mais rapidez e dinamismo, a procurar adaptar e readaptar o seu pensamento e a sua reflexão cada vez que houver um desafio, a repensar a sua formação filosófica, epistemológica e ideológica e procurar atuar de forma menos corporativa, mais interdisciplinar. Daí admitimos que, se nas décadas do Setenta e Oitenta se caminhou para uma maior especialização nos estudos, na década de Noventa, como nos momentos cruciais, se terá que procurar equilibrar

dialeticamente a especialização com a generalidade, fazendo com que o cientista tenha cada vez maior domínio de sua especialidade e a preocupação e um conhecimento mais seguro da generalidade. O particular não pode ser separado do geral, deve a ele se ligar, produzindo uma integração, sobretudo nas áreas das ciências sociais, à que a geografia pertence. Não se pode também separar o natural, físico, do social, humano, porque o físico e o humano se integram para produzir o território e as estruturas em que nos encontramos vivendo ou sobrevivendo.

### 03 - Tentativa de sugestão para uma temática para os anos Noventa.

Não pretendemos oferecer uma temática rígida para os trabalhos a serem desenvolvidos por geógrafos, na década que agora se inicia, apenas sugerir um leque de temas, de interesse e atualidade.

De grande utilidade, por exemplo, seria estudar a expansão da agricultura e da pecuária, levando-se em conta não só o processo de modernização, com a maximização do uso de insumos que visem ao crescimento da produtividade, mas procurando analisar até que ponto este crescimento não poderia ser obtido por outros meios e com um menor custo econômico e ecológico. Os danos causados pelo uso de adubos químicos, de inseticidas, de fungicidas e das mais variadas substâncias tóxicas, são graves e repercutem sobre a degradação do meio ambiente, da elevação do custo de produção e, conseqüentemente, do preço do produto, e também na saúde do consumidor. É difícil a análise e a condenação do emprego de certas técnicas e do uso de certas substâncias, uma vez que os poderosos grupos econômicos têm condições de mobilizar os meios de comunicação em defesa da difusão dos mesmos. Durante muito tempo, por exemplo, fez-se forte campanha em favor da mecanização da agricultura, contrapondo o trator e a enxada. Mas sabemos que no município de Pesqueira, o agrônomo Moacir de Brito Freitas, diretor de uma empresa agro-industrial, constatou a perniciosidade do uso do trator nos plantios de tomate feitos em encostas de inclinação leve e solos pouco profundos, por provocar, com a movimentação da camada superficial do solo, a aceleração do transporte, pelo lençol pluvial difuso, dessa camada para os fundos de vale, assoreando os rios e provocando a erosão, deixando essas encostas, após alguns anos de uso, de ser agricultáveis. No sul da Bahia, para combater a baixa produtividade do cacauzeiro, foi introduzido, em nome de uma tecnologia moderna, o uso intensivo de insumos minerais; foi conseguido um crescimento expressivo da produtividade, mas este crescimento foi acompanhado por um outro mais expressivo ainda do custo de produção, fazendo com que a Bahia e, conseqüentemente o Brasil, perdessem as condições de competitividade no mercado internacional, mergulhando numa difícil situação uma região muito rica, mas monoprodutora.

Ao estudar-se a geografia da produção mineral, deve-se levar em conta o que vem desagradando alguns geólogos mais ligados às grandes empresas, o impacto causado sobre o meio ambiente, com o desmonte de colinas, a quebra de equilíbrio das encostas e a formação de depósitos das porções

não utilizadas, onde se forma um relevo artificial, como se pode observar, à primeira vista, na área produtora de xelita do Rio Grande do Norte (7), ou a deposição de sedimentos nos cursos d'água, obstruindo o escoamento das águas e provocando a formação de alagadiços e pântanos, como se pode observar na área produtora de cassiterita de Rondônia e do Amazonas (8). Além disto, o simples crescimento da produção do minério nem sempre é favorável ao desenvolvimento econômico do país; a sua exploração descontrolada pode provocar uma oferta excessiva do produto no mercado internacional, acompanhado da queda de preços, tornando-se anti-econômico, como ocorreu com o minério de estanho nos anos Oitenta.

Em áreas de mineração, após o esgotamento das jazidas, é comum a existência de cidades fantasmas, abandonadas pelos trabalhadores e empresas de mineração, à proporção que a exploração se torna anti-econômica, como se observa nas áreas auríferas de Yukon, no Canadá, e nas cupríferas do norte do Chile.

No que diz respeito à geografia agrária, esta não pode mais ser isolada da geografia urbana e industrial, de vez que a maior porção da produção agrícola se destina ao abastecimento da população urbana, hoje superior à rural na maioria dos países do mundo, e porque grande parte desta produção se destina à transformação industrial. Para atender ao consumo de áreas cada vez mais distantes e tendo desenvolvido em larga escala as técnicas de transformação dos produtos agrícolas, é natural que as chamadas agro-indústrias tenham hoje uma grande importância econômica e se espalhem por todo o país; é o que acontece com a agro-indústria canavieira que alimenta uma grande produção de açúcar, de álcool, de celulose, de rações animais e está voltada tanto para o mercado externo como para o interno; com a indústria de beneficiamento de frutos, como a laranja, o caju, o tomate, a goiaba, a banana, o figo, etc, que prepara sucos, doces, massas, polpas de frutas e frutas cristalizadas que atende à demanda mundial, movimentando grandes capitais e empregando força de trabalho, tanto diretamente na produção, como no transporte e comercialização; com a indústria de beneficiamento de grãos, como o trigo, o arroz, o sorgo, a aveia, o centeio, a cevada, o milhete, etc, permitindo que os produtos deles resultantes sejam consumidos nos mais diversos pontos do mundo, através de uma rede de transportes terrestres, fluviais, marítimos e aéreos; com a produção de bebidas alcoólicas e de refrigerantes, ligada a atividades agro-industriais; daí ser comum as grandes empresas transnacionais desenvolverem um processo de integração que vai desde a cultura do solo à produção agrícola, passando pela industrialização e levando o produto final ao mercado consumidor. O geógrafo não pode se ater a uma destas fases sem levar em conta que ela se desdobra em outras, que se reproduz em outras áreas.

As transformações políticas e sociais dos dias em que vivemos levam o estudioso a melhor refletir sobre a influência da cultura sobre as organizações políticas — o estado — e sociais — a sociedade civil — nos vários recantos do mundo. Vivemos um momento de renascimento e exarcebação dos movimentos étnicos, religiosos e lingüísticos, e vemos a importância

que vem tendo, no Brasil, por exemplo, o despertar da consciência das nações indígenas em defesa de suas terras e de sua cultura; a consciência que têm, sobretudo nos estados do Sul, os grupos de origens étnicas diferentes — alemães, italianos, eslavos, japoneses, árabes — que aceitam a nacionalidade brasileira, mas procuram preservar os seus traços culturais mais expressivos; a descoberta de pequenas comunidades negras que se mantêm isoladas desde o período da escravidão e que resistem à assimilação e a sobrevivência de hábitos culturais tradicionais em certas áreas isoladas.

No plano internacional, vemos o despertar do Islã que, sob a égide de princípios religiosos, tanto une como divide nações diferentes, indus, indonésios, iranianos, árabes, egípcios, bérberes, negros e nômades do deserto, possibilitando a formação de um bloco nacional forte frente à expansão do poderio econômico e político do Ocidente imperialista e formalmente cristianizado; o papel desempenhado pelos judeus, após a criação do Estado de Israel, com uma política conservadora e ligada ao Ocidente, mas, ao mesmo tempo, inovadora, ao provocar o surgimento de novas formas de vida social e de exploração da terra, como o *kibbutz* e o *mochav*, em pleno Oriente Médio. E quais as condições de sobrevivência de Israel, “ilhado” no mundo islâmico e hostil? E, dentro de comunidades muçulmanas qual o papel a ser desempenhado pelos grupos minoritários, como os drusos, os armênios, os coptas, os cristãos ortodoxos e as várias seitas cristãs que resultaram das chamadas “heresias” dos primeiros séculos e que hoje se encontram, em parte, ligadas à Roma ou organizadas de forma independente?

Qual o papel a ser desempenhado pelos países da Europa do Leste que, após uma experiência mal sucedida de socialismo por quarenta anos, optaram pelo capitalismo de mercado, ao verem que as vantagens do acesso ao consumismo são contrabalançadas pela falta de segurança no emprego, pela queda do nível de saúde, de educação e moradia, pela inflação e pela concorrência desenfreada. Sem esquecer que saíram do esquema de controle e dominação soviética para outro sistema de controle a que ficam atrelados, através de uma série de vínculos econômicos. Como encarar o êxodo rural, estimulado pelas novas estruturas econômicas, acompanhado pelo crescimento desproporcional das cidades e pelo surgimento, nas mesmas, de uma população marginalizada que põe em risco a estabilidade e a segurança individual. Instabilidade que é muito forte nos Estados Unidos, na América Latina e na África e já se faz sentir nos países europeus de economia mais estável e desenvolvida.

Acreditamos que já se pode pensar na Geografia da Droga, de vez que é um produto de grande demanda nos países ricos, que a difundiram e estimularam — caso da guerra do Ópio na China e do estímulo ao consumo da droga entre as tropas americanas no Vietnã — e que é um dos principais produtos de exportação de países latino-americanos, como a Colômbia e a Bolívia, com grande repercussão no Brasil, como produtor e como escala no tráfico internacional.

Os estudos de geografia política e de geopolítica devem ser estimulados, levando-se em conta que vivemos uma época contraditória, dialética, em

que prolifera a formação de pequenas nações, de micro-estados, como os do Caribe e da Oceania, enquanto os grandes estados procuram formar grupos multinacionais, como ocorre com a tentativa bem atual de formação dos Estados Unidos da Europa, a unificação econômica da América do Norte e a tentativa de integração econômica entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

Grandes blocos ou unidades confederadas que facilitarão a circulação de pessoas e mercadorias, mas que estimularão o desenvolvimento de hábitos e características culturais a níveis nacional e regional. É fácil constatar, mas é difícil de compreender a formação de conjuntos regionais de escala média em países bem diferenciados, como a Itália, com o Piemonte, a Lombardia e o Veneto ao norte e a Calabria e a Sicília ao sul, ou a Espanha com a Catalunha, o País Basco, a Andaluzia e a Galícia, tão diversificados em suas pluralidades e tão integrados em sua unidade. Unidade na diversidade que se pode desejar alcançar no Brasil com as grandes diferenças regionais existentes entre o Norte, o Nordeste, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, ou mesmo a nível estadual, como no Rio Grande do Sul entre a região missioneira, a Campanha gaúcha e a área de colonização recente — séculos XIX e XX.

Ainda se constitui num desafio a análise do papel desempenhado pelas grandes empresas que expandem seus negócios e a sua influência por vários continentes e dezenas de países, levando os defensores da “modernidade” a afirmar a necessidade de internacionalização das economias nacionais. Se se comparar o mapa da área de influência das grandes empresas com o mapa político que delimita os territórios dos estados se observará que são bem diversos, como diversas são as ações e os tipos de espaço produzidos por uns e outros, embora todos convergindo para um mesmo interesse, que é a concentração do poder e da riqueza de grupos mais ou menos numerosos. Os estudos de François Perroux, na década dos Sessenta, são fundamentais para os grandes delineamentos da análise das relações empresa e estado, poder público e privado.

Acreditamos ter apresentado um leque de opções e de direções aos jovens geógrafos para conduzirem os seus estudos, pesquisas e reflexões, mas o fazemos apenas para despertar o espírito de iniciativa dos mesmos, a criatividade de uma geração que vive um momento histórico dinâmico, em que os objetos e as idéias envelhecem rapidamente, tornando necessário ao pensador, ao estudioso, uma grande capacidade de mudança; mudança que não será feita com o simples abandono do saber acumulado através de gerações, mas com a sua renovação, preservando o que se conserva atual e mudando o que envelheceu. Aristóteles e Platão, que viveram na Grécia há mais de dois mil anos, em muitas coisas que afirmaram estão ultrapassados, mas, no essencial, ainda são atuais, muito mais do que muitos dos pensadores contemporâneos. O Cristianismo, dois mil anos após a morte de Cristo, ainda é uma fonte de fé e de esperança para uma grande parcela da humanidade.

Além desta continuidade temporal, em que passado, presente e futuro se interpenetram e se integram, existe também a necessidade de integração

entre o local, o regional, o nacional, o continental e o mundial, através da qual não se pode isolar os fatos e fenômenos estudados, ao contrário, deve-se compreendê-los dentro de um critério de totalidade, porque o mundo é um só e o que acontece em um país do Extremo Oriente pode ter repercussões próximas ou a longo prazo sobre nós. Assim, o geógrafo, como todo o cientista, deve desenvolver o seu raciocínio e a sua ação levando em conta, de forma positiva e integrada, as duas grandes categorias científicas, o espaço e o tempo. Do ponto de vista formal, não é fácil separar a geografia da história e já no século passado um dos fundadores da Geografia Científica, Elisée Reclus, tinha razão ao dizer que “A Geografia é a História do Espaço, enquanto a História é a Geografia do Tempo”.

### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Andrade, Manuel Correia de - A Geografia e o Problema de Interdisciplinaridade entre as Ciências, em Caminhos e Descaminhos de Geografia, págs. 25/34. Campinas. Papius, 1989.
- (2) Le Brésil Meridional; étude economique sur les états du Suel Paris, Garnier, 1910.
- (3) Guimarães, Fabio de Macedo Soares — Divisão Regional do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, ano III, nº 2. 1944.
- (4) Justiça Social e Cidade. São Paulo. HUCITEC, 1981.
- (5) Formação do Brasil Contemporâneo. A Colonia. 11ª edição. São Paulo. Brasiliense. 1971.
- (6) Andrade, Manuel Correia de - O Minério de Tungstênio no Nordeste do Brasil. Mossoró, Coleção Mossoroense, Série A, nº XL, 199
- (7) Andrade, Manuel Correia de - A Produção de Cassiterita no Norte e Nordeste do Brasil. Recife. CNPq/CETEM/ITEP, 1991.

*"Gradativamente, o exercício profissional se estruturou em um tripé ideológico: saber, saber fazer, saber ser."*

## INTRODUÇÃO

A história do jornalismo é a própria história do desenvolvimento social, político e econômico do país. É uma visão de mundo, sua expansão coincide com a própria expansão do capitalismo, do comércio e da política da burguesia na sua luta para abrir espaços nos domínios legemônicos do parlamento autoritário.

Se de um lado foi produto da Revolução Industrial, de outro foi veículo para a grande difusão dos ideais liberais burgueses, como os movimentos revolucionários da Holanda em 1581; da Inglaterra em 1688; dos Estados Unidos em 1776, finalmente, da França em 1789.

No Brasil, a circulação de informações, uma vez que desde 1808, com a chegada da família real portuguesa, a imprensa foi permitida, não ocorreu em no Brasil, aqui chegando na década seguinte, em 1822, devido ao decreto de proibição de D. João VI, carregado dos preconceitos que trouxera de Portugal anti-iluminista com seu estado pós-pombalino.

## O ENSINO

Dilematismo liberal frente à regulamentação da profissão. Final do século passado, o jornalismo era exercido por amadores. Um decreto reconhecendo seu caráter profissional foi assinado em 17 de outubro de 1969, pelo então presidente da República, General Costa e Silva, com o seguinte teor: "Só poderá exercer, nas atividades jornalísticas, a profissão de jornalista profissional, quem for portador de diploma expedido pelas escolas de jornalismo, devidamente reconhecidas pelo Governo Federal".

### Vicente Serejo

É professor assistente do Departamento de Comunicação Social da UFRN e jornalista profissional.

### Otêmia Porpino Gomes

É professora adjunto do Departamento de Comunicação Social da UFRN.

A conquista da regulamentação da profissão, no verdade, chegava vinte e seis anos depois de aberto no Brasil o primeiro curso superior de jornalismo, em 1943, pelo Decreto-Lei nº 3.480, de 13 de maio de 1943, atendendo a uma reivindicação que já figurava nos jornais desde o início do século.

Como não poderia deixar de ser, os cursos de jornalismo nas décadas de 40 e 50 ficaram praticamente restritos ao Rio e São Paulo. A partir da década de 60, passaram a significar uma realidade nacional. Do primeiro curso formalmente instalado em 1946, na Cáspes Lútero, de São Paulo, até hoje, são cerca de 60 cursos de comunicação social, onde o jornalismo é apenas uma das habilitações, ao lado de televisão, rádio, relações públicas,

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5, n. 1, p. 87-95, jan./jun. 1992.

entre o local, o regional, o nacional, o continental e o mundial, através da qual não se pode isolar os fatos e fenômenos estudados, ao contrário, deve-se compreendê-los dentro de um critério de totalidade, porque o mundo é um só e o que acontece em um país do Extremo Oriente pode ter repercussões próximas em a longo prazo sobre nós. Assim, o geógrafo, como todo o cientista, deve desenvolver o seu raciocínio e a sua ação levando em conta, de forma positiva e integrada, as duas grandes categorias científicas, o espaço e o tempo. Do ponto de vista formal, não é fácil separar a geografia da história e já no século passado um dos fundadores da Geografia Científica, Elisée Reclus, tinha razão ao dizer que "A Geografia é a História do Espaço, enquanto a História é a Geografia do Tempo".

#### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Andrade, Manuel Correia de - A Geografia e o Problema de Interdisciplinaridade. In: *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 1, n. 1, p. 1-10, 1949.
- (2) La Géographie, revue internationale de géographie humaine et régionale, Paris, 1919, volume 1.
- (3) Guimarães, Fabio de Macedo Soares - O Estado Regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n. 2, 1944.
- (4) *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 1, n. 1, p. 1-10, 1949.
- (5) Formação do Estado Contemporâneo do Brasil. São Paulo, 1971.
- (6) Anuário de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 1-10, 1991.
- (7) Andrade, Manuel Correia de - A Produção de Condições no Norte e Nordeste do Brasil. Recife: CNPQ/CETEM/TEP, 1991.

*“Gradativamente, o exercício profissional se estrutura em um tripé ideológico: saber, saber fazer, saber ser”.*

## INTRODUÇÃO

A história do jornalismo é a própria história do desenvolvimento social, político e econômico do país. E numa visão de mundo, sua expansão coincide com a própria expansão do capitalismo, do comércio e da política da burguesia na sua luta para abrir espaços nos domínios hegemônicos do pensamento autoritário.

Se de um lado foi produto da Revolução Industrial, de outro foi veículo para a grande difusão dos ideais liberais burgueses, como os movimentos revolucionários da Holanda em 1581; da Inglaterra em 1686; dos Estados Unidos em 1776, finalmente, da França em 1789.

No Brasil, a circulação da informação é uma realidade desde 1808, com a impressão do Correio Braziliense, fundado por Hipólito da Costa, imprimindo o jornal na Inglaterra e fazendo suas páginas circularem no Brasil, aqui chegando na clandestinidade dos porões dos navios diante da proibição de D. João VI, carregado dos preconceitos que trouxera de Portugal anti-iluminista com seu estado pós-pombalino.

## O ENSINO

Diletantismo literário e trincheira política-partidária desde o final do século passado, o jornalismo no Brasil, embora tendo merecido um decreto reconhecendo seu exercício em 1938, só teria sua regulamentação a 17 de outubro de 1969, quando a junta militar decreta no artigo primeiro: “Só poderá exercer, nas empresas jornalísticas, a profissão de jornalista profissional, quem for portador de diploma ou certificado de habilitação expedido pelas escoias de jornalismo, devidamente reconhecidas pelo Governo Federal”.

A conquista da regulamentação da profissão, na verdade, chegava vinte e seis anos depois de aberto no Brasil o primeiro curso superior de jornalismo, em 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943, atendendo a uma reivindicação que já figurava nos jornais desde o início do século.

Como não poderia deixar de ser, os cursos de jornalismo nas décadas de 40 e 50 ficaram praticamente restritos ao Rio e São Paulo. A partir da década de 60, passaram a significar uma realidade nacional. Do primeiro curso formalmente instalado em 1946, na Cásper Líbero, de São Paulo, até hoje, são cerca de 66 cursos de comunicação social, onde o jornalismo é apenas uma das habilitações, ao lado de televisão, rádio, relações públicas, editoração, publicidade e planejamento gráfico-visual.

## O PAPEL

Marcado profundamente pela prática, é evidente que não foi uma tarefa fácil conquistar, no plano acadêmico, um espaço de atuação técnica e científica. Profundamente vinculado ao humanismo, os cursos de jornalismo e comunicação terminariam por cumprir, basicamente, a mesma trajetória do humanismo brasileiro, começando pela fase clássico-humanística, baseada no saber da experiência e na transmissão oral dos conhecimentos, sem equipamentos e estruturas no âmbito das universidades. A partir de 1960, com base no parecer 631/69, do Conselho Federal de Educação, criando a estrutura do currículo mínimo, o ensino da comunicação atinge a fase Científico-Técnica, buscando no processo de comunicação um aprofundamento das visões sociológicas, antropológicas, históricas e psicológicas, iniciando também as primeiras aproximações no campo da pesquisa.

Atualmente, o ensino da comunicação cumpre a sua função crítico-reflexiva, pois como afirmou o professor José Milton dos Santos, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no Seminário “O Jornalismo na Nova República” (Editora Summus, SP, 1987), “Hoje a principal característica é a resistência, a coragem de repensar a formação profissional do jornalista e sua postura no processo de mudança porque passa o país”.

## O CURRÍCULO

A história do curso de comunicação no Brasil poderia ser contada a partir da própria história dos seus currículos, desde o Decreto nº 910, de 1938, que apenas estabelecia como disciplinas básicas, um elenco, no mínimo, prosaico: “Fica estabelecido que constituirão disciplinas básicas: a) português; b) inglês; c) taquigrafia; d) datilografia”. Conferindo, no mesmo texto, ao Ministério da Educação, a tarefa de indicar “as demais disciplinas para a formação do currículo mínimo”.

Foi Tancredo Neves, na qualidade de Primeiro-Ministro, que decretou a regulamentação das categorias e atribuições, antes da exigência de diploma de curso superior, visão que terminaria de certa forma se mantendo até hoje, num elenco de funções privativas do profissional de jornalismo, como repórter, redator, noticiarista, revisor, fotógrafo, ilustrador, diagramador e editor, para citar as funções básicas.

Mas, a primeira tomada de posição consciente sobre o currículo mínimo do curso de comunicação social, após a sua regulamentação como profissão, em 1969, viria ocorrer em outubro de 1975, quando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC), reuniu em São Paulo professores e estudantes de todas as universidades e/ou cursos de comunicação para a proposta final do currículo. É do parecer do CFE, a citação:

*“A proposta do currículo mínimo do curso de graduação em Comunicação Social teve a presidi-la a necessidade da formação profissional que, além de habilitado ao desempenho eficiente de suas funções, pudesse intervir no processo social como agente de transformações. O comprometimento*

com a realidade e a cultura brasileiras deverá assegurar, sobretudo, a preocupação permanente, em todo o curso, de aliar a formação teórica ao aspecto prático do ensino e ao fornecimento do aluno, do instrumental teórico e técnico de intervenção”.

Em 1977, surgiria o parecer 1.203/77, estabelecendo um currículo mínimo em três eixos: a) Matérias de Fundamentação Geral Humanística; b) Matérias de Fundamentação Específica e c) Matérias de Natureza Profissional.

No primeiro tronco, de fundamentação geral e humanística, o CFE estabeleceu: 1) Problemas Sócio-culturais e Econômicos Contemporâneos, 2) Sociologia, 3) Psicologia, 4) Antropologia Cultural, 5) Cultura Brasileira e 6) Língua Portuguesa.

O tronco de matérias de fundamentação específica, ficou assim constituído: 1) Teoria da Comunicação, 2) Comunicação Comparada, 3) Sistemas de Comunicação no Brasil e 4) Estética e Comunicação de Massa.

As matérias de natureza profissional: 1) Técnicas de Codificação, 2) Técnicas de Produção e Difusão, 3) Deontologia dos Meios de Comunicação, 4) Legislação dos Meios de Comunicação, 5) Técnicas de Administração e 6) Técnicas de Mercadologia.

Este currículo, com as naturais adaptações em cada Universidade, permitidas pelo próprio Conselho de Educação, permaneceria até agora, praticamente.

Há quatro anos, depois de demoradas discussões iniciadas ainda em 1979 e intensificadas a partir de 1982, os cursos de comunicação passaram a questionar a qualidade científica, técnica e prática do currículo.

A questão alcançou seu ponto mais tenso no final de 1983, quando o Conselho Federal de Educação passou a admitir oficialmente as mudanças curriculares em função do caráter também profissionalizante dos cursos de comunicação.

A necessidade de um currículo que estreitasse ao máximo as fronteiras da teoria e da prática passou a presidir as preocupações não apenas do Conselho Federal de Educação, mas principalmente de professores, alunos e profissionais de comunicação, até mesmo a nível de sindicatos.

Com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e a luta travada entre sindicatos e empresas de comunicação, a formação profissional passou a ser ponto de todas as argumentações: aquelas que defendiam o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional, assumida pelos empresários da comunicação e aquelas que, com base numa conquista de 1969, defendiam a graduação em comunicação como base supridora do mercado de trabalho.

A principal crítica dos empresários é centrada na baixa qualidade do profissional que a Universidade oferecia ao mercado e argumentam que os cursos, desparelhados e excessivamente teóricos, formam um profissional que embora conheça relativamente o saber teórico, não alcança a plenitude do exercício da profissão no âmbito universitário pela inexistência de laboratórios de redação, televisão e rádio, para não falar nos cursos de comunicação social que oferecem mais de uma habilitação, como publicidade, relações públicas, editoração e programação gráfica e visual.

*Os sindicatos e os cursos de comunicação, mobilizados nacionalmente, conseguiram retirar do projeto de constituição levado ao plenário da Constituinte a sugestão da Comissão dos Notáveis que era a da extinção pura e simples da exigência do diploma de curso superior, reservando às empresas jornalísticas e de comunicação o direito de opção ou não por profissionais graduados na área.*

*Encerrada a luta na Constituinte, os sindicatos e os cursos de comunicação passaram a imprimir um ritmo maior na implantação da Resolução 002/84, do Conselho Federal de Educação, de 24 de janeiro de 1984, devidamente aprovado e publicado no Diário Oficial da União de 31 de janeiro do mesmo ano.*

*Pela Resolução 002/84, a graduação em atividades de comunicação social pode ser nas seguintes habilitações: a) Jornalismo, b) Relações Públicas, c) Publicidade e Propaganda, d) Produção Editorial, e) Radialismo (rádio e tv) e f) Cinema.*

*O currículo estabelecido pela mesma resolução estruturou o ensino da comunicação em dois troncos: a) Disciplinas do Tronco Comum e b) Disciplinas do Tronco Específico.*

*A nova proposta, com prazo até este semestre para início de sua implantação, fixa uma carga horária total e indispensável de 2.700 horas/aulas, distribuídas em simetria: 1.215 horas para as disciplinas do tronco comum e 1.215 horas para as disciplinas específicas da habilitação em jornalismo, como é o caso específico do curso de Comunicação Social da UFRN.*

*Os dois troncos de disciplinas somam um total de 2.430 horas/aulas, complementados por uma carga de 270 horas/aulas destinadas a Projetos Experimentais.*

*A operacionalização do novo currículo, consideradas as características do turno noturno, com apenas quatro horas/aulas, exige nove semestres letivos, destinando-se o último semestre à realização de Projetos Experimentais que deverão ser tratados como trabalhos de conclusão de curso, sob a orientação de um professor da área de conhecimento escolhida pelo aluno, no caso, jornalismo impresso, radiojornalismo e telejornalismo, podendo a critério do Colegiado do Curso, ouvido o professor-orientador, ser abordado tema relacionado também com matérias teóricas.*

*Para habilitação em jornalismo, caso específico do Curso de Comunicação Social da UFRN, a Resolução 002/84 estabelece como disciplinas obrigatórias: Filosofia, Sociologia (Geral e da Comunicação), Redação e Expressão Oral, Realidade Sócio-econômica Brasileira, Teoria da Comunicação e Comunicação Comparada. Além destas, a Resolução fixa ainda a obrigatoriedade de escolha de três matérias entre as seguintes: Lógica, Psicologia, Língua Estrangeira, Economia, Geografia Econômica, Realidade Sócio-econômica e Política Regional, Teoria Geral de Sistemas, Teoria Política, Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação, Comunicação Comunitária, Planejamento em Comunicação, Política de Comunicação, Sistemas Internacionais de Comunicação, Cultura Brasileira, História da Arte, Antropologia Cultural, História do Brasil e Estética e Cultura de Massa.*

*São matérias ou disciplinas específicas da habilitação em jornalismo,*

caso da UFRN:

Língua Portuguesa, Redação e Expressão Oral, Fotojornalismo, Planejamento Gráfico em jornalismo, Radiojornalismo, Telejornalismo, Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística, Preparação e Revisão de Originais, Provas de Videotextos, Edição, Legislação e Ética em Jornalismo.

Outra recomendação da Resolução é a permanência obrigatória, a partir do 4º período do curso e até seu final, excluído o semestre dedicado a Projetos Experimentais, de “disciplina específica de Redação em Língua Portuguesa, ministrada com ênfase na produção de textos relacionados à habilitação”.

Uma exigência é inovadora, em termos acadêmicos, na Resolução 002/84: a exigência de professor com registro profissional para ministrar as disciplinas obrigatórias específicas, com um parágrafo único do artigo 5º que estabelece, textualmente: “Tais professores devem comprovar experiência profissional de, no mínimo, três anos de experiência na área, além das exigências acadêmicas”.

Os cursos com habilitação em jornalismo, como é o caso da UFRN, são obrigados a produzir, compreendendo-se redação, copidescagem, diagramação e edição, oito números/edições de jornal laboratório com a participação direta dos alunos, sob a supervisão de professores.

Hoje, o Departamento de Comunicação Social dispõe de equipamentos para a instalação dos três laboratórios básicos de treinamento profissional, no caso, televisão, rádio e impresso, cumprindo as exigências para a implantação do currículo mínimo e com condições, por seu elenco de professores e suas instalações, de oferecer ao mercado um profissional com visão crítica e reflexiva de sua profissão, mas também capaz de exercê-la no espaço do mercado de trabalho com consciência e eficiência.

O grande desafio que temos diante de nós, professores e alunos, é o de ser um centro supridor do mercado com mão-de-obra competente e eficiente, reduzindo ao máximo as fronteiras da teoria e da prática e dentro da visão da professora Cremilda Medina, da Universidade de São Paulo, para quem o jornalista profissional precisa ter o domínio do saber, do saber fazer e do saber ser.

## *O FUNCIONAMENTO*

Supridora do mercado de trabalho, por força de exigência legal do diploma para o exercício profissional, a habilitação em jornalismo deve ser capaz de produzir um bacharel em jornalismo capacitado a atender às exigências do mercado.

No Curso de Comunicação Social da UFRN, a estrutura curricular está apoiada em dois enfoques do desenvolvimento da comunicação: a História e a Linguagem. A primeira compreendendo o processo da formação social e política da comunicação enquanto forma de convivência, e a linguagem, com sua técnica e sua aplicação metodológica e prática. E para o desenvolvimento desse eixo, tomamos como apoio a realidade de práticas

de comunicação social no Nordeste e no Rio Grande do Norte, sem perder a visão geral da comunicação no Brasil e no mundo.

E com essa intenção de focar a evolução da comunicação e o domínio da linguagem jornalística, assim como a busca de novas formas nessa linguagem, organizamos os conteúdos em blocos de disciplinas afins, partindo dos conteúdos gerais básicos, o estudo da comunicação, os conteúdos específicos exigidos pela habilitação, noções de planejamento e pesquisa em comunicação, finalizando o projeto experimental na área de jornalismo.

A organização desses blocos tem como critérios: o agrupamento de conhecimentos mínimos necessários ao exercício da profissão de jornalista; Ciências da Sociedade, Ciências da Comunicação e da Linguagem; Filosofia e Arte; e a visão geral de todas as habilitações de Comunicação Social oficialmente regulamentadas: Relações Públicas, Cinema, Editoração, Radialismo, Publicidade e Propaganda.

Dentro desses critérios, os blocos foram distribuídos em: **REDAÇÃO E EXPRESSÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**, composto por sete disciplinas: quatro de produção e análise de textos no idioma nacional, e três de produção de textos jornalísticos; **COMUNICAÇÃO e CULTURA**, compondo-se de três disciplinas gerais básicas e dez específicas de comunicação social; **EDIÇÃO E RADIODIFUSÃO**, contendo dez disciplinas dedicadas ao estudo e a produção de textos jornalísticos para impressos, rádio, televisão e cinema; **PLANEJAMENTO E PESQUISA EM COMUNICAÇÃO**, compondo-se de duas disciplinas básicas para a elaboração de um projeto a ser operacionalizado no bloco de **PROJETOS EXPERIMENTAIS**.

Para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, o aluno é obrigado a cumprir o conteúdo curricular fragmentado em 36 disciplinas que integram 174 créditos equivalentes a 2.790 horas/aulas a serem cumpridas no mínimo de quatro anos e no máximo de sete anos, com termo médio de cinco anos, correspondentes a dez semestres letivos. A legislação federal exige ainda a integralização de quatro créditos de Estudos de Problemas Brasileiros e da prática de Educação Física com predominância desportiva.

O perfil do profissional de comunicação, com habilitação em jornalismo, deve ser representativo de um embasamento teórico e ao mesmo tempo prático: teórico, pela necessidade de dotar o profissional de consciência crítica e reflexiva sobre o seu papel de intervenção na sociedade e prático, pelo caráter profissionalizante do seu curso, posto que o diploma superior é exigência para o registro no Ministério do Trabalho, para o exercício profissional e para a sindicalização.

A vivência direta da realidade, por mais importante que seja na manipulação das linguagens e equipamentos, não pode ter prevalência exagerada sobre os conhecimentos teóricos, pois sem estes o profissional não alcançará o padrão de graduação superior que um bacharelado universitário requer.

Claro está, para todos os profissionais, que o exercício do jornalismo deve ser o de resistir às práticas antidemocráticas nas relações de produção de suas mensagens; o de desenvolver e ampliar a pesquisa em comunicação; o de explorar e criar novas possibilidades de expressão através das técnicas

e linguagens dos diversos veículos e buscar novos usos dos meios de comunicação em benefício do bem estar coletivo.

## LINGUAGEM: CIÊNCIA, FILOSOFIA E ARTE

A. Wagner Nery

Professor Adjunto do Curso de Letras

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5, n. 1, p. 91-103, dez. 1992.

de comunicação social no Nordeste e no Rio Grande do Norte, sem perder a vivência da prática jornalística, a qual deve ser vivida sob o domínio da

E com essa intenção de enriquecer a evolução da comunicação, e o domínio da linguagem jornalística, assim como a busca de novas formas nessa linguagem, organizamos os conteúdos em blocos de disciplinas, a saber: partindo dos conteúdos gerais básicos, o estudo da comunicação, os conteúdos específicos exigidos pela habilitação, noções de planejamento e pesquisa em comunicação, finalizando o projeto experimental na área de jornalismo.

A organização desses blocos tem como critérios: o agrupamento de conhecimentos mínimos necessários ao exercício da profissão de jornalista; Ciências da Sociologia, Ciências da Comunicação e da Linguagem; Filosofia e Arte; e a visão geral de todas as habilitações de Comunicação Social oficialmente regulamentadas: Relações Públicas, Cinema, Editoração, Rádio-fonismo, Publicidade e Propaganda.

Dentro desses critérios, os blocos foram distribuídos em: REDAÇÃO E EXPRESSÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA, composto por sete disciplinas: quatro de produção e análise de textos no idioma nacional, e três de produção de textos jornalísticos; COMUNICAÇÃO e CULTURA, compreendendo-se de três disciplinas gerais básicas e dez específicas de comunicação social; EDIÇÃO E RADIODIFUSÃO, contendo dez disciplinas dedicadas ao estudo e a produção de textos jornalísticos para imprensa, rádio, televisão e cinema; PLANEJAMENTO E PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, compreendendo-se de duas disciplinas básicas para a elaboração de um projeto a ser operacionalizado no bloco de PROJETOS EXPERIMENTAIS.

Para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, o aluno é obrigado a cumprir o conteúdo curricular fragmentado em 36 disciplinas que integralizam 174 créditos equivalentes a 2.790 horas/aulas a serem cumpridas no mínimo de quatro anos e no máximo de sete anos, com termo médio de cinco anos, correspondentes a dez semestres letivos. A legislação federal exige ainda a integralização de quatro créditos de Estudos de Problemas Brasileiros e da prática de Educação Física com predominância desportiva.

O perfil do profissional de comunicação, com habilitação em jornalismo, deve ser representativo de um embasamento teórico e ao mesmo tempo prático: teórico, pela necessidade de dotar o profissional de consciência crítica e reflexiva sobre o seu papel de intervenção na sociedade e prático, pelo caráter profissionalizante do seu curso, posto que o diploma superior é exigência para o registro no Ministério do Trabalho, para o exercício profissional e para a sindicalização.

A vivência direta da realidade, por mais importante que seja na manipulação das linguagens e equipamentos, não pode ter prevalência exagerada sobre os conhecimentos teóricos, pois sem estes o profissional não alcançará o padrão de graduação superior que um bacharelado universitário requer.

Claro está, para todos os profissionais, que o exercício do jornalismo deve ser o de resistir às práticas antidemocráticas nas relações de produção de suas mensagens, o de desenvolver e ampliar a pesquisa em comunicação; o de explorar e criar novas possibilidades de expressão através das técnicas

Embora Pascal tenha dito: "O coração tem razões que a própria razão desconhece", persiste a concepção de que o filósofo produz filosofia de uma faculdade chamada Razão. Através de um raciocínio lógico, em busca de investigar a razão das coisas que existem no universo e como elas se desenvolvem. Na base da investigação e na tentativa de aclarar, desvendar, explicar, reside a pergunta fundamental: "o que é?" Supostamente, por um estranhamento curioso para saber "o que é linguagem?". Essa pergunta deu tomote a postura (tí estia) dos filósofos gregos (Sócrates, Platão, Aristóteles) que, na ânsia pelo saber, buscavam revelar a quiddidade (quid est) das coisas. Pelo fato de terem chegado a conclusões diferentes — a ideia (Platão) e a realidade (energia) Aristóteles — filósofos posteriores marcharam pelo caminho do idealismo ou do realismo até chegarem à dúvida metódica (Descartes) ou à suspensão total de julgamento/juiz, no caso da fenomenologia de Edmund Husserl, ou à descoberta do homem irracional, no caso do existencialismo (Heidegger, Kierkegaard, Sartre, etc.). Contra um tipo de especulação metafísica, Hegel, na sua Fenomenologia do Espírito, já dizia: "Não há nada para ver atrás da cortina"<sup>1</sup>.

Se a resposta sobre a questão de linguagem já está dada e pode ser encontrada nos dicionários especializados ou nos escritos de Ferdinand de Saussure, Emile Benveniste, Noam Chomsky, Cicero de Fogaça/Conchaque, Jakobson, Watzelstein, Caye e outros, que nos resta? Repetir-lo? Após uma rápida visita aos escritos desses estudiosos de linguagem, constatamos que linguagem é um tema tão amplo, permeante e indefinido que

## LINGUAGEM: CIÊNCIA, FILOSOFIA E ARTE

deve revelar aspectos ainda pouco investigados do assunto. O caminho a seguir não é o de repêdo aos estudos sobre linguagem, mas o de revisá-los, absorvê-los e expandi-los dentro de uma perspectiva universal, le- sua e diversificada.

Ocorrem fatos dentro do indivíduo e/ou fora dele. Fatos externos são observados, investigados e racionalmente. Sem que se distancie a imaginação e a emoção, os fatos são sentidos e reproduzidos

**A. Wagner Nery**

Professor Adjunto do Curso de Letras

Imaginação (e mesmo Emoção) não possuem as fronteiras delimitadas impo- da história pelo homem. Sua tentativa, um fracassada tentativa, motiva a diferença, o mosaico que é a consciência humana. O Racionalismo cartesiano tomou o lugar do empirismo. A concepção de que o pensamento lógico foi superado pelo pensamento filosófico estabeleceu campos de privi- ledge e de privação para certas manifestações da atividade humana. A primazia da Razão (Humanismo/Racionalismo) sobre a Revelação (Misticismo) foi suplantada pelo primado da Imaginação e Emoção dos Românticos. Desperdiçado o eixo Locke-Hume, o romantismo logo prevaleceu na arte, letras, política e filosofia, tornando-se uma verdadeira revolução semântica, ainda hoje, o condere um termo desesperador. Porém, após a crise, houve uma confiança essencialmente romântica em uma "Revelação" que se transcender enunciados rigorosamente lógicos. O que deu ao Romantismo Hegel acobrou os dualismos (ex: espírito/material) e estabeleceu a dialética

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5, n. 1, p. 97-103, jan./jun. 1992.

# LINGUAGEM: CIÊNCIA, FILOSOFIA E ARTE

A. Wagner Nery  
Professor Adjunto do Curso de Letras

Embora Pascal tenha dito: “O coração tem razões que a própria Razão desconhece”, persiste a concepção de que o filósofo produz **filosofia** de uma faculdade chamada Razão. Através de um raciocínio lógico, ele procura investigar a razão das coisas que existem no universo e como elas se desenvolvem. Na base da investigação e na tentativa de aclarar, desvelar conceitos, reside a pergunta fundamental: “o que é?”. Suponhamos que nós estejamos curiosos para saber “o que é linguagem?”. Essa pergunta nos remete à postura (ti estin) dos filósofos gregos (Sócrates, Platão, Aristóteles) que, na ânsia pelo saber, buscavam revelar a quiddidade (quid est) das coisas. Pelo fato de terem chegado a conclusões diferentes — a idéia (Platão) e a realidade (energeia) Aristóteles — filósofos posteriores marcharam pelo caminho do idealismo ou do realismo até chegarem à dúvida metódica (Descartes) ou à suspensão total de julgamento/juízo, no caso da fenomenologia de Edmund Husserl, ou à descoberta do homem irracional, no caso do existencialismo (Heidegger, Kierkegaard, Sartre, etc.). Contra um tipo de especulação metafísica, Hegel, na sua **Fenomenologia do Espírito**, já dizia: “Não há nada para ver atrás da cortina”.<sup>1</sup>

Se a resposta sobre a questão de linguagem já está dada e pode ser encontrada nos dicionários especializados ou nos escritos de Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste, Noam Chomsky, Círculo de Praga/cope-nhague, Jakobson, Wittgenstein, Carta e outros, que nos resta? Repeti-la? Após uma rápida visita aos escritos desses estudiosos da linguagem, constatamos que linguagem é um tema tão amplo, penetrante e indefinido que certamente haverá uma brecha por onde possamos enveredar e, por felicidade, desvendar aspectos ainda pouco manifestados do assunto. O caminho a seguir não é o de repúdio aos estudos sobre linguagem, mas o de revisitá-los, absorvê-los e expandi-los dentro de uma perspectiva uni-versal, i.e., uma e diversificada.

Ocorrem fatos dentro do indivíduo e/ou fora dele. Fatos externos são observados, investigados e reproduzidos emocional, imaginativa e/ou racionalmente. Sem que se distancie da imaginação e/ou razão, fatos internos são sentidos e reproduzidos também de forma diversificada. Razão, Imaginação (e mesmo Emoção) não possuem as fronteiras delimitadas através da história pelo homem. Sua tentativa, uma fracassada tentativa, mostra a diferença, o mosaico que é a consciência humana. O Racionalismo cartesiano tomou o lugar do empirismo. A concepção de que o pensamento mítico foi superado pelo pensamento filosófico estabelece campos de prioridade e de privilégio para certas manifestações da atividade humana. A primazia da Razão (Iluminismo/Racionalismo) sobre a Revelação (Medievalismo) foi suplantada pelo primado da Imaginação e Emoção dos Românticos. Desgastado o eixo Locke-Hume, o romantismo logo penetrou as artes, letras, política e filosofia, tornando-se uma síndrome cultural que o semântico, ainda hoje, o considera um termo desesperador. Fichte desenvolveu uma confiança essencialmente romântica em uma “faculdade” capaz de transcender enunciados rigorosamente lógicos. O que dizer de Kant? Hegel aceitou os dualismos (ex.: espírito/matéria) e estabeleceu a dialética no seu famoso conceito de tese-antítese e síntese. Coube a Nietzsche mostrar

Apolo (racional) e Dionísio (romântico) como duas forças antagônicas na nossa civilização ocidental, sempre em desacordo e comunhão.

O gosto pelos contrários, paradoxos, dualismos, ambigüidades e antinomias já mostrava uma tendência de relação culminada no Relativismo. Teoricamente estabilizado na mente, o Relativismo destruiu os fundamentos da metafísica da presença, embora se pudesse acreditar que o interesse pelo estudo da língua “per se” fosse capaz de revisar, re-estabelecer e transformar o ultrapassado em usável. Em consonância com o aforismo, “o velho torna-se perenemente novo nas mãos do gênio”, surgiram os gênios. O termo estrutura/sistema — uma velha idéia implícita nos antigos retóricos, gramáticos, filólogos e estudiosos de Port-Royal — torna-se conceito paragônico capaz de ordenar o caos do saber e resgatar, através de estruturas lingüísticas ou culturais, os absolutos e universais. Absolutos e universais estes que revogam o Relativismo e re-instauram o aristotelismo.

Alguns exemplos ilustram como o Estruturalismo salvaguarda a tradição aristotélico-tomista. A crucial distinção saussureana de substância e forma substitui, embora imperfeitamente, a terminologia escolástica de matéria e forma. N. S. Trubetzkoy, líder do Círculo de Praga e pioneiro no re-uso do termo estrutura, diz: “A época em que vivemos é caracterizada pela tendência de toda disciplina científica substituir atomismo por **estruturalismo** e individualismo por **universalismo**”.<sup>2</sup> Segundo Edmundo Leach, para Lévy-Strauss, “a articulação da cultura é como a da língua. Os detalhes superficiais desta língua são peculiares a este específico sistema social, mas a grande gramática da língua é um universal humano”.<sup>3</sup> Noam Chomsky, ao elaborar sua teoria da gramática gerativa, refere-se a “universais da linguagem”.<sup>4</sup> Jonathan Culler encontra na sua poética estruturalista uma teoria generalizada de leitura, uma totalizante ordem de pensamento que engloba todos os outros meios que possuímos para fazer sentido de um texto literário.<sup>5</sup> Ao fazer uma análise estrutural dos contos de Henry James, T. Todorov sustenta que eles “são baseados na busca por um absoluto e causa ausente... Há uma causa... um personagem, um evento ou objeto. Seu efeito é o conto, a estória que nos é contada. A causa é absoluta: tudo na estória deve sua presença, em última análise, a ela”<sup>6</sup>.

O pós-estruturalismo fragmenta a consciência contemporânea, introduzindo a desconstrução e a metafísica da diferença. Em vez de usar a tradicional fórmula  $A \text{ é } A$ , Jacques Derrida sustenta que, para definir conceitos, o caminho mais seguro é o da diferença. Então  $A \text{ é } AAA\dots$ , ou seja,  $A$  é diferente de  $A$ . Derrida, severo crítico de certas infelicidades de Saussure, estabelece a escritura como “natural, eterna e universal, o sistema da verdade significada”, e ela recebe este nome por metáfora, tornando-se a “metaforicidade mesma”. Metáforas pelas quais nós vivemos e alimentamos nosso espírito tentam modelar nosso pensamento por primazias: a da fala sobre a escrita (Saussure), a da escritura (Derrida) que assim a denomina — linguagem — quando tomada “por ação, movimento, reflexão, consciência, inconsciente e algo mais”<sup>7</sup>.

Um tema amplo, penetrante e indefinido, como é o da linguagem, assume denominações como linguagem artística, científica e filosófica. Sem

mesmo esquecer do contraste existente entre linguagem humana e animal, constatamos funções de linguagens visual e gráfica. Estudos um tanto ecléticos mostram funções específicas da linguagem computacional e mesmo da animação. Os estudos oníricos provocaram o interesse pela linguagem dos sonhos. Mesmo dedicando todos os nossos maiores esforços à polêmica existente entre linguagem oral e escrita, todos nós respeitamos a eloquência da linguagem do silêncio. Duas manifestações de linguagem: falar e calar estão emblematizadas no dito popular, metaforicamente mais forte que a realidade. “Falar é prata. Calar é ouro”. Ao relatar as fascinantes experiências de K. von Frisch com as abelhas e explicar os códigos de comunicação que existem na colméia, E. Benveniste nega que este complexo e intrigante modo de comunicação seja linguagem porque “não existe linguagem sem voz”<sup>8</sup>.

Longe de incorrer em abuso de termos, refiro-me à linguagem do silêncio como este código de sinais e gestos tão solenemente reverenciado e ritualizado na nossa sociedade, mas, raramente, objeto de interesse dos pensadores e estudiosos da linguagem. Saussure, por exemplo, considera a fala “ouro” da lingüística. Será que a “preciosidade” dessa ciência não está ainda escondida, a ser descoberta, em silêncio? Como poderia o homem comunicar sons significativos se não houvesse previamente um tácito código de intenções e propósitos? Convenções são acordos necessários em grupos sociais e certamente a prática dessas convenções, embora arbitrária, precede a vocalização. Os “atos da fala”, em tempos imemoriais, possivelmente articularam a escritura do silêncio, essa gestuária de sobrevivência social consciente, mas arbitrariamente convencionalizada. Poderia o homem ter dito: “Me abrace”, se antes não tivesse existido este calado gesto de simpatia e solidariedade que é o abraço? Antes do Verso, lá estava o Silêncio, que ao ser decodificado, torna-se escritura.

Anteriormente me referi a fatos ou fenômenos que ocorrem dentro e/ou fora do indivíduo. Os fenômenos externos são observados, interiorizados e representados, e os fatos internos são exteriorizados ou representados, ambos através de linguagem. A manifestação desses fenômenos (mimesis) constitui um sistema de símbolos e signos os mais variados possíveis. Um pôr-de-sol, por exemplo, pode ser representado através de uma linguagem pictórica ou gráfica (poética, científica, etc). A representação de “alegria”, uma experiência humana íntima, pode ser também multifacetária. Um poema, uma pintura, um texto científico sobre um pôr-de-sol, não é o pôr-de-sol, uma representação dele, assim como um tratado filosófico sobre alegria não é a alegria, mas uma representação dela. Parodiano do Buffon, linguagem não é uma parte do mundo, mas simplesmente um modo de representá-lo. “Graças à linguagem, o pensamento se oferece assim em espetáculo”,<sup>9</sup> já dizia Ducrot. Daí, afirmarmos que, ao representar fatos, fenômenos e experiências humanas, a linguagem carrega consigo, transmite, comunica mensagens, mesmo através do silêncio. Língua (fala, escrita, sinal, signo ou símbolo) é manifestação de linguagem, assim como o cinema mudo, a pintura, arquitetura, artefactos e a arte em geral. “Tudo quanto serve para expressar idéias, sentimentos, modo de comportamento,

etc”, está lá no Aurélio, denomina-se linguagem. Por esta razão, uma noção pobre de linguagem empobrece também a nossa vida.

A representação de fatos e experiências constitui o comportamento lingüístico dos seres humanos. Essa representação está, sem dúvida, articulada com aspectos psico-biológicos individuais e sociais e de poder. Os ramos do conhecimento, quer sejam eles considerados ciência, filosofia ou arte, tomam uma forma de linguagem ao serem representados. Isso faz com que a linguagem exerça este poder unificador. Acentuar o poder de unidade que a linguagem mantém sobre o que convencionalmente é chamado ciência, filosofia e arte não implica negar sua diversidade. A filosofia, como exercício crítico do pensamento, se interessa por linguagem de um modo diferente do interesse da engenharia e tecnologia da comunicação. Mas, certamente, a tecnologia da comunicação necessita dos avanços e descobertas na lingüística, política, história, fisiologia, etc., para tornar suas comunicações mais eficazes.

Difícilmente você encontra hoje um pesquisador que não faça uso de linguagem como parte do material de sua pesquisa. O interesse pelo estudo do complexo e fascinante tema, que é a linguagem, vem exatamente romper os limites de rigidez entre ciência, filosofia e arte. Filosofia, literatura, antropologia, psicanálise, lingüística, são alguns dos campos das ciências humanas por onde Jacques Derrida visita transdisciplinarmente, fornecendo, assim, subsídios para uma nova área de conhecimento, a gramatologia. As obras de pensadores contemporâneos autenticam a concepção de que as fronteiras do saber humano estão hoje dificilmente demarcadas. A obra de Michel Foucault pode ser claramente classificada como interdisciplinar em todos os níveis. Ao elaborar uma taxonomia de discursos, o sistema e técnicas foucaultianos são traduzidos em filosofia, literatura, história e política. O próprio Roland Barthes, tão acertadamente celebrado como “o homem pra todas as estações”, viaja livremente com Saussure, Freud e Lacan, com estruturalismo e pós, e com todas as mitologias. Os domínios da filosofia (Nietzsche, Kant) estão interligados aos da literatura (Proust, Kafka) e psicanálise na obra de Gilles Deleuze. As publicações de Louis Marin incluem estudos sobre narrativas bíblicas, etnologia, lingüística, semiologia, análises de textos literários, pintura, utopias que neutralizam a realidade histórica, e algo mais. A tradicional divisão entre ciência, filosofia e arte não é respeitada nos escritos de Michel Serres que sustenta pertencerem elas ao mesmo reino, o do saber, e articularem um conjunto comum de problemas que transcende as disciplinas acadêmicas e fronteiras artificiais.<sup>10</sup>

Parece que os muros que academicamente separavam o saber em departamentos ruíram, bem mesmo antes da simbólica queda do muro de Berlin, possibilitando, com isso, uma viagem sem passaporte pelas diversas áreas do conhecimento humano. A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, já tão amplamente praticadas, precisam ser criadas, estudadas e ensinadas, para que possamos aprender a ler o pensamento contemporâneo e ficarmos alinhados com o espírito de modernidade atual. Linguagem, portanto, não é o cárcere do linguista e semiótico; assim como a Razão não é o cárcere

do filósofo e cientista; nem a Imaginação, o cárcere do artista, poeta ou literato.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> HEGEL, **Phenoméologie de l'esprit**. Trad. Hippolyte, Paris, Aubier, 1947, p. 140.
- <sup>2</sup> N. Trubetzkoy, "La Phonologie Actuel", **Journal de Psychologie**, 1933, p. 246.
- <sup>3</sup> EDMUND, Leach, "Structuralism in Social Anthropoloy", in **Structuralism**, ed. David Robey, Oxford Univ. Press, 1972, pp. 38-49 passim.
- <sup>4</sup> NOAH Chomsky, **Topics in the Theory of Generative Grammar**, The Hague, Mouton, 1966.
- <sup>5</sup> JONATHAN, Culler, **Structuralist Poetics**. London, R & K. Paul, 1975.
- <sup>6</sup> T. Todorov, "The Structural Analysis of Literature: the Tales of Henry James", in **Structuralism**, pp. 74-75.
- <sup>7</sup> JACQUES Derrida, **Gramatologia**. Trad. M. Schnaiderman, São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 10, 18, 19.  
\_\_\_\_\_. **Writing and Difference**, Chicago, 1978.
- <sup>8</sup> EMILE Benveniste, **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo, Perspectiva, 1976, p. 65.
- <sup>9</sup> OSWALD Ducrot, **Estruturalismo e Linguística**, São Paulo, Cultrix, 1968, p. 27.
- <sup>10</sup> Justiça seja feita ainda a Edward Said, Michael Riffaterre, Réne Girard, Joseph Riddel, Gérard Genette, Paul de Man, Eugênio Donato e tantos outros que por falta de espaço ficaram omissos.

Eládio de Almeida Barbosa



The aim of this work is to display the presence of an underlying mathematical basis of the (seemingly) non-organized according to formal logic patterns. The analyzing rubrics are two traditional systems, one from the West and the other from the East: the Jewish Cabala and the I Ching, the Chinese Book of mutation.

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é apontar para a presença de um embasamento matemático subjacente a alguns sistemas gnosiológicos da sabedoria tradicional, que vinculam uma representação do real aparentemente não-artificializada segundo os padrões da lógica formal. O fato de que essas representações não privilegiem o indivíduo como forma única ou prioritária de acesso ao conhecimento não significa que sejam tradicionais enquanto formas alternativas de saber; não são necessariamente incompatíveis com os métodos de análise utilizados no processo de investigação científica.

Tomamos como objeto de análise um sistema tradicional do Ocidente

**A LÓGICA VISIONÁRIA: ESTRUTURA MATEMÁTICA SUBJACENTES A SISTEMAS GNOSIOLÓGICOS DA SABEDORIA TRADICIONAL**

A Tradição esotérica judaica da Cabala possui um visio de mundo ao mesmo tempo mística e metafisizante. Recorrendo a um processo analógico como metodologia, desenvolve até as últimas consequências o princípio – comum também às religiões orientais – de que a multiplicidade aparente do Universo é apenas uma manifestação da analogia estabelecida entre o "eterno de circulação" da imagem-espelho do princípio-essência, e deste novamente à forma.

**Eládio de Almeida Barbosa**

Segundo a Cabala, a Unidade criadora e subjacente manifesta-se em três planos de existência, os chamados "três mundos". Esses três planos são presentes em tudo: no Universo, no Humano e na Divindade, bem como em cada componente da realidade objetiva ou cada ocorrência do mundo das formas e dos fenômenos. A Trindade está, portanto, contida no Princípio-Cosmico Primordial e manifesta-se não só na Criação mas também no próprio Criador, fazendo-se presente tanto no Macrocosmo como no Microcosmo.

Analisamos brevemente a constituição e a manifestação desses três planos de existência e de ação, que se articulam numa escala hierárquica: a) um mundo inferior; b) um mundo médio; c) um mundo superior.

Cada um desses mundos relaciona-se, em cada criatura, com os outros

A LÓGICA VISIONÁRIA: ESTRUTURA  
MATEMÁTICA SUBJACENTES A SISTEMAS  
GNOSIOLÓGICOS DA SABEDORIA  
TRADICIONAL

Eládio de Almeida Barbosa

## ABSTRACTS

*The aim of this work is to display the presence of an underlying mathematical basis of the Real apparently non-organized according to formal logic patterns. The analyzing subject are two traditional systems, one from the West and the other from the East: the jewish Qabalah and the I Ching, the chinese Book of mutations.*

## APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é apontar para a presença de um embasamento matemático subjacente a alguns sistemas gnosiológicos da sabedoria tradicional, que veiculam uma representação do real aparentemente não estruturada segundo os padrões da lógica formal. O fato de que essas representações não privilegiem o intelecto como forma única ou prioritária de acesso ao conhecimento, não significa que sejam irracionais: enquanto formas alternativas de saber não são necessariamente incompatíveis com os métodos de análise utilizados no processo de investigação científica.

Tomamos como objeto de análise um sistema tradicional do Ocidente e outro do Oriente: a Cabala judaica e o I Ching, o livro chinês das Mutações.

Não é nossa pretensão explorar em profundidade os indícios de estruturação matemática levantados, mas apenas expor a sua existência, ao mesmo tempo em que sugerimos o instrumental teórico adequado à sua abordagem.

### I

A Tradição esotérica judaica da Cabala postula uma visão de mundo ao mesmo tempo mística e intelectualizante. Recorrendo a um processo analógico como metodologia, desenvolve até as últimas conseqüências o princípio — comum também às religiões e filosofias orientais — de que à multiplicidade aparente do Universo subjaz uma Unidade Primordial. A analogia estabeleceria o “canal de circulação” da imagem/aparência ao princípio/essência, e deste novamente à forma.

Segundo a Cabala, a Unidade criadora e subjacente manifesta-se em três planos de existência, os chamados “três mundos”. Esses três planos estão presentes em tudo: no Universo, no Homem e na Divindade, bem como em cada componente da realidade objetiva ou cada ocorrência do mundo das formas e dos fenômenos. A Trindade está, portanto, contida no Princípio Cósmico Primordial e manifesta-se não só na Criação mas no próprio Criador, fazendo-se presente tanto no Macrocosmo como no Microcosmo.

Analisemos brevemente a constituição e a manifestação desses três planos de existência e de ação, que se articulam numa escala hierárquica: a) um mundo inferior; b) um mundo médio; c) um mundo superior.

Cada um desses mundos relaciona-se, em cada criatura, com os outros dois e são designados pelos mais diversos nomes, conforme o objeto —

isto é, a criatura, processo, situação ou ocorrência — considerado; por exemplo, no ser humano, o “mundo inferior” é Nephesh, o plano físico, a corporeidade; a parte mediana é Rouach, a alma, relacionada ao plano astral/moral; o plano superior é Neshamah, o espírito, relacionado ao mundo divino. Desta forma, os componentes do homem além de interrelacionarem-se continuamente, também se relacionam com os correspondentes componentes do Universo, do Todo.

Esse denso sistema de interrelações talvez possa ser melhor compreendido com o auxílio de um gráfico:

<b>MUNDO SUPERIOR</b>	— Localização do Superior
	— Reflexo do Médio
	— Reflexo do Inferior
<b>MUNDO MÉDIO</b>	— Reflexo do Superior
	— Localização do Médio
	— Reflexo do Inferior
<b>MUNDO INFERIOR</b>	— Reflexo do Superior
	— Reflexo do Médio
	— Localização do Inferior

Ou, em outra disposição:

<b>SUPERIOR</b> Localização	Reflexo do Superior	Reflexo do Superior
Reflexo do Médio	<b>MÉDIO</b> Localização	Reflexo do Médio
Reflexo do Inferior	Reflexo do Inferior	<b>INFERIOR</b> Localização

Tem-se, assim, uma espécie de representação especular/especulativa da realidade: cada mundo traz dentro de si um reflexo ou uma “imagem” dos outros dois mundos, além de estar ele próprio contido como reflexo/imagem naqueles. Seria como dispor simetricamente três espelhos voltados uns para os outros, de forma a se produzir um jogo interminável de imagens e reflexos, e de reflexos de imagens e reflexos de reflexos, etc. (esta concepção algo alucinatória do universo não deixa de apresentar analogias com o conceito hinduísta de Maya).

Uma tal visão de mundo (ou de mundos?) será sempre precariamente alcançada pelas palavras. Há nela algo de vertiginoso que ultrapassa a formulação de conceitos discriminativos ou a aposição de rótulos. No entanto, não se deve esquecer que tal concepção da realidade, por mais delirante que possa parecer à primeira vista, pressupõe uma regra geral de estruturação solidamente respaldada no intelecto. Em outras palavras, é possível, a partir do sistema de idéias apresentado, determinar a forma geral das leis que o regem. Essa estrutura terá de ser de caráter unitário e globalizante, isto é, toda e qualquer lei ou princípio da Cabala estará necessariamente nela contido, em coerência com a idéia-chave de que o Uno engloba a multiplicidade aparente do Universo.

Propomos uma representação matemática para tal cosmologia, por considerar que, pelo seu nível de abstração, esta é a forma mais eficaz de explicitar o racionalismo subjacente à Cabala.

Chamemos de Y uma lei qualquer da Cabala: esta lei é necessariamente composta de três termos ( $X_1$ ,  $X_2$  e  $X_3$ ), cada um deles referente a um dos três mundos:

$$Y = F(X_1, X_2, X_3) \quad (1)$$

Por sua vez, cada um destes três termos é composto por três elementos:

a) o elemento “de localização”, ou seja, referente ao “mundo” expresso pelo próprio termo; vamos chamá-lo desta forma:  $X_{11}$  (para o mundo inferior),  $X_{22}$  (mundo médio) e  $X_{33}$  (mundo superior);

b) os outros dois elementos “de reflexo”, correspondentes aos reflexos dos outros dois “mundos” no “mundo” considerado: vamos designá-los assim:  $X_{12}$  (reflexo de  $X_2$  em  $X_1$ ),  $X_{13}$  (reflexo de  $X_3$  em  $X_1$ ), etc.

Assim:

$$X_1 = f_1(X_{11}, X_{12}, X_{13})$$

$$X_2 = f_2(X_{21}, X_{22}, X_{23})$$

$$X_3 = f_3(X_{31}, X_{32}, X_{33})$$

Substituindo estes valores na equação (1), temos:

$$Y = F(X_{11}, X_{12}, X_{13}; X_{21}, X_{22}, X_{23}; X_{31}, X_{32}, X_{33}).$$

Como cada mundo relaciona-se com os outros dois, temos também:

$$\begin{aligned} X_1 &= f_1(X_2, X_3) = f_1(X_{21}, X_{22}, X_{23}; X_{31}, X_{32}, X_{33}). \\ X_2 &= f_2(X_1, X_3) = f_2(X_{11}, X_{12}, X_{13}; X_{31}, X_{32}, X_{33}). \\ X_3 &= f_3(X_1, X_2) = f_3(X_{11}, X_{12}, X_{13}; X_{21}, X_{22}, X_{23}). \end{aligned}$$

Este conjunto de equações pode ser disposto sob forma de Determinantes, sendo portanto passível de receber tratamento matemático pela Teoria das Matrizes.

## II

A origem do I Ching, o Livro chinês das Mutações, remonta a uma antiguidade mítica; em todo caso, o texto data de um período muito anterior ao aparecimento dos grandes sistemas filosóficos chineses, o Taoísmo e o Confucionismo, constituindo a base e o protótipo do pensamento metafísico da China.

Seus adendos posteriores, os Comentários, são decididamente confucionista, e embora o I Ching, na sua origem, seja, em essência, um livro de sabedoria, sua utilização como oráculo foi bastante enfatizada pelas religiões populares, principalmente as de substrato taoísta.

A visão de mundo subjacente ao I Ching é a de mudança, transformação. O mundo dos fenômenos é, sob essa ótica, um mundo em incessante movimento; tudo que existe está em permanente mutação. Aliás, esta afirmação já falseia um pouco a idéia básica, pois postularia a precedência dos seres e dos objetos sobre a mudança; é como se disséssemos: "Primeiramente, as coisas existem, e depois elas se transformam". Ora, o que existe é I, a Transformação: as coisas surgem e desaparecem, são criadas e aniquiladas no interior do processo de mudança.

Nesse contexto, o I Ching apresenta-se como um instrumento de aferição da tendência geral dos eventos: enquanto oráculo, permite o acesso ao futuro, não por meios mágicos, mas por fornecer os elementos de acompanhamento dos ciclos de evolução da realidade, relacionando-se com a situação particular do consulente.

Assim se expressa o *Ta Chuan*, o Grande Comentário, um dos textos complementares do I Ching:

O Livro das Mutações contém a medida do céu e da terra; por isso ele possibilita a compreensão do Tao do céu e da terra. Olhando para o alto, contemplamos, com sua ajuda, os sinais no céu e os compreendemos: voltando o olhar para baixo, examinamos as linhas da terra e reconhecemos as circunstâncias do obscuro e do luminoso. Retrocedendo aos primórdios e acompanhando o curso das coisas até o fim, aprendemos os ensinamentos do nascimento e da morte (...) Ao tornar-se semelhante ao céu e à terra, o homem não entra em conflito com eles. Sua sabedoria abrange todas as coisas e seu Tao

traz ordem ao mundo inteiro. Por isso ele não comete erros (...) No Livro se encontram as formas e os domínios de todas as configurações no céu e na terra, de modo que nada lhe escapa (...) Por isso, por seu intermédio podemos penetrar o Tao do dia e da noite, de modo a compreendê-lo. O espírito, portanto, não está vinculado a nenhum lugar em específico, nem o Livro das Mutações a qualquer forma em particular. (Cap. IV, 1 - 4).

Como o Tao serve para investigar as leis do número e, deste modo, conhecer o futuro, chama-se a revelação. Como serve para infundir uma coesão orgânica às mutações, chama-se operar (C. V. 8).

A base do real, o Tao é vista, pois, como um processo criativo cíclico em que se alternam movimento e repouso, e que se manifesta dialeticamente através de dois “polos”, duas “forças” ou “energias” opostas, porém complementares, que no I Ching são chamadas o Criativo e o Receptivo, e que, posteriormente, ficaram conhecidas como Yin e Yang.

O Livro das Mutações é, em seu núcleo significante, um livro sem palavras, composto por um conjunto de sessenta e quatro símbolos ideográficos estruturados a partir das duas polaridades básicas.

Nas palavras do *Shuo Kua*, outro texto complementar do I Ching:

Os santos sábios da antiguidade compuseram o Livro das Mutações da seguinte maneira: tinham como meta seguir a ordem da lei interna e do destino. Constataram, então, o Tao do céu e o chamaram de o obscuro e o luminoso. Constataram o Tao da terra e o chamaram de o maleável e o rígido. Constataram o Tao dos homens e o chamaram: o amor e a justiça. Combinaram esses três poderes fundamentais e os duplicaram. Por isso, no Livro das Mutações cada signo é formado por seis linhas. As posições das linhas são divididas em obscuras e luminosas. O maleável e o rígido alternaram-se como ocupantes dessas posições. Por isso o Livro das Mutações tem seis posições que formam figuras lineares (Cap. I, 2).

Se a polaridade e o jogo dos pares de opostos estão no próprio cerne do real, torna-se possível uma representação do mundo baseada em dois elementos ou fatores. O I Ching representa-os como —, o Criativo, ativo, luminoso, masculino, etc., e o — —, o Receptivo, passivo, feminino, sombrio, etc.

Todos os processos e eventos do mundo dos fenômenos são passíveis de representação por estes elementos, repetidos e/ou combinados, os quais, em sua complementaridade, são, em última instância, aspectos do Uno, o Tao. Por exemplo, se quisermos representar um determinado processo que envolva três situações, teremos de combinar os dois elementos de modo a produzir um sistema de três símbolos. Assim, se precisarmos representar a temperatura de um objeto, usaremos = para representar o estado “quente”. = = para o estado “frio” e = — ou — = para a situação intermediária, o estado “morno”.

Usamos, assim, três símbolos binários (isto é, composto por dois elemen-

tos) para representar a totalidade desse aspecto do real. Esta representação, contudo, ainda ressent-se de uma certa falta de precisão. Como representar, por exemplo, o estado “morno, tendendo para o quente”? O problema só será resolvido com a inclusão de mais um elemento. Teremos, então, um conjunto de símbolos ternários compostos pelos dois elementos básicos. Qual será então o número de símbolos disponíveis?

A Análise Combinatória fornece a regra geral de cálculo para a questão: o número total  $P$  de permutações de  $n$  elementos ( $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$ ) tomados  $r$  a  $r$ , com possibilidade de repetições, será dado pela fórmula:

$$P = n^r$$

Aplicando-se a fórmula ao caso em questão, teremos:

$$P = 2^3 = 8$$

Teremos, assim, um conjunto de oito símbolos, os oito Kua, “imagens” ou trigramas do I Ching, que representam os diversos estados de um evento ou processo, ou, em outras palavras, as diversas tendências e situações do movimento do real.

Considerando-se que essa visão de mundo é intrinsecamente dinâmica, a representação do real em todas as suas possibilidades só se torna completa quando considera-se também as interações entre as diversas situações e tendências: seus “cruzamentos”, seu desenvolvimento e evolução, suas articulações e conexões. É preciso, portanto, que se processe a combinação entre cada um dos trigramas e todos os demais, para se obter um sistema exaustivo de representação da totalidade do real em seus múltiplos aspectos.

Aplicando-se outra vez a fórmula geral, teremos:

$$P = 2^6 = 64$$

o que nos fornece um total de 64 símbolos, composto cada um pela combinação de dois trigramas: os 64 Hexagramas do Livro das Mutações.

Desta forma, o I Ching revela-se estruturado sob uma base matemática binária passível de abordagem pela Álgebra Binária (a chamada Álgebra de Boole) e pela Análise Combinatória, o que implica na possibilidade de um estudo da composição e frequência de ocorrência dos seus Hexagramas através da análise estatística e da Teoria das Probabilidades.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 BLOFELD, John. *I Ching: o Livro das Transmutações*. Rio. Record. 8<sup>a</sup> ed.
- 2 COOPER, J. C. *La Philosophie du Tao*. Paris. Dangles. 1977.

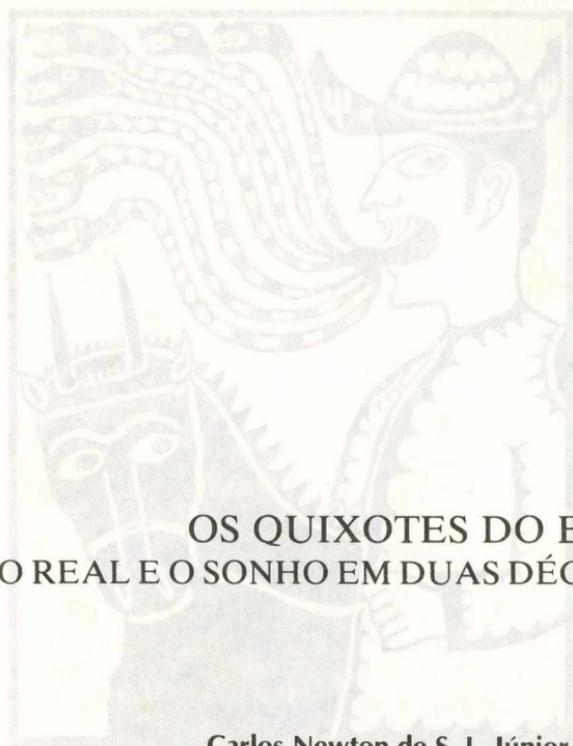
- <sup>3</sup> ELIADE, Mircea. **História das Crenças e das Idéias Religiosas**. Rio, Zahar, 1983, 2 e.
- <sup>4</sup> ENCAUSSE, Gérard. **A Cabala: Tradição Secreta do Ocidente**, S. Paulo, Sociedade das Ciências Antigas, 1983.
- <sup>5</sup> FORTUNE, Dion, **A Cabala Mística**. S. Paulo, Pensamento, 1984.
- <sup>6</sup> GRENIER, Jean. **L'Esprit du Tao**. Paris, Flammarion, 1973.
- <sup>7</sup> MASPERO, Henri. **Le Taoísmo et les Religions Chinoises**, Paris, Gallimard, 1971.
- <sup>8</sup> PONCÉ, Charles. **The Nature of the I Ching**, N. York, Award, 1970.
- <sup>9</sup> SCHOLEM, Gershom G., **A Cabala e seu Simbolismo**, S. Paulo, Perspectiva, 1978.
- <sup>10</sup> WILHELM, Richard. **I Ching: o Livro das Mutações**. S. Paulo, Pensamento, s/d.

OS QUIXOTES DO BRASIL  
O REAL É O SONHO EM DUAS DÉCADAS ARMORIAIS

Carlos Newton de S. L. Júnior

É professor do Departamento de Arquitetura da UFRN.





## OS QUIXOTES DO BRASIL O REAL E O SONHO EM DUAS DÉCADAS ARMORIAIS

Carlos Newton de S. L. Júnior

É professor do Departamento de Arquitetura da UFRN.

Para Ariano, pelo Armorial e pela Academia, e a nova geração de artistas armoriais, nas pessoas de Romero de Andrade Lima e Manuel Dantas Villar Suassuna.

"O MYTHO é o nada que é tudo"

*Fernando Pestua*

"A Arte Armorial-Popular Brasileira está na rua, à disposição dos inimigos para os ataques e dos amigos para os incentivos e os elogios"

*Ariano Suassuna*

num povo, conspira para quebrar a unidade e continuidade espirituais desse povo, tende a destruí-lo e a destruir-se como parte desse povo"

1990 foi ano de grande importância para os artistas armoriais e todos aqueles verdadeiramente comprometidos com a Cultura Brasileira (que, deixemos claro logo de início, *crise*, caracterizando-se por um elemento que lhe é peculiar, não encontrado em nenhuma outra — a presença, ora mais marcante, ora menos, em suas manifestações, de reflexos de uma *unidade castanha*, argamassa que une as ásperas Pedras do nosso Castelo ou Espírito castanho que nos une enquanto *Onça Malhada*): é que em outubro daquele ano, mais precisamente no dia 18, completaram-se onze anos de *Movimento Armorial*.

Engendrado pelas idéias e esforços pessoais do escritor e artista plástico Ariano Suassuna, há mais de duas décadas, o Armorial empreende uma cruzada solitária e heróica contra a deturpação e morte da nossa cultura, o *gêrnio*, essência ou elemento que a caracteriza enquanto Cultura singular — a aproximação aquela Idéia arquetípica da *unidade castanha* — sempre de passagem, já é hoje de difícil percepção, pelo simples fato de

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5, n. 1, p. 115-122, jan./jun. 1992.

OS QUIXOTES DO BRASIL  
O REAL E O SONHO EM DUAS DÉCADAS ARMORIAIS

Carlos Newton de S. L. Júnior  
É professor do Departamento de Arquitetura da UFRN.



Para Ariano, pelo Armorial e pela Academia, e a nova geração de artistas armoriais, nas pessoas de Romero de Andrade Lima e Manuel Dantas Villar Suassuna.

“O MYTHO é o nada que é tudo”  
*Fernando Pessoa.*

“A Arte Armorial-Popular Brasileira está na rua, à disposição dos inimigos para os ataques e dos amigos para os incentivos e os elogios”  
*Ariano Suassuna.*  
18.X.1970.

“Todo o indivíduo que, num povo, conspira para quebrar a unidade e continuidade espirituais desse povo, tende a destruí-lo e a destruir-se como parte desse povo”  
*Miguel de Unamuno.*

1990 foi ano de grande importância para os artistas armoriais e todos aqueles verdadeiramente comprometidos com a Cultura brasileira (que, deixemos claro logo de início, *existe*, caracterizando-se por um elemento que lhe é peculiar, não encontrado em nenhuma outra — a presença, ora mais marcante, ora menos, em suas manifestações, de reflexos de uma *unidade castanha*, argamassa que une as ásperas Pedras do nosso Castelo ou Espírito castanho que nos une enquanto *Onça Malhada*): é que em outubro daquele ano, mais precisamente no dia 18, completaram-se vinte anos de *Movimento Armorial*.

Engendrado pelas idéias e esforços pessoais do escritor e artista plástico Ariano Suassuna, há mais de duas décadas, o Armorial empreende uma cruzada solitária e heróica contra a deturpação e morte da nossa cultura, cujo cerne, essência ou elemento que a caracteriza enquanto Cultura singular — a aproximação àquela Idéia arquetípica da *unidade castanha* —, diga-se de passagem, já é hoje de difícil percepção, pelo simples fato de estarmos, cada vez mais, enredados nas teias do *colonialismo cultural*,

tão finas e quase que imperceptíveis, mas, por outro lado, tão poderosas quanto os grilhões com os quais foi Prometeu acorrentado nos rochedos da Cítia.

Nosso Castelo está sitiado. Sustentam-se, a grande custo, suas pesadas muralhas, construção áspera, rude e bela, erigida durante séculos de Luta, untada e unvida com o sangue do nosso *Povo*. Suas altas torres de Pedra — fulgurantes devido às incrustações de malacacheta —, que, no Plano original, apontavam para o alto, para o Divino e para o Sol, hoje encontram-se oblíquas, desvanecem nas bases. O cerco é completo. Das entranhas do nosso *chão*, do *subterrâneo* desta Terra poderosa e fértil, desta *Fera* sangradora, que incertamente habitamos, deste húmus que parece debuxar, em sulcos profundos, nosso Destino de assinalados, sente-se desprender aquele sopro ardente descrito por Quaderna, que, aos poucos, teimosamente, traz à superfície ecos de um brado de revolta contido e ardidamente abafado pelos entreguistas do nosso *Sonho*. E, como se não bastasse, esses, os adoradores do Bezerro de Ouro, detêm o controle da ponte, já parcialmente aberta, anunciando a invasão iminente.

*Caetana*, de cima de um lajedo próximo, sob a metamorfose de Onça alada, tal como apareceu na visagem fatídica, astrosa e agoureira de Nazário — com Vermera as pescoço e as três Aves de rapina fundidas em seus costados (*Caintura*, *Malermato* e *Sombrifogo*) —, espregueada, silenciosa. É que ela possui a paciência dos cômicos, e, naquele estado aparentemente dócil e letárgico, pressente sangue e ruína. Certamente que do Cisne, prestes a entoar o seu Canto a um só tempo belo e terrível — sim, porque se por um lado nos desvela o *Enigma* e nos liberta das sombras, por outro não nos deixa retornar para usufruirmos do domínio da Luz e do seu pleno conhecimento.



Tachado de “conservador” ou de “direita” de forma apriorística, quando não completamente “esquecido” nos livros e artigos que versam sobre Cultura popular e erudita no Nordeste ou em todo o Brasil, o Movimento Armorial é vítima, ainda hoje, menos da incompreensão dos críticos do que de uma deturpação proposital das idéias por ele defendidas.

Não foi outro, senão o Movimento Armorial, quem pressentiu por inteiro a importância de retrocedermos à terceira camada profilosófica brasileira, à profilosofia do que se denomina “período arcaico” do Brasil<sup>(1)</sup> — aquela camada mais profunda e, por isso mesmo, a mais dificilmente perceptível —, para então reencontrarmos a originalidade das danças e espetáculos populares, Mitos, sons, cantos, crenças e gravuras, alicerces poderosos de nossas muralhas e elementos de partida da Arte armorial, que se encontram fundidos no *Romanceiro Popular Nordestino*.

Quixotes encourados, gitanos errantes, cavalgam ao lado de Sancho, ao som da *Toada e Desafio*, investindo, galhardamente, numa refrega homérica, contra os moinhos de vento do colonialismo cultural, em busca da mesma *unidade castanha*, na ânsia de evitar que o nosso Castelo sucumba tragicamente, como as Tróias de Heitor e Conselheiro.

\* \* \*

Talvez o maior “problema” que se apresenta ao Pensamento ocidental contemporâneo, mesmo àquela sua parcela direta ou indiretamente herdeira do aristotelismo, seja a indelével *marca* platônica que tão profundamente se encontra arraigada em nossa formação. Isto tudo porque, se Aristóteles foi maior pensador, Platão foi melhor Poeta, e, como dizia Leonardo Da Vinci, “uma bela coisa humana passa, não uma bela coisa de arte”. Pois bem: é por isso, talvez, que insistimos, em nosso Sonho de um Brasil melhor e mais justo, nessa *unidade castanha* anteriormente mencionada, Arquétipo de uma unidade cultural à qual nossas manifestações artísticas eruditas devem se espelhar, na tentativa de, junto com a Arte popular, promover a integração nacional indispensável para voltar-nos contra o temeroso processo do colonialismo cultural, ao qual estamos submetidos, que nos oprime, nos degrada enquanto Nação e encobre a instância primeira da situação colonial, a econômica.

Não admira que todas as nossas manifestações artísticas populares e armoriais sejam forjadas com tanta *garra* e *paixão*, untadas de entusiasmo coribântico, realçando nosso espírito dionisíaco de embriaguez e de “festa” e confirmando, uma vez mais, que a característica maior da nossa Cultura é mesmo, esse *ethos* orgiático e selvagem que compõe a unidade cultural *castanha* do nosso Povo. Ou seja: somos razão, mas razão enriquecida com o subterrâneo, o obscuro e o enigma do espírito, numa síntese nova e *castanha*, numa unidade de contrários que transforma a cinzentice e o feio em cor e beleza, enaltecendo o *ser*, apesar do *trânsito* e da ruína, bem como o Cômico e a festa, a despeito da *dimensão trágica* que todos nós, mortais efêmeros, imperfeitos, relativamente belos e irrevogavelmente condenados, possuímos.

Não seria errado afirmar, de forma bastante sucinta, que toda a Teoria armorial se fundamenta nos conceitos do *nacional* e do *popular*, sendo o *nacional* só entendido enquanto o popular ou o erudito que neste se baseia, perscrutando as raízes do popular e identificando-se espiritualmente com ele. O *popular* é vinculado, nessa mesma Teoria, ao que Ariano denominou de “quarto estado”,<sup>(2)</sup> ou seja, àquela parcela majoritária do nosso Povo constituída pela grande maioria de analfabetos, semi-alfabetizados e despossuídos desse País — aquela maioria privada, pelo capitalismo selvagem, ao qual estamos submetidos, de levar uma vida mais digna e condizente, do ponto de vista material, com a dignidade sem limites do seu espírito. O *erudito*, por sua vez, vincula-se à outra parcela constituinte do nosso Povo, uma parcela minoritária, composta por elementos, cuja *formação* é distinta dos da primeira, diferença essa engendrada, em parte, por motivos de natureza econômica.

A questão da Arte popular e da Arte erudita é típica de culturas constituídas por povos que dominam outros. A Arte popular, no caso do Brasil, identifica-se com aqueles elementos do nosso Povo “( ... ) mantidos, de qualquer forma, desde o século XVI, à margem da Cultura oficial. São os descendentes mais escuros de ibéricos pobres, negros e índios”<sup>(3)</sup>, enquanto a Arte erudita é realizada pelos descendentes da outra parcela que o constitui, os ibéricos portadores da então Cultura oficial.

Por encontrar-se, durante todo o nosso processo histórico, sempre à margem da Cultura e Arte oficiais, a Arte popular brasileira ainda sobrevive, a duras penas, com elementos predominantemente autênticos, avessos às influências cosmopolitas do colonialismo cultural. Assim é que ela mantém, até hoje, a marca mais característica do nosso devir cultural, elementos ainda preservados pela tradição dos nossos artistas populares e contra os quais se voltam todas as imposições e modelos uniformizantes, que procuram solapar os resquícios ainda não submetidos da nossa Cultura — a *massificação cultural* e a confusão proposital que tentam fazer entre Cultura popular e cultura de massa (o que, no dizer de Sergio Paulo Rouanet, “( ... ) é o modo mais competente de liquidar a cultura popular”<sup>(4)</sup>). Ligando sua criação ao trabalho dos artistas verdadeiramente populares, o Movimento Armorial pretende não só defender essas características autenticamente brasileiras, mas também fazer uma Arte erudita tão nacional quanto nossa Arte popular.

A grande confusão que se faz quando se trabalha com essas noções, entretanto, está vinculada à identificação equivocada — e teimosamente endossada por muitos — entre Arte erudita e “Arte superior”, de “melhor qualidade”, por um lado, e Arte popular e “Arte inferior”, por outro (quando não se utiliza, neste último caso, o adjetivo “primitivo” com sentido nitidamente pejorativo). Ora, sempre afirmamos — nós que fazemos, compreendemos ou simplesmente defendemos o Movimento Armorial — ser a Arte (o fazer artístico) para uma *elite*. Mas quando assim procedemos estamos pensando, concomitantemente, em uma *elite* popular e uma *erudita*,

e não elite entendida — e aqui pedimos especial atenção aos marxistas dogmáticos ou vulgares — no sentido econômico do termo. Elite porque a Arte não é nem um pouco democrática; o fazer artístico é característica que só algumas pessoas possuem, daí porque Watson, criador da Escola Behaviorista (em Psicologia), cometeu sério engano ao ressaltar demasiadamente o papel do meio ambiente na formação do indivíduo, afirmando: “Dai-me uma dúzia de crianças sadias, bem formadas, e um mundo de acordo com minhas especificações em que criá-las e garanto que, tomando uma ao acaso, posso treiná-la para que se torne qualquer tipo de especialista que se escolha — médico, advogado, artista, comerciante-chefe e, sim, até mendigo e ladrão — independente de suas inclinações, tendências, talento, habilidades, vocações e da raça de seus ancestrais.” (5)

Ora, isso equivaleria a dizer que, caso criássemos crianças nas mesmas condições de um Goya ou de Picasso, a nível econômico, afetivo, educacional, etc., teríamos outros tantos Goyas e Picassos, o que se constituiria em grande absurdo. Note-se que não é uma questão de sistema econômico ou condições materiais. Claro está, e isso é inegável, que o sistema econômico ao qual estamos submetidos alija a muitos que poderiam vir a ser grandes artistas e que não tiveram a oportunidade de desenvolver seus talentos. Como diz o esteta português João José Cochofel, ( ... ) sem dúvida qualquer contacto aturado com a arte é susceptível de acordar ou favorecer ignoradas ou latentes tendências artísticas” (6). Porém, e também aqui não há como negar, nem mesmo o mais íntimo contato com a Arte e com os grandes artistas, durante toda a vida, poderá despertar tendências artísticas em quem não as possui. Não queremos, com isso, fazer uma apologia do artista, análoga à que Platão faz do filósofo n’ “A República”. Tampouco pretendemos que o artista deva ser o sumo sacerdote de uma sociedade secularizada, como queria Schiller. Por ser a Arte privilégio de alguns, não estamos afirmando que esses poucos são superiores às outras pessoas — exceto em um aspecto: o de fazer Arte.

Pensamos, assim, em uma elite *popular*, representada por J. Borges, Amaro Francisco, Rafael de Oliveira, Leandro Gomes de Barros, “os três irmãos cantadores” — Otacílio, Dimas e Lourival Batista —, dentre outros. Mas pensamos, também, em uma elite *erudita*, aquela que é *especial*, da qual fazem parte os artistas armoriais e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se preocupam com a verdadeira essência da Cultura brasileira. A Arte popular, desta forma, não é inferior ou superior à erudita; são categorias *diferentes*, cada qual com seu valor próprio. Não é uma questão, também, deste ou daquele artista *querer* ser popular ou erudito; é, como foi colocado, uma questão de *formação*. Um determinado artista que tenha formação erudita, não poderá, mesmo que queira, fazer Arte popular. O que ele pode — e deve — fazer é ligar-se ao popular, em busca de uma *unidade nacional*. Só assim, no nosso entender, estará executando uma *Arte erudita brasileira*, calcada nas raízes populares da nossa Cultura.

Tomemos como exemplo, para concluir, o caso de cinco grandes artistas plásticos brasileiros: dois gravadores populares, J. Borges e Amaro Francisco, um gravador armorial, Gilvan Samico, e dois pintores armoriais da nova geração, Romero de Andrade Lima e Manuel Dantas Vilar Suassuna. Há, entre suas obras, um ponto em comum, que, quando afirmado sem as considerações feitas anteriormente, pode parecer mera redundância: o fato de serem, todas, *brasileiras*. E não se trata, como procuramos deixar claro, de pleonasmos algum, tampouco de simples jogo de palavras.

Quando afirmamos serem brasileiras significa que são, de fato, *nacionais*, isto é, representam com autenticidade, veracidade e garra os anseios pujantes do Povo brasileiro. Há, entre elas, uma *concordância de visão*, que reside no fato de se espelharem na *unidade castanha* que as legitima como expressões singulares e autênticas do nosso Povo. O mesmo espírito nacional está, portanto, presente em todas elas, naqueles traços toscos e fortes, naquelas representações sem perspectiva, simbólicas e enigmáticas, fulgurantes e belas, naquelas exemplares de uma *Arte brasileira, castanhas e universal*.

#### Notas e Referências Bibliográficas:

- (1) Ver MACIEL, Jarbas. "Saudação a Ariano Suassuna". In: RÊGO, George Browne do. *Suassuna e o Movimento Armorial*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Ed. Universitário, 1987. Discursos pronunciados pelo Magnífico Reitor George Browne do Rêgo e o Prof. Jarbas Maciel, por ocasião de homenagem prestada pela Universidade Federal de Pernambuco ao Prof. Ariano Suassuna.
- (2) SUASSUNA, Ariano Vilar. "Arraes — o Nacional e o Popular". In: ROCHA, Aberlardo Baltar da et alii. *Porque Arraes*. Recife, Pirata, 1986, p. 10
- (3) Idem.
- (4) ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p. 20.
- (5) Citado por PISANI, Elaine Maria et alii. *Psicologia geral*. 5ª edição. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Editora Vozes, 1985. p. 20.
- (6) COCHOFEL, João José. *Iniciação Estética*. 3ª edição. Lisboa, Europa-América, s/d. p. 63

## O CORPO E O IMAGINÁRIO: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA DO PRAZER

**Della Cunha**

Djason B. Cunha — simplesmente DELLA CUNHA — é Mestre pela Universidade de LYON II (França), Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e de Direito Penal da UFRN. Advogado e Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do RN.

Tomemos como exemplo, para ilustrar o caso de cinco grandes artistas plásticos brasileiros e dois gravadores populares, J. Borges e Anírio Frassinetti, um gravador armorial, Gilvan Sampaio, e dois pintores armoriais da nova geração, Roderico de Andrade Lima e Manuel Dantas Vilar Suassuna. Há, entre suas obras, um ponto em comum, que, quando afirmado sem as considerações feitas anteriormente, pode parecer mera redundância: o fato de serem, todas, *brasileiras*. E não se trata de não procurarmos deixar claro, de piecunismo algum, tampouco de simplismo de tipo de palavras.

Quando afirmamos serem brasileiras significa que são, de fato, nacionais, isto é, representam com autenticidade, veracidade e parte os anseios palpáveis do Povo brasileiro. Há, entre elas, uma *concordância de vontades*, que reside no fato de se espelharem na *unidade camarga* que as legitima como expressões singulares e autênticas do nosso Povo. O mesmo espírito nacionalista, portanto, presente em todas elas, naqueles traços toscos e fortes, naquelas representações sem perspectiva, simbólicas e emigratórias, fulgurantes e belas, naquelas cores e linhas, que são a expressão de uma *concordância de vontades*, que são a expressão de uma *concordância de vontades*.

## O CORPO E O IMAGINÁRIO: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA DO PRAZER

### Notas e Referências Bibliográficas.

- (1) Ver MACIEL, Jurbas. "Suação e Arango Suassuna". In REGO, George Brown de. *Suassuna e o Movimento Armorial*. Recife: Universidade de Pernambuco, 1977. Discursos proferidos em sessão comemorativa da criação do Movimento Armorial, realizada na Universidade Federal de Pernambuco, 1977.
- (2) SUASSUNA, Anírio Vilar. "O Povo e o Popular". In ROCHA, Aberlardo Baltar da et alii. *Parque Arcaet*. Recife, Pirata, 1986, p. 10.
- (3) Idem.
- (4) ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 20.
- (5) Citado por PISANI, Elaine Maria et alii. *Psicologia geral*. 5ª edição. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre: Uditora Vozes, 1985, p. 20.
- (6) COCHOEIL, José Inês. *Inclinação Cultural*. 3ª edição. Livraria Europa, 1982. p. 63.

## INTRODUÇÃO

O processo de humanização, com sua relação integrante entre natureza e cultura, plasmou de modo singular as distinções fundamentais entre os sexos. Se, por um lado, a determinação fisiológica, com suas implicações biopsíquicas, traçou um perfil próprio de diferenciação entre o macho e a fêmea humanos, a plasticidade cultural, por sua vez, interagindo com aquela, participou ativamente na construção daquilo que a sociedade aprendeu a definir como sendo maneiras próprias de ser o masculino e o feminino.

Minha posição, entretanto, não é a de adotar uma visão determinista na explicação das diferenças entre os sexos, onde os fatores biológicos passariam a exercer posição declaradamente unilateral, como forma de justificar socialmente a desigualdade sexual. Meu interesse é, sobretudo, o de **compreender de que maneira as diferenças biológicas influem sobre a frequência e a intensidade com que homens e mulheres produzem tipos de comportamentos específicos e de como essas variações, interagindo com práticas culturais, contribuem para estabelecer diferenças de comportamento sexual entre os sexos e, principalmente, no modo com que cada um deles experimenta o próprio corpo.**

Os antropólogos têm reconhecido que há certas implicações no investimento desigual de energia por parte dos homens e das mulheres na reprodução, na defesa e na subsistência do grupo e que este investimento energético, responsável pela produção de determinadas atividades, tem afetado necessariamente o convívio social.

De certo modo, tal fato tem definido o status do homem e da mulher, fazendo reconhecer naquele um grau de desigualdade, onde predomina a universalidade da superioridade do status masculino. Por sua vez, esta restrição imposta às mulheres, principalmente a da atividade da reprodução, permite aos homens investir mais de sua energia em outras tarefas e de, relativamente, se situarem melhor no controle do poder, da autoridade e dos recursos de subsistência. (A posição de Sanday se orienta neste sentido).

O fato, porém, é que ninguém mais hoje poderá aceitar como verdade incontestada o paradigma biológico que faz dos ditames da natureza os reais produtores dos arquétipos sexuados que a história e a antropologia nos demonstram tão variados no tempo e no espaço.

## SOCIALIZAÇÃO X DIFERENÇAS INATAS

O debate social e psicológico sobre as diferenças entre os sexos e a posição das mulheres na sociedade está quase sempre ligado às diferenças de tarefas exercidas pelos dois sexos e se alinha entre dois pólos: o do processo de socialização e o das diferenças biológicas intrínsecas.

Os defensores do processo de socialização asseguram que o organismo humano é psicosexualmente neutro ao nascer e, por ser uma entidade de extrema plasticidade, se modela em resposta às condições do meio ambiente. (Ver, por exemplo, Maccoby, 1966; Mischel, 1966; 1970). A

idéia subjacente é a de que, apesar de alguns limites biológicos à plasticidade, o conteúdo da experiência e da socialização pode modelar o organismo, não importa em que direção. Nega-se que existem traços absolutamente masculinos ou femininos e se pensa que homens e mulheres podem ser semelhantemente socializados em seres agressivos, dependentes ou passivos.

No pólo contrário, situam-se aqueles que acreditam ser o recém-nascido uma entidade sexual inerente, seja macho ou fêmea, cujos traços comportamentais específicos seriam, no conjunto, mais semelhantes aos do seu próprio sexo que aos do sexo oposto. Neste caso, predomina a idéia de que homens e mulheres diferem consideravelmente em seus atributos físicos e psicológicos.

Há o reconhecimento, porém, da importância da aprendizagem e da experiência ontogenética, entretanto, com certa reserva, visto que o que é aprendido é muito mais o conteúdo específico da identidade psicosexual do que uma disposição genérica do organismo. (Ver, por exemplo, Diamond, 1965. Bardwick, 1971; Hutt, 1972; e, igualmente, Draper, 1975).

No cômputo geral, estas duas posições não são incompatíveis e não deveriam ser colocadas em oposição. O vasto inventário dos dados sobre os efeitos da aprendizagem social e da biologia na produção de diferenças entre os sexos deveria considerar a profunda e complexa interação dos fatores biológicos e sociológicos, ainda não totalmente claros, daí a discussão frequentemente atingindo a uma dicotomização arbitrária.

Mas há aqueles que alinham suas teses nessa direção e compatibilizam os fatores biológicos com os sociológicos na explicação do comportamento social entre os sexos. É o caso, por exemplo, da posição assumida por **Gray e Buffery** que, ao examinarem a adaptabilidade das diferenças neurológicas entre os sexos e suas correlações afetivas e cognitivas, para uma variedade de mamíferos, com inclusão do *Homo Sapiens*, aventaram a hipótese de que: "a explicação mais provável das diferenças comportamentais entre os sexos se encontra, certamente, nos papéis específicos que representam os machos e as fêmeas na organização social mamífera". (Apud Larsen, 1978), Gray e Buffery resumem desse modo as suas conclusões:

1 — A diferença de agressividade entre os sexos provém do papel desempenhado pelo macho no estabelecimento das hierarquias de dominação... Este papel permanece imutável, no essencial, no decorrer da evolução dos mamíferos.

2 — As diferenças de medo entre os sexos provém do papel desempenhado pela fêmea no estabelecimento das hierarquias de dominação. Este papel evoluiu de modo diferente entre os primatas e os não-primatas.

3 — A diferença de aptidão espacial entre os sexos está, em parte, ligada ao papel do macho nas interações de dominação e, em parte (ao nível dos primatas), ao seu papel na proteção do grupo contra outros grupos da mesma espécie ou contra predadores.

4 — A diferença de aptidão lingüística entre os sexos tem origem

na dupla mãe-filho; sendo indispensável que o filho encontre um contexto lingüístico adequado junto ao adulto, em companhia do qual passa a maior parte do tempo.

5 — Ao nível do sistema nervoso, existe um emaranhado de estruturas ligadas ao controle verbal do comportamento, das quais existem aquelas implicadas no comportamento de submissão e do medo e que, no caso dos humanos, servem para ligar a diferença entre o temor e a aptidão lingüística (Apud Larsen, 1978:343).

Apesar de algumas reservas feitas por Anchen à hipótese de Gray e Buffery:

“(…) a natureza variável e complexa dos resultados obtidos a partir de estudos de campo nos força a ver além dos velhos conceitos usados — como os de dominação ou territorialidade — e das idéias já prontas sobre os papéis dos machos e das fêmeas antes de poderem apreender convenientemente o conjunto das influências adaptativas e outras que têm determinado os comportamentos tão diferentes entre os homens e as mulheres” (Apud Larsen, 1978:344).

No entanto, podemos admitir que a hipótese de Gray e Buffery, concorrente aos papéis de cada sexo, as diferenças entre os sexos e a reprodução, podem ser conservadas e ter um valor explicativo considerável.

No que concerne, especificamente, à espécie humana, podemos jogar com a idéia de que a relação mãe-filho, no bojo da aptidão lingüística, desempenhou um papel relevante na maneira de a fêmea humana conceber o seu corpo. Retomaremos essa idéia mais adiante.

Diversos testes psicológicos sugerem, com larga margem de conjeturas, diferenças fundamentais nos estilos reativos de cada sexo. As mulheres, por exemplo, seguindo um mesmo padrão de comportamento, têm a tendência de ser mais sensível a sinais bastante sutis. Parecem reagir mais que os homens ao odor do corpo e a certo número de esteróides urinários e, de maneira geral, têm uma acuidade olfativa desenvolvida (Money, 1965). Parecem ter igualmente uma maior acuidade visual, auditiva e gustativa (Broverman et al., 1968).

Os homens tendem a escolher estímulos auditivos menos complexos e sabem, melhor que as mulheres, dissimular ou ignorar os estímulos do meio ambiente. As mulheres tendem a reagir mais aos sinais básicos e a perceber as ligações entre um maior número de elementos (Silverman, 1971). Silverman supõe que há diferenças significativas nas formas de atenção do homem e da mulher, que aparecem muito cedo e são associadas às diferenças de receptividade fisiológica e de sensibilidade aos estímulos.

Assim, a forma de atenção tipicamente feminina se caracterizaria pela sutileza aos sinais sociais e não sociais percebidos, por uma maior capacidade de distração, por uma atitude receptiva não reestruturadora, por uma receptividade particular aos estímulos emocionais e intuitivos e por uma tendência a querer reduzir a intensidade das estimulações.

Em contrapartida, o estilo tipicamente masculino se caracterizaria por uma medíocre sensibilidade aos sinais sociais e não sociais, mesmo os mais sutis, por uma capacidade menor de distração, por uma atividade perceptiva

reestruturadora, por uma inibição às respostas aos estímulos emocionais internos e por uma tendência a querer multiplicar as experiências de estimulações fortes (Apud Larsen, 1978:350).

Tais constatações alicerçam a hipótese de que estas diferenças biossocio-comportamentais parecem estar estreitamente ligadas a um investimento diferencial no modo de como a fêmea e o macho humanos desenvolveram um conteúdo de percepção e avaliação do próprio corpo. Isto nos permite conjecturar que a relação, socialmente aprendida, do macho e da fêmea humanos com a própria natureza, foi forjada em diferenças quantitativas nas maneiras de pensar, sentir e agir.

## O SIMBÓLICO NO PRAZER MASCULINO

O entendimento que se extrai dessas assertivas é que o rastreamento da forma biossocio-cultural de o homem comunicar a sua estrutura afetiva e cognitiva com a natureza operou nele uma intensidade de características comportamentais diferenciadas. Sua experiência sempre foi antagônica e conflitiva, quer seja nas interações de dominação do território, com desempenho do papel de proteção do grupo contra outros grupos da mesma espécie ou contra predadores de espécies distintas, quer seja no controle do medo e do temor, onde se manifesta a aptidão de uma forma lingüística de comunicar o social.

É nessa racionalização da aptidão espacial e lingüística que o homem rompe com a natureza e passa a gravitar em torno de uma organização cultural, em que o símbolo se transforma no elemento mediador. É exatamente aqui, no dizer de alguns antropólogos, que se verifica a passagem da natureza à cultura.

Como protagonista de ou da cultura, o homem cinde a sua ligação com a natureza, transformando-se num criador e transmissor de símbolos, elemento mediador de todo o mundo conceptual, através do qual erige a sua própria identidade. A partir daí, os níveis de organização do Ego da mulher e do homem passam a ter configurações diferenciadas nas maneiras do pensar, do sentir e do agir.

O homem, por sua vez, ao romper definitivamente com os liames de sua origem, isto é, com a própria natureza, recorre ao simulacro da organização sociocultural, onde o controle e a ordem passam a ser os elementos reguladores da continuidade do grupo. Os ritos de iniciação, no caso, representam a marca de introjeção da dominação masculina. A operação ritual acentua o caráter viril. Dá um sexo definitivo.

Enquanto o homem não é circuncidado e a mulher excisada, têm ainda os princípios dos dois sexos, porque o prepúcio e o clitóris são elementos de natureza oposta ao sexo aparente do indivíduo. A operação cria o sexo masculino e o sexo feminino. O sacrifício substitui a sexualidade dada pela natureza por uma sexualidade construída e consagrada (Nazário, 1987:35).

O macho humano torna-se, assim, um predador da natureza e as refe-

rências simbólicas do seu corpo passam a se construir em função do trabalho progressivo, da utilidade, da linearidade e da percepção do prazer como uma prática imediata. Não que o homem seja desprovido do teor imaginário no sentir-prazer. Mas, em virtude desse rompimento conflitual — natureza-cultural — a imaginação erótica masculina entrou num circuito de embotamento, de racionalização orgânica, onde seu universo erógeno é mediado pela palavra, pelo conceito. O homem é um ser que pensa o corpo e o prazer de modo essencialmente conceptual, através de conceitos.

Desse modo, podemos dizer que, em termos de caracterização erógena, o homem é, em regra geral, um ser que experimenta o corpo de um modo **SIMBÓLICO, PROMETÉICO, UTILITÁRIO, LINEAR E DIACRÔNICO**.

Simbólico, no sentido de que a experiência de sentir o corpo é mediada pelo conceito, pela palavra, que tende a alinear o desejo e esgotar o prazer.

Prometéico, no sentido de que o corpo é sacrificado ao trabalho, é promovido como instrumento de produção, pela emulação pecuniária.

Utilitário, no sentido de que no sentir-prazer está implícito o aspecto redutível do gozo: a procriação.

Linear, no sentido de que a manutenção do prazer se dá de modo constante, sem o reconhecimento de ondulações criativas.

A diacrônico, no sentido de que o prazer está contido numa seqüência de temporalidade, de um tempo histórico marcado pela produção e pela eficácia.

## **O IMAGINÁRIO NO PRAZER FEMININO**

No que concerne propriamente à mulher, pelas próprias implicações das especificidades biológicas a si inerente, não rompeu de modo definitivo com a natureza, pois perfaz os ciclos naturais. Por outro lado, o processo afetivo e cognitivo da relação mãe-filho parece ser o sustentáculo de uma especificidades genérica, que nela assinala a descoberta do corpo e do próprio prazer de maneira diferente do homem.

O investimento energético da mulher no mundo sensível não se dá de modo exteriorizado, senão em seqüências regulares de interiorização, onde o elemento mediador não é obrigatoriamente o símbolo, o conceito, a palavra, mas, sobretudo, o imaginário, a fantasia.

O corpo feminino tem, por conseguinte, uma memória de um segredo indelével, inscrita na profundidade da pele. Não a memória do segredo da tribo, da ordem, do controle, onde reside simbolicamente o totalitarismo original da potência masculina, mas a memória de um segredo que subverte, que instaura a ameaça da desordem do mundo construído, que tende a recriar a liberdade do prazer num universo de esperança e imaginação.

Por isso, em todas as sociedades humanas e em todos os mitos de criação do mundo, a mulher é sempre percebida como a metade perigosa da sociedade. Daí, o prazer feminino se instaurar num tempo oculto, subterrâneo, do qual aflora uma intensidade paroxística; típica da socialidade orgiástica, que “consiste na conjugação dos caracteres e na multiplicação

das paixões como formas de superação de toda individuação mortífera” (Maffesoli, 1985:49).

Desse modo, podemos dizer que, em termos de caracterização erógena, a mulher é, em regra geral, um ser que sente o corpo e experimenta o prazer de modo IMAGINÁRIO, DIONISIACO, LÚDICO, CÍCLICO E SINCRÔNICO.

Imaginário, no sentido de que a fantasia é o elemento mediador da intensidade do prazer feminino.

Dionisiaco, no sentido de que o mistério da orgia consiste em “enfrentar coletivamente, pela plurilidade dos afetos e dos corpos, o problema intransponível do limite” (Maffesoli, 1985:49).

Lúdico, no sentido de que há no prazer feminino um fluxo sexual coletivo que revigora uma simpatia universal: a do corpo amoroso.

Cíclico, no sentido de que o prazer feminino se renova em suas ondulações criativas que fruem sem qualquer necessidade de esforço, por isso sempre perene, inesgotável.

E sincrônico, no sentido de que o prazer feminino se opera em correspondências repetitivas, onde o corpo amoroso distribui aleatoriamente, sem nenhuma rigidez, a riqueza das situações cotidianas.

É com esta noção das especificidades genéricas do ser humano que tentamos compreender os registros das correspondências singulares de cada sexo, onde o simbólico e o imaginário, além de mediarem as experiências do corpo, permitem uma leitura antropológica do prazer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDWICK, J.M. *Psychology of Women: a Study of Biocultural Conflicts*, New York, Harper and Row, 1971.

DIAMOND, M. A critical evaluation of the ontogeny of human sexual behavior, in: *Quart. Review Biol.* 40, 1965, p. 147-175.

DRAPER, P. Cultural pressure on sex differences in: *American Ethnologist*, 1975, p. 602-616.

HUTT, C.A. *Males and Females*, Harmondsworth, Penguin, 1972 “Neuroendocrinological, Behavioural, and Intellectual Aspects of Sexual Differentiation in Human development” in: *Gender Differences: Their Orthogeny and Significance*, Ounsted, C. and Taylor, D.C. Ed. London, Churchill Livingstone, 1972.

LARSEN, R. “Les fondements évolutionnistes des différences entre les sexes”, in: *Le Fait Féminin*, Evelyne Sollerot (dir). Fayard, Paris, 1978, p. 337-354.

MACCOBY, E. E. *The Development of Sex Differences*, Stanford, Stanford University Press, 1974.

MAFFESOLI, M. A. Sombra de Dionísio: Contribuição a uma Sociologia da Orgia, Graal, Rio de Janeiro 1985.

MISCHEL, W. "A social learning view of sex differences in behavior", in: The Development of Sex Differences, E. E. Maccoby. Ed. Stanford University Press, 1966.

NAZÁRIO, Luiz - SEXO: A Alienação do Desejo, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

MATHEZOLI, M. A. *Temperament e Diferença Cultural: Contribuição a uma Sociologia da Criança*. Guanabara de Janeiro, 1985.

MISKIN, W. *Sexual Difference: A Cross-Cultural Study of Sex Differences in Behavior*. The Development of Sex Differences. Ed. Maccoby, E. E. Stanford University Press, 1968.

NAVARIO, Luz - SEXO. A Aliança do Sexo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

Na perspectiva da psicologia da criança, a questão de gênero é abordada sob o ponto de vista da construção da identidade de gênero. O texto discute a importância da interação social na formação da identidade de gênero, destacando o papel da família e da cultura. A autora argumenta que a identidade de gênero não é simplesmente determinada pelo sexo biológico, mas é o resultado de processos sociais complexos.

É importante, no sentido de que o prazer feminino se manifesta em tendências repetitivas, onde o corpo feminino é submetido a experiências sem nenhuma origem, a riqueza das situações cotidianas.

É com esta noção das experiências cotidianas do ser humano que tentamos compreender os ritmos das cores, mudanças singulares, o ciclo do corpo, onde o simbólico e o imaginário sempre mediam as experiências do corpo, certamente, uma leitura antropológica do corpo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDWICK, J. M. *Psychology of Women: a Study of Biopsychosocial Conflicts*. New York, Harper and Row, 1974.

DIAMOND, M. A critical evaluation of the ontogeny of human sexual behavior, in *Diagn. Review Biol.* 40, 1965, p. 147-175.

DRAPPE, P. Cultural proscriptions on sex differences in American Ethnologist, 1975, p. 402-416.

HUTT, C.A. *Males and Females*. Harmondsworth, Penguin, 1972. (Neuroendocrinological, Behavioral, and Intellectual Aspects of Sexual Differentiation in Human Development) in *Sexual Differences: Their Ontogeny and Significance*, Quastel, C. and Taylor, D.J., Ed. London, Churchill Livingstone, 1972.

LARSEN, R. "Les fondements évolutifs et innés des différences entre les sexes", in *Le Fait Féminin*, Evelyn Sollerat (dir), Fayard, Paris, 1978, p. 337-354.

MACCUBY, E. E. *The Development of Sex Differences*, Stanford, Stanford University Press, 1974.



0  
Reg: 29

nº1/v.